

ANAIIS

III CNIDE

Congresso Nacional de Investigação em Direito Educativo

*Educação, Direitos
Humanos e Minorias: o
Direito Educativo em Destaque*

O que eu quero
da escola?

ORGANIZADORES:

Alexandre da Silva

Vanusa Eucléia Geraldo de Almeida

Suelen Bourscheid

Estéfani Barbosa de Oliveira Medeiros

Vanessa Dal Canton

Mônica Strege Médici

Eliane Cadoná

**III CONGRESSO NACIONAL
DE INVESTIGAÇÃO EM
DIREITO EDUCATIVO**

O QUE EU QUERO DA ESCOLA?

Educação, Direitos Humanos e Minorias:

o Direito Educativo em Destaque

ANAIS



UNIVERSIDADE REGIONAL INTEGRADA DO
ALTO URUGUAI E DAS MISSÕES

REITOR

Arnaldo Nogaro

PRÓ-REITOR DE ENSINO

Edite Maria Sudbrack

PRÓ-REITOR DE PESQUISA, EXTENSÃO E PÓS-
GRADUAÇÃO

Marcelo Paulo Stracke

PRÓ-REITOR DE ADMINISTRAÇÃO

Ezequiel Plínio Albarello

CÂMPUS DE FREDERICO WESTPHALEN

Diretora Geral

Elisabete Cerutti

Diretor Acadêmico

Carlos Eduardo Blanco Linares

Diretor Administrativo

Alzenir José de Vargas

CÂMPUS DE ERECHIM

Diretor Geral

Paulo Roberto Giollo

Diretor Acadêmico

Adilson Luis Stankiewicz

Diretor Administrativo

Paulo José Sponchiado

CÂMPUS DE SANTO ÂNGELO

Diretora Geral

Berenice Beatriz Rossner Wbatuba

Diretor Acadêmico

Carlos Augusto Fogliarini Lemos

Diretor Administrativo

Gilberto Pacheco

CÂMPUS DE SANTIAGO

Diretor Geral

Julio Cesar Wincher Soares

Diretora Acadêmica

Claudete Moreschi

CÂMPUS DE SÃO LUIZ GONZAGA

Diretora Geral

Renata Barth Machado

CÂMPUS DE CERRO LARGO

Diretor Geral

Renzo Thomas



ANAIS DO III CONGRESSO NACIONAL DE
INVESTIGAÇÃO EM DIREITO EDUCATIVO

O QUE EU QUERO DA ESCOLA?

*Educação, Direitos Humanos e Minorias: o Direito
Educativo em Destaque*

22 a 24 de novembro de 2023

Frederico Westphalen - RS

ORGANIZAÇÃO DO EVENTO

PPGEDU – Programa de Pós-Graduação *Stricto
Sensu* - Mestrado e Doutorado em Educação
Linha de Pesquisa – Processos Educativos,
Linguagens e Tecnologias

COMISSÕES DE ORGANIZAÇÃO

1. Coordenação Geral

Luci Mary Duso Pacheco

Daniel Pulcherio Fensterseifer

Eliane Cadoná

Jordana Wruck Timm

Fernando Battisti

Jeanice Rufino Quinto

Alexandre da Silva

2. Comissão Técnico-Científica

Ana Paula Teixeira Porto

Arnaldo Nogaro

Camila Aguilar Busatta

Cesar Riboli

Claudionei Vicente Cassol

Daniel Pulcherio Fensterseifer

Edite Maria Sudbrack

Eliane Cadoná

Elisabete Cerutti

Jaqueline Moll

Jordana Wruck Timm

Láisa Veroneze Bisol

Luana Teixeira Porto

Lucí Bernardi

Luci Mary Duso Pacheco

Marinês Aires

Silvia Regina Canan

3. Comissão de Design e Layout

Silvana Kliszcz

4. Comissão de Infraestrutura Tecnológica e Digital

Thiago Sarturi

Ederson Belmonte Saldanha
Alexandre da Silva

5. Comissão de Programação

Luci Mary Duso Pacheco
Daniel Pulcherio Fensterseifer
Eliane Cadoná
Jordana Wruck Timm
Fernando Battisti
Jeanice Rufino Quinto
Alexandre da Silva

6. Comissão de Publicações

Alexandre da Silva
Vanusa Eucléia Geraldo de Almeida
Suelen Bourscheid
Estéfani Barbosa de Oliveira Medeiros
Vanessa Dal Canton
Mônica Strege Médici
Eliane Cadoná
Karol de Rosso Strasburger

7. Comissão Financeira

Alzenir José de Vargas
Edivane Colombo Buzatto

8. Comissão de Cerimonial, Protocolo e Cultural

Eliane Cadoná
Carina de Moura Machado
Vanessa Dal Canton

ORGANIZAÇÃO DOS ANAIS

Alexandre da Silva
Vanusa Eucléia Geraldo de Almeida
Suelen Bourscheid
Estéfani Barbosa de Oliveira Medeiros
Vanessa Dal Canton
Mônica Strege Médici
Eliane Cadoná

UNIVERSIDADE REGIONAL INTEGRADA DO ALTO URUGUAI E DAS
MISSÕES
CÂMPUS DE FREDERICO WESTPHALEN
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA, EXTENSÃO E PÓS-GRADUAÇÃO
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS HUMANAS

III CONGRESSO NACIONAL DE INVESTIGAÇÃO EM DIREITO EDUCATIVO

*O QUE EU QUERO DA ESCOLA?
Educação, Direitos Humanos e Minorias:
o Direito Educativo em Destaque*

ANAIS

Organizadores

Alexandre da Silva
Vanusa Eucléia Geraldo de Almeida
Suelen Bourscheid
Estéfani Barbosa de Oliveira Medeiros
Vanessa Dal Canton
Mônica Strege Médici
Eliane Cadoná



Frederico Westphalen
2023



Este trabalho está licenciado sob uma Licença Creative Commons Atribuição-NãoComercial-SemDerivados 3.0 Não Adaptada. Para ver uma cópia desta licença, visite <http://creativecommons.org/licenses/by-nc-nd/3.0/>.

Organização: Alexandre da Silva, Vanusa Eucleia Geraldo de Almeida, Suelen Bourscheid, Estéfani Barbosa de Oliveira Medeiros, Vanessa Dal Canton, Mônica Strege Médici, Eliane Cadoná

Revisão Metodológica: Responsabilidade dos (as) autores (as)

Revisão Linguística: Responsabilidade dos (as) autores (as)

Diagramação: Editora URI – Frederico Westph

Capa/Arte: Isabela Vanzin da Rocha

O conteúdo de cada resumo bem como sua redação formal são de responsabilidade exclusiva dos (as) autores (as).

Catálogo na Fonte elaborada pela
Biblioteca Central URI/FW

C74a Congresso Nacional de Investigação em Direito Educativo (3.: 2023 Frederico Westphalen, RS)
Anais [do] III Congresso Nacional de Investigação em Direito Educativo [recurso eletrônico] : o que eu quero da escola? : educação, direitos humanos e minorias : o Direito Educativo em destaque / organizadores Alexandre da Silva ... [et al.]. – Frederico Westphalen : URI Frederico Westph, 2023.
1 recurso online. 156 p.

ISBN 978-65-89066-47-7

1. Educação. 2. Direito Educativo. 3. Direitos humanos. I. Silva, Alexandre da. II. Título.

CDU 37(063)

Bibliotecária Karol de Rosso Strasburger CRB 10/2687



URI – Universidade Regional Integrada
do Alto Uruguai e das Missões
Câmpus de Frederico Westphalen:
Rua Assis Brasil, 709 – CEP 98400-000
Tel.: 55 3744-9223
E-mail: editora@uri.edu.br

Impresso no Brasil
Printed in Brazil

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	13
RESUMOS SIMPLES	14
EIXO TEMÁTICO: POLÍTICAS PÚBLICAS, EDUCAÇÃO E DIREITOS HUMANOS.....	15
POLÍTICAS DE INCLUSÃO DE ALUNOS COM TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA: UMA ANÁLISE DESDE O PONTO DE VISTA DA THERAPEUTIC JURISPRUDENCE	16
Daiane Stivanin Tres; Daniel Pulcherio Fensterseifer	
O DIREITO À EDUCAÇÃO EM ANGOLA, OBSERVAÇÕES DOS PROFESSORES DE BOCOIO, CIDADE DAPROVÍNCIA DE BENGUELA, ANGOLA	17
Dalva de Oliveira	
INTERNACIONALIZAÇÃO DA PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO: PERSPECTIVAS E DESAFIOS PARA AS UNIVERSIDADES COMUNITÁRIAS DO RIO GRANDE DO SUL.....	18
Silvia Regina Canan; Jéssica De Marco	
CICLO DE POLÍTICAS PÚBLICAS E THERAPEUTIC JURISPRUDENCE: PERSPECTIVAS E POSSIBILIDADES DE UMA APLICAÇÃO CONJUNTA	19
Caroline Legramante Martins Pavanelo; Daniel Pulcherio Fensterseifer	
(DES)CONTINUIDADES DAS POLÍTICAS PÚBLICAS PARA A EDUCAÇÃO SUPERIOR NO BRASIL: DESAFIOS	20
Silvia Regina Canan; Ariele Souza de Vargas	
DIREITOS DE APRENDIZAGEM, LETRAMENTO E ALFABETIZAÇÃO: ANÁLISE DE UMA POLÍTICA PÚBLICA.....	21
Katilen Machado Vicente Squarisi; Angélica Inês Miotto	
EDUCAÇÃO SUPERIOR FORMAÇÃO DIDÁTICO-PEDAGÓGICA DO PROFESSOR DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS	22
Silvia Regina Canan; Simone de Lima	
EDUCAÇÃO E SAÚDE NO NOVO ENSINO MÉDIO: ITINERÁRIOS FORMATIVOS COM A SAÚDE ENQUANTO EIXO TRANSVERSAL..	23
Milena Lais Sippert; Bruna Eduarda Fassbinder Hoffmeister; Marines Aires	

ANÁLISE DAS POLÍTICAS PÚBLICAS DE CONTROLE DO TABAGISMO E SEU IMPACTO NA SAÚDE PULMONAR.....	25
Maurício de Vargas Soares; Cesar Riboli	
GESTÃO DEMOCRÁTICA E O PROVIMENTO DOS CARGOS NA ESCOLA: UMA PROPOSTA DE NORMATIZAÇÃO.....	26
Zenaide Borre Kunrath; Daniel Pulcherio Fensterseifer	
A BASE NACIONAL COMUM CURRICULAR NO CONTEXTO DAS POLÍTICAS EDUCACIONAIS PARA A EDUCAÇÃO FÍSICA.....	27
Leandro José Piovesan; Silvia Regina Canan	
PRIMEIRA INFÂNCIA BRASILEIRA: CUIDADO E EDUCAÇÃO NO ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE.....	28
Cleonice Pereira do Nascimento Bittencourt; Norma Lúcia Neres de Queiroz; Magalis Bésseer Dorneles Schneider	
A INSERÇÃO DAS FORMAS CONSENSUAIS DE SOLUÇÃO DE CONFLITOS PELAS NOVAS DCN's NO CURSO DE GRADUAÇÃO EM DIREITO E SUA CONTRIBUIÇÃO PARA AUTONOMIA E EMANCIPAÇÃO DA SOCIEDADE.....	29
Janaina Rossarolla Bando; Daniel Pulcherio Fensterseifer	
PERCEPÇÃO DOS ALUNOS INGRESSANTES NO NOVO ENSINO MÉDIO SOBRE O DISCURSO DE LIBERDADE DE ESCOLHA DOS ITINERÁRIOS FORMATIVOS: AUTONOMIA/EMANCIPAÇÃO OU LIMITAÇÃO AO DIREITO À EDUCAÇÃO?	31
Janaina Rossarolla Bando; Daniel Pulcherio Fensterseifer	
O IDEB COMO POLÍTICA PÚBLICA DE AVALIAÇÃO EM LARGA ESCALA: O ENSINO MÉDIO EM DEBATE	32
Ana Paula Duso; Edite Maria Sudbrack	
AVALIAÇÃO DOS IMPACTOS NO AFASTAMENTO DOS PROFESSORES DA REDE ESTADUAL DA 20 CRE PARA FORMAÇÃO CONTINUADA EM NÍVEL DE STRICTO SENSU: UMA QUESTÃO DE GESTÃO PÚBLICA DA EDUCAÇÃO.....	34
Anthony dos Reis Moraes; Luci Mary Duso Pacheco	
EIXO TEMÁTICO: DIREITO EDUCATIVO	35
EDUCAÇÃO PARA PESSOAS PRESAS: UMA QUESTÃO DE DIREITO.....	36
Amanda Pereira Dassoler; Daniel Pulcherio Fensterseifer	
EDUCAÇÃO PARA PESSOAS PRESAS: UM ESTUDO DESDE A LEGISLAÇÃO APLICÁVEL ÀS PRÁTICAS DESENVOLVIDAS NA 4ª REGIÃO PENITENCIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL.....	37
Karolainy Guse Martins; Daniel Pulcherio Fensterseifer	

EDUCAÇÃO PARA ADOLESCENTES EM CONFLITO COM A LEI EM SITUAÇÃO DE RESTRIÇÃO DE LIBERDADE NO CENTRO DE ATENDIMENTO SOCIOEDUCATIVO MASCULINO NO ESTADO DO MATO GROSSO: UMA ANÁLISE SOBRE AS PERCEPÇÕES DOS PROFISSIONAIS DO CASE.....	38
Vanuza Gomes Lima Machado; Daniel Pulcherio Fensterseifer	
EIXO TEMÁTICO: DIREITO EDUCATIVO E ESCOLA	39
CONFLITOS ESCOLARES: ESTRATÉGIAS E CAMINHOS PARA A SOLUÇÃO.....	40
Susana Michels; Daniel Pulcherio Fensterseifer	
DIREITO À EDUCAÇÃO DE QUALIDADE COMO FORMA DE EMANCIPAÇÃO SOCIAL: PERSPECTIVA ESCOLAR EM PROJEÇÃO.....	41
Angélica Inês Miotto; Katilen Machado Vicente Squarisi	
EIXO TEMÁTICO: DIREITO EDUCATIVO E MINORIAS	42
EDUCAÇÃO DE PESSOAS JOVENS, ADULTAS E IDOSAS: A EMERGÊNCIA DA GARANTIA DO DIREITO EDUCATIVO PARA AS MINORIAS.....	43
Cleide Oliveira; Eliane Cadoná	
EIXO TEMÁTICO: DIREITOS HUMANOS E EDUCAÇÃO NO CAMPO....	44
A FORMAÇÃO POR ALTERNÂNCIA NAS ESCOLAS DE ENSINO FUNDAMENTAL DO CAMPO DA CRE DE ITAPIRANGA E O DESENVOLVIMENTO INTEGRAL E SUSTENTÁVEL DAS COMUNIDADES RURAIS	45
Wilson Von Borstel; Luci Mary Duso Pacheco	
A EDUCAÇÃO PREVIDENCIÁRIA COMO AÇÃO DE EFETIVAÇÃO DA CIDADANIA E INCLUSÃO SOCIAL DA MULHER AGRICULTORA	46
Emmyli Fernanda Bonini Gabbi; César Riboli	
EIXO TEMÁTICO: INCLUSÃO E EDUCAÇÃO.....	47
POLÍTICAS PÚBLICAS E PRÁTICAS PEDAGÓGICAS DE ADAPTAÇÃO CURRICULAR NA PERSPECTIVA DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA	48
Graciela Deise Metz; Silvia Regina Canan	
APONTAMENTOS DE PESQUISAS SOBRE: LIBRAS PARA ESTUDANTES OUVINTES NO ENSINO MÉDIO	49
Rosane Pagnussat; Luana Teixeira Porto	

EIXO TEMÁTICO: TEMAS DIVERSOS EM EDUCAÇÃO.....	50
FORMAÇÃO CONTINUADA DOS PROFESSORES DE LÍNGUA PORTUGUESA DO ENSINO MÉDIO NAS PROPOSIÇÕES DA REDE PÚBLICA ESTADUAL DE RONDONÓPOLIS/MT E A INTERFACE COM O DIREITO EDUCATIVO.....	51
Marivaldo Souza dos Santos; Jordana Wruck Timm	
GESTÃO ESCOLAR E INOVAÇÃO TECNOLÓGICA EM IRACEMINHA-SC	53
Patrícia Andréa Rauber Knorst; Silvia Regina Canan	
PRÁTICAS INOVADORAS PARA O ENSINO EM PSICOLOGIA: OLHARESSOBRE METODOLOGIAS E TECNOLOGIAS DIGITAIS	54
Michele Fröhlich Marquette; Elisabete Cerutti	
FORMAÇÃO DOCENTE CENTRADA NA ESCOLA.....	55
Marta Cristina Barbosa; Luci dos Santos Bernardi	
A CONSTRUÇÃO DO BEM-ESTAR DOCENTE NO CONTEXTO DAS TECNOLOGIAS DIGITAIS.....	56
Giovana Boicko Poli; Jordana Wruck Timm	
A ESCOLA COMO ESPAÇO DE PROMOÇÃO DOS DIREITOS HUMANOS E DA EQUIDADE PARA AS MINORIAS	58
Joelma Silva dos Santos; Arnaldo Nogaro	
ANÁLISE IMAGÉTICA DOS AMBIENTES DE EDUCAÇÃO INFANTIL: OS DISCURSOS PRESENTES NA TEORIA E NA PRÁTICA PEDAGÓGICA ..	60
Valéria Bertoletti Lopes; Arnaldo Nogaro	
A OBJETIFICAÇÃO DE CORPOS DOS JOVENS AMAZONENSES PRESENTE NAS NARRATIVAS DA MÍDIA.....	61
Fábio Bombarda	
ENSINANDO QUÍMICA NO CENÁRIO DA COVID-19: DESAFIOS DO ENSINOREMOTO EMERGENCIAL	62
Thiago Roberto Baldissarelli; Eliane Cadoná	
POLÍTICA PÚBLICA DE AVALIAÇÃO E AS INTERFACES COM O DIREITO EDUCATIVO: O ENADE EM UM CURSO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS.....	63
Adriana Pavan; Jordana Wruck Timm	
PROFISSIONAIS DA SAÚDE E A PRÁTICA DA DOCÊNCIA: PROBLEMATIZANDO DESAFIOS	65
Jeferson Skzypek; Eliane Cadoná	

O DIREITO EDUCATIVO E OS SABERES QUE CONSTITUEM A IDENTIDADE DOCENTE NA EDUCAÇÃO INFANTIL (REDE PÚBLICA DE DOM AQUINO/MT).....	66
Cristiane Rodrigues Mendes; Jordana Wruck Timm	
A AUTOLESÃO/AUTOMUTILAÇÃO EM ADOLESCENTES SOB A ÓTICA DA EDUCAÇÃO	67
Dilce Cervieri; Eliane Cadoná	
CONSULTA PRÉ-ANESTÉSICA E EDUCAÇÃO: UM OLHAR SOB A SAÚDE.....	68
André Rigo; Eliane Cadoná	
A (RES)SIGNIFICAÇÃO DOS SABERES DOCENTES NO CONTEXTO PÓS-PANDÊMICO	69
Suelen Bourscheid; Jordana Wruck Timm	
FERRAMENTA EDUCACIONAL DE GESTÃO DO CONHECIMENTO PARA EMPRESAS: UM ESTUDO SOBRE O MÉTODO DIIVE E O SISTEMA PULPO ENQUANTO PROMOTORES DE APRENDIZAGEM NO AMBIENTE EMPRESARIAL	71
Lucas da Rocha Jaskulski; Luci Mary Duso Pacheco	
RESUMOS EXPANDIDOS	72
EIXO TEMÁTICO: DIREITO EDUCATIVO E ESCOLA	73
A ATUAÇÃO DO PROFESSOR NA PREVENÇÃO E RESOLUÇÃO DE CONFLITOS DENTRO DA SALA DE AULA.....	74
Cícera Barboda; Daniel Pulcherio Fensterseifer	
EIXO TEMÁTICO: TEMAS DIVERSOS EM EDUCAÇÃO.....	79
O IMPACTO DA PANDEMIA DA COVID 19 NA QUALIDADE DE VIDA DO PROFESSOR	80
Eliane Lima Borges de Medeiros; Marines Aires	
O TRABALHO DOCENTE NA EDUCAÇÃO BÁSICA	85
Neusa Vicente Lazaroto; Marinês Aires	
PROGRAMA SAÚDE NA ESCOLA: FERRAMENTA PARA EDUCAÇÃO EM SEXUALIDADE DE ADOLESCENTES	90
Jéssica Veit; Marines Aires	

A FORMAÇÃO DE CONCEPÇÕES DAS PROFESSORAS E O DESENVOLVIMENTO DO TRABALHO PEDAGÓGICO COM AS CRIANÇAS.....	94
Marta Chrislainy Santos Fernandes; Simone Soares Rissato	
A IMPORTÂNCIA DO OLHAR DOCENTE SOBRE O DESENHO DA CRIANÇA	98
Simone Soares Rissato; Jordana Wruck Timm	
O PROGRAMA SAÚDE NA ESCOLA (PSE) SOB A PERSPECTIVA FOUCAULTIANA	101
Evandro da Fonseca Almeida; Eliane Cadoná	
EIXO TEMÁTICO: INCLUSÃO E EDUCAÇÃO.....	106
ADAPTAÇÕES DA LITERATURA INFANTIL A PARTIR DO ENSINO COLABORATIVO	107
Carina de Moura Machado; Laísa Veroneze Bisol	
TECNOLOGIAS DIGITAIS NO PROCESSO DE ENSINO E APRENDIZAGEM DELÍNGUA INGLESA: PROPOSIÇÕES EDUCACIONAIS	111
Eduardo Prestes de Lima; Ana Paula Teixeira Porto	
DIREITO DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA VISUAL À ESCOLARIZAÇÃO, EDUCAÇÃO EMANCIPATÓRIA, JUSTA, INCLUSIVA E DEMOCRÁTICA.....	117
Ana Maria Pereira do Nascimento; Claudionei Vicente Cassol	
EIXO TEMÁTICO: DIREITOS HUMANOS E MINORIAS.....	123
O DIREITO EDUCATIVO - O QUE EU QUERO DA ESCOLA?	124
Josiani Aparecida de Mello França; Eliane Cadoná	
EIXO TEMÁTICO: GENERO E EDUCAÇÃO	127
DESVENDANDO AS DINÂMICAS DE GÊNERO E A PRECARIZAÇÃO DO TRABALHO NO MAGISTÉRIO: UMA ANÁLISE NAS ETAPAS INICIAIS DA EDUCAÇÃO BÁSICA.....	128
Mônica Strege Médici; Vanusa Eucléia Geraldo de Almeida; Eliane Cadoná	
EIXO TEMÁTICO: POLÍTICAS PÚBLICAS, EDUCAÇÃO E DIREITOS HUMANOS.....	131
POLÍTICAS PÚBLICAS, EDUCAÇÃO E DIREITOS HUMANOS NA PAUTA DOS DEBATES E DOS CURRÍCULOS ESCOLARES	132
Mariluz Terezinha Pertuzzatti; Cesar Riboli	

**A VIOLÊNCIA E A DISCRIMINAÇÃO EM AMBIENTES ESCOLARES:
SOLUÇÕES, CONTROLES E PREVENÇÃO DOS CONFLITOS 140**

Ana Luisa Vilante Cabral; Larissa Rafaela dos Santos Saldanha; Cesar Riboli;
Emmyli Fernanda Bonini Gabbi

**IMPLEMENTAÇÃO DO PROGRAMA ALFABETIZA MT EM MATO
GROSSO 146**

Neide Pereira de Oliveira da Silva; Daniel Pulcherio Fensterseifer

**OS IMPACTOS DOS ITINERÁRIOS FORMATIVOS SOBRE OS
PROFESSORES DE GEOGRAFIA DA EJA COM A IMPLEMENTAÇÃO DO
NOVO ENSINO MÉDIO 149**

Sônia Maria de Andrade; Daniel Pulcherio Fensterseifer

APRESENTAÇÃO

Apresentamos, aqui, as produções desenvolvidas junto ao III Congresso Nacional de Investigação em Direito Educativo, organizado pela *Rede Iberoamericana de Estudos em Docência, Emancipação e Direito Educativo - RIEDEDE*. Com o título “O que eu quero da escola? Educação, direitos humanos e minorias”, o evento objetivou tomar o Direito Educativo como base de reflexão, com fins de proporcionar uma problematização sobre o lugar das minorias na escola, na perspectiva dos Direitos Humanos. Temas como questões étnico-raciais, de gênero, sexualidade, deficiências e classe social transversalizaram o momento, na ideia de fomentar o papel da escola e da educação frente a tais temáticas.

Em meio a palestras de pesquisadoras de renome na área, o evento contou com a apresentação de trabalhos distribuídos em onze eixos temáticos, a saber: Direitos humanos e educação, Minorias e educação, Gênero e educação, Inclusão e educação, População LGBTQIAPN+ e educação, Políticas públicas, educação e direitos humanos, Direito educativo e minorias, Direito educativo e escola, Direito educativo, Temas diversos em educação e Direitos Humanos e educação no campo.

Além de nortear as discussões junto às comunicações orais, os eixos serviram como base para a produção de textos que estão compilados nos escritos aqui apresentados que, sob diferentes perspectivas e referenciais teóricos, abordam a questão dos Direitos Humanos e suas interlocuções com a Educação.

Compõem estes escritos um total de 42 resumos simples e 16 resumos expandidos. Esperamos que eles proporcionem às e aos leitores excelentes reflexões!

Boa leitura a todes, todos e todas!

As e os organizadores.

RESUMOS SIMPLES

EIXO TEMÁTICO:

**POLÍTICAS PÚBLICAS, EDUCAÇÃO E
DIREITOS HUMANOS**

POLÍTICAS DE INCLUSÃO DE ALUNOS COM TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA: UMA ANÁLISE DESDE O PONTO DE VISTA DA THERAPEUTIC JURISPRUDENCE

Daiane Stivanin Tres¹
Daniel Pulcherio Fensterseifer²

Eixo Temático: Políticas Públicas, Autismo, Therapeutic Jurisprudence

Resumo

O presente trabalho tem como tema as políticas públicas de inclusão relacionadas aos alunos com Transtorno do Espectro Autista, desde o ponto de vista da Therapeutic Jurisprudence e encontra-se inserido na Linha de pesquisa 2, Políticas Públicas e Gestão da Educação, do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões. Tem como problema de pesquisa o questionamento acerca de quais efeitos terapêuticos e antiterapêuticos, do ponto de vista da Therapeutic Jurisprudence, as políticas públicas para indivíduos com TEA produzem sobre as pessoas que recebem a incidência dessas leis. Sabe-se que as leis que colocam em execução as políticas de inclusão geram diversos impactos não apenas nas pessoas com o transtorno do espectro autista, mas também em relação aos pais, professores e gestores escolares. Tais efeitos podem ser considerados terapêuticos ou antiterapêuticos, do ponto de vista psicoemocional. O objetivo geral do trabalho é investigar as possíveis consequências destas políticas públicas de inclusão sobre os alunos com TEA e sobre as pessoas que com eles se relacionam. Para que se possa cumprir esse objetivo serão investigadas as características de alunos com TEA, estudadas as políticas públicas de inclusão destes alunos bem como analisados os conceitos e aplicabilidades da Therapeutic Jurisprudence. Como metodologia pode ser afirmado que, embora ainda se trate de um projeto em elaboração, será uma pesquisa exploratória, bibliográfica e documental. Espera-se que ao final da pesquisa seja possível identificar os impactos positivos e negativos que as políticas de inclusão geram sobre a esfera psicoemocional das pessoas impactadas por essas leis para que os efeitos terapêuticos possam ser maximizados e os antiterapêuticos minimizados.

Palavras-chave: Autismo. Inclusão. Políticas Públicas. Therapeutic Jurisprudence.

¹ Pedagoga, especialista em Psicopedagogia e Educação Infantil pela Uniasselvi/SC. Mestranda em Educação PPGEDU URI/FW.

² Doutor e Mestre em Ciências Criminais pela PUCRS. Professor do Programa de Pós-Graduação em Educação (mestrado e doutorado) e do Curso de Direito da URI/FW.

O DIREITO À EDUCAÇÃO EM ANGOLA, OBSERVAÇÕES DOS PROFESSORES DE BOCOIO, CIDADE DA PROVÍNCIA DE BENGUELA, ANGOLA

Dalva de Oliveira³

Eixo Temático: Políticas Públicas, Educação e Direitos Humanos

Resumo

O estudo em questão visa abordar aspectos observados durante encontro com professores da Educação Básica na cidade de Bocoio, na província de Benguela em Angola, África, ocorrido em janeiro de 2019, promovido pela OMUNGA, organização não governamental daquele país que desenvolve ações de promoção e proteção dos direitos da infância e juventude. O objetivo é registrar o evento e fazer uma breve análise sobre as dificuldades apresentadas e uma proposta de leitura das realidades durante o encontro e possibilitar outros debates para aprofundamento da temática e levantamento de ações e soluções. As questões levantadas durante o encontro pedagógico proporcionaram reflexões sobre como o Estado, os municípios, gestores e professores estão lidando com o direito à educação e a permanência na escola das crianças e adolescentes da cidade. Os 47 professores presente relataram a rotina do trabalho e os desafios enfrentados ao longo dos anos de trabalho, como formação, condições das escolas, situação das famílias dos estudantes, salários baixos que não possibilitam a formação continuada, visto que os professores precisam de outras fontes de renda, falta de merenda escolar, entre tantos outros. Para a análise serão consideradas as memórias registradas do encontro à luz da educação enquanto direito humano para entender como os envolvidos concebem a temática e quais as ações relatadas para garantia de direitos como, matrícula escolar e a permanência na escola. A metodologia adotada, para elaboração do presente artigo é baseada em anotações realizadas durante o encontro com os professores do Bocoio, de suas falas, relatos e questionamentos referentes a políticas públicas de educação e encaminhamentos pedagógicos, através de abordagem qualitativa. O referencial teórico e orientação para análise privilegia Saviani (2021) nas abordagens referentes a educação e democracia. Freire (2019), na compreensão do sujeito de direitos e saberes. E Bobbio (2001), para relacionar o direito a educação com as práticas e políticas públicas. Os resultados e conclusões não são definitivos, mas propõe uma reflexão sobre o papel do Estado e suas políticas para educação enquanto direito humano básico.

Palavras-chave: Políticas públicas. Educação e Direitos Humanos. Educação em Angola

³ Doutoranda em Educação pela Universidade Federal do Pará - UFPA, Mestre em Educação pela Universidade de Brasília - UNB, Professora SEDF. dalvadeoliveira@yahoo.com.br.

INTERNACIONALIZAÇÃO DA PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO: PERSPECTIVAS E DESAFIOS PARA AS UNIVERSIDADES COMUNITÁRIAS DO RIO GRANDE DO SUL

Silvia Regina Canan⁴
Jéssica De Marco⁵

Eixo Temático: Políticas Públicas, Educação e Direitos Humanos

Resumo

O presente resumo é parte dos estudos desenvolvidos no Mestrado em Educação junto ao Programa de Pós-Graduação da URI. A temática proposta insere-se no campo da Educação Superior e do processo de internacionalização o qual tem ganhado espaço, cada vez maior nas universidades, e provocado debates e estudos em grupos de pesquisadores do mundo todo. O problema de pesquisa proposto para o estudo questionou: Como tem acontecido o processo de internacionalização dos Programas de Pós-graduação *Strictu Sensu* em Educação das Universidades do Consórcio das Universidades Comunitárias Gaúchas (COMUNG/RS), num contexto educacional marcado pela lógica do mercado? Teve como objetivo geral compreender como esse processo tem se efetivado ou não, a partir da análise das perspectivas, das ações estratégicas e dos desafios, num contexto educacional marcado pela lógica do mercado, a partir do estudo dos Relatórios de Dados Enviados do Coleta/CAPES. A concepção teórico-metodológica e epistemológica que balizou essa pesquisa circunscreveu-se no campo do materialismo histórico e da pedagogia histórico-crítica, fundamentada na dialética de base marxista. Além disso, a abordagem utilizada foi a qualitativa, mediante dois enfoques: o bibliográfico e o documental, tendo a análise de conteúdo como instrumento de análise dos dados. Parte das conclusões a que a pesquisa nos levou: a) a institucionalização e a consolidação da internacionalização ainda são desafios para as Universidades do COMUNG-RS; b) as instabilidades políticas e econômicas vividas no país impactam diretamente no cenário internacional, dificultando o processo de internacionalização; c) é fundamental a inserção da internacionalização no orçamento anual das IES para que ela se institucionalize, efetivamente, podendo vir a ser considerada, futuramente, uma quarta, ou uma missão da Universidade que transversaliza o ensino, a pesquisa e a extensão; d) é de suma importância a compreensão de todos os atores da Universidade sobre o que seja internacionalização para que ela possa ocupar seu lugar institucional; e) a Universidade precisará manter os dados da internacionalização atualizados e inseridos num Sistema Integrado de Informação; f) o conjunto da Universidade precisa entender a internacionalização não como um fim em si mesmo, mas como a possibilidade de ampliar oportunidades de aprendizagem em todos os sentidos; g) no âmbito da Instituição é necessário ampliar a compreensão do que seja a internacionalização incluindo: a construção de convênios, eventos, acordos e termos que tenham seus nascimentos a partir dos desejos e necessidades de professores ou acadêmicos, que se constituam no bojo dos grupos de pesquisa, das relações profissionais e pessoais entre colegas que comungam de temáticas de pesquisa e interesses de estudos comuns. Eis alguns dos grandes desafios que cercam as Universidades neste século XXI.

Palavras-chave: Internacionalização. Educação Superior. Pós-Graduação. Universidades Comunitárias Gaúchas. Globalização.

⁴ Doutora em Educação. Professora do PPGEDU/URI. silvia@uri.edu.br.

⁵ Mestre em Educação. Palestrante em Desenvolvimento Humano. jessicademarco888@gmail.com.

CICLO DE POLÍTICAS PÚBLICAS E *THERAPEUTIC JURISPRUDENCE*: PERSPECTIVAS E POSSIBILIDADES DE UMA APLICAÇÃO CONJUNTA

Caroline Legramante Martins Pavanelo⁶
Daniel Pulcherio Fensterseifer⁷

Eixo Temático: Políticas Públicas, Educação e Direitos Humanos

Resumo

Vinculada à linha de pesquisa das Políticas Públicas e Gestão da Educação, a pesquisa que propomos encontra-se em fase de elaboração de projeto, desenvolvida no curso de Mestrado do Programa de Pós-Graduação em Educação da URI. É fato que as políticas públicas educacionais ainda requerem o seu espaço na atual conjuntura, constituindo-se como importante subsídio no cenário educacional, visando maior abrangência e necessidade de serem incluídas também no campo investigativo científico. Nesse sentido, o Ciclo de Políticas Públicas vem a contribuir, significativamente, com o referencial teórico necessário para estudo, reflexão, análise e delineamento de estratégias frente às políticas públicas. Assim sendo, nos propomos a investigar o Ciclo de Políticas Públicas, suas conceituações, aplicabilidades, modelo e abordagem enquanto metodologia, verificando a possibilidade de associá-la junto à *Therapeutic Jurisprudence*, como forma de tornar a avaliação das políticas públicas mais completas e com o impacto que requer a lei e os efeitos terapêutico e antiterapêuticos nas pessoas por ela afetadas. Nesse sentido, considerando que, embora o projeto ainda não esteja finalizado, a pesquisa perpassa pelo viés exploratório, qualitativo, bibliográfico e documental. Dentre as problematizações suscitadas, ponderamos que o Ciclo de Políticas Públicas apresenta-se como importante referencial teórico devido às suas várias contribuições para a análise das políticas públicas, visto que é uma metodologia onde pode-se encontrar a possibilidade de conexão com a dialética e a circularidade – já que se apresenta flexível e espiral – nos diferentes e complexos contextos e discursos – permitindo-se adotar uma postura de norteamento, enquanto ponto de partida, para a articulação dos processos macro e micro. Diante disso, a *Therapeutic Jurisprudence* vem corroborar com tais estudos a partir de suas concepções e proposta humanizada, inclusive considerando a ética do cuidado, com o intuito de beneficiar os sujeitos envolvidos nesse cenário, a partir do olhar por outra perspectiva, que não a óbvia, buscando entender e incluir o aspecto psicoemocional dos envolvidos. Por fim, considerando a proporção dimensional que ambas atravessam, acredita-se que, a partir dos estudos da Metodologia do Ciclo de Políticas Públicas e da abordagem da *Therapeutic Jurisprudence*, será possível investigar o quanto elas podem interligarem-se, à medida em que versam na essencialidade da relação entre o ser humano e as políticas públicas educacionais, também fundamentais. Ainda, corrobora com a ciência, a partir do viés da sensibilidade necessária para a análise e resolução de problemas, a partir da apreciação e aprofundamento de cada contexto do Ciclo de Políticas, com ênfase nos estudos de Stephen Ball e Jefferson Mainardes. Tecer considerações sobre a experiência das pessoas no campo político e educacional, é mister para que a dialética, a circularidade e o cuidado se constituam como objeto de estudo, inclusive na análise da aplicação da lei, tornando a avaliação da política, a possibilidade transformar-se em um percurso mais assertivo, completo, necessário e efetivo.

Palavras-chave: Ciclo de Políticas. *Therapeutic Jurisprudence*. Políticas Públicas. Educação.

⁶ Pedagoga, especialista em Educação e gestora na Escola da URI-Santiago/RS. Mestranda em Educação PPGEDU URI/FW.

⁷ Doutor e Mestre em Ciências Criminais pela PUCRS. Professor do Curso de Direito e do Mestrado em Educação da URI/FW.

(DES)CONTINUIDADES DAS POLÍTICAS PÚBLICAS PARA A EDUCAÇÃO SUPERIOR NO BRASIL: DESAFIOS

Silvia Regina Canan⁸
Ariele Souza de Vargas⁹

Eixo Temático: Políticas Públicas, Educação e Direitos Humanos

Resumo

O trabalho em tela resulta de dissertação do Mestrado em Educação, desenvolvida no Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Educação (PPGEDU) da Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões (URI), cujo tema central foi: *As políticas públicas para a Educação Superior no Brasil: pós LDB/96 e suas (des)continuidades*. Tal temática é por nós entendida como sendo de suma importância, posto que as políticas públicas educacionais representam o conjunto de programas, ações e atividades desenvolvidas pelo Estado que visam assegurar o cumprimento do direito à educação, e, direta ou indiretamente, contam com a participação de entes públicos ou privados. Nesse sentido, o presente estudo se propôs compreender quais as políticas públicas para a Educação Superior (ES) que tiveram, em âmbito federal, continuidade, no Brasil, após a Lei de Diretrizes e Bases (BRASIL, 1996), considerando o período de 1996 a 2020. Sob esse recorte temporal, buscamos investigar o que motivou suas permanências, continuidades ou descontinuidades. Faz-se necessário ressaltar que a descontinuidade tratada aqui não caracteriza apenas a exclusão de uma política pública, mas as transformações sofridas ao longo de sua trajetória, as quais marcam uma modificação para cumprir com determinados objetivos. Isso ocorre porque, ao passo que a sociedade se transforma e novas necessidades se configuram, novas demandas e modificações surgem e precisam ser atendidas. Não obstante, as políticas públicas vão sendo remodeladas; o que, por um lado, não é ruim, pois, do contrário, estariam estagnadas e sem valor significativo para a sociedade atual. De outra parte, quando as descontinuidades são proposições a partir de interesses políticos, desestruturando políticas públicas importantes, temos problemas que podem impactar na educação e na sociedade como um todo. Por isso, este trabalho, analisou de forma crítica os entremeios não aparentes presentes nas mudanças propostas para as políticas. Podemos apresentar como conclusão que se observados bem, em alguns casos as políticas ao passar por modificações além de tornarem-se excludentes passam a ser ineficazes. Determinando a exclusão e o acréscimo da desigualdade seja através da ordem econômica vigente como no caso do Prouni que abriu portas para o ensino EAD que visa lucro e vê a educação como mercadoria e não como direito, ou seja pela inoperância de alterações ou modificações como no caso do Sisu que não possui qualquer alteração substancial no sentido de se tornar uma política pública eficaz na garantia do acesso e permanência do ensino superior.

Palavras-chaves: Políticas Públicas. Descontinuidades. Educação Superior.

⁸ Doutora em Educação. Professora do PPGEDU/U. silvia@uri.edu.br

⁹ Mestre em Educação. Egressa do PPGEDU/URI. arielesouzadevargas@gmail.com.

DIREITOS DE APRENDIZAGEM, LETRAMENTO E ALFABETIZAÇÃO: ANÁLISE DE UMA POLÍTICA PÚBLICA

Katilen Machado Vicente Squarisi¹⁰
Angélica Inês Miotto¹¹

Eixo Temático: Políticas Públicas, Educação e Direitos Humanos

Resumo

A educação é uma narrativa social em movimento, permeando o que é mais constitutivo no sentido da formação do humano, desafiando todos que estão implicados no laço educativo. A tarefa de alfabetizar crianças é processo complexo com dimensões sociais, culturais, políticas e educacionais, portanto, conduzir a escolarização demanda processo de formação continuada. Afetada pela pandemia da COVID-19 as políticas públicas foram desafiadas a cumprir seus propósitos. O objetivo deste trabalho foi analisar e discutir o (im)pacto da política pública brasileira Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa - PNAIC, na formação de professores alfabetizadores, ressaltando possíveis implicações na prática docente. Como alfabetizar uma criança por meio remoto? Como garantir a alfabetização como um direito de aprendizagem que permeia a dignidade do estudante? Estas e outras questões circundam o conjunto de (in)certezas e (des)estruturas do pensamento e das ações docentes, permitindo imersão neste universo dos educadores a partir de uma leitura reflexiva e, análise crítica de suas impressões deste Programa de governo. A pesquisa de cunho qualitativo, utilizou-se como procedimentos de pesquisa o dispositivo da escrita da memória educativa, entrevistas semiestruturadas, o *hypomnemata* (caderno de notas). Participaram da pesquisa professores alfabetizadores que estiveram presentes nas formações do PNAIC. A referência teórica é fundamentada em estudos psicanalíticos organizados em três eixos do estudo: A transferência no ato educativo: desejo de saber; (E)feitos subjetivos na formação docente: marcas de pertencimento; Mal-estar na alfabetização: impasses na constituição do professor. Como resultados obtidos a partir da referência psicanalítica da ética do sujeito em sua singularidade, aproximamo-nos dos (im)possíveis que permeiam os processos intersubjetivos na relação do educar e das marcas do desejo. Compreendemos que o ato educativo, em especial, no âmbito da alfabetização, é (des)continuado pelas políticas educacionais, mas recriado resilientemente sustentado na relação entre professores e alunos, sobretudo na implicação do professor cujas marcas subjetivas oferecem campo para interpretação e compreensão dos processos formativos docentes a partir da memória das experiências vivenciadas.

Palavras-chave: Alfabetização. Letramento. Formação de professores. Política Educacional. PNAIC.

¹⁰ Doutora em Educação pela Universidade de Brasília (UnB/Brasil). Orientadora Educacional da Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal SEEDF. katilensquarisi@gmail.com.

¹¹ Mestre em Educação pela UCLEH (Montevideu - UY) e Universidade Federal de Goiás (Brasil). Pedagoga do Centro Universitário Euro-Americano UNIEURO (Brasília - DF). angelica.miotto@unieuro.edu.br.

EDUCAÇÃO SUPERIOR FORMAÇÃO DIDÁTICO-PEDAGÓGICA DO PROFESSOR DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS

Silvia Regina Canan¹²
Simone de Lima¹³

Eixo Temático: Políticas Públicas, Educação e Direitos Humanos

Resumo

O presente trabalho teve por objetivo principal analisar a formação didático-pedagógica do professor de Ciências Contábeis no (des) contexto das Políticas para a Educação Superior na perspectiva de contribuir para que essa formação especialmente dos profissionais bacharéis, possa ser observada com a relevância que possui. Buscou trazer para a reflexão, o posicionamento das Políticas Públicas Educacionais, no sentido de nortear o caminho desta pesquisa. O interesse por essa temática se deve pelas vivências apresentadas pelas pesquisadoras, que puderam refletir inicialmente na condição de discente e posteriormente enquanto docente as dificuldades enfrentadas pelos profissionais docentes bacharéis na tentativa de realizar uma aula de excelência. A qualidade do ensino/aprendizagem 'ensinagem' ao nosso ver, depende de inúmeros fatores para se desenvolver em sua plenitude e a ação do professor pode apresentar aspectos fundamentais devido a extrema relevância neste processo. O professor não é um mero transmissor de informações, ele é o agente que desenvolve a ação reflexiva sobre sua ação, tal posicionamento contribuiu para que trouxéssemos dúvidas quanto ao termo "*quem sabe fazer, saber ensinar*" e colaborou para justificar nosso objetivo de pesquisa. Este trabalho foi realizado com bases nos princípios da metodologia histórico-crítica, pois o nosso intuito foi mostrar as contradições entre a legislação e a prática efetiva (necessidade vivida), da mesma forma, como trouxemos alguns aspectos históricos que estabelecem ligação com a temática. Foi uma pesquisa delineada como bibliográfica e documental, com enfoque qualitativo. Conduzimos o procedimento da análise de conteúdo e documental para retratar, compreender e comentar os materiais que encontramos. Procuramos apresentar os aspectos quanto à estudar se existe exigência de formação didático-pedagógica para a atuação no curso de Ciências Contábeis; verificar como as Políticas de formação docente para a Educação Superior tratam a questão da formação didático-pedagógica; e historiar se há na matriz curricular dos cursos de Ciências Contábeis das Instituições pesquisadas e nos currículos dos docentes indicativos de disciplinas ou outros cursos que tenham trabalhado a questão didático-pedagógica. (este último realizado nas IES: URI, UNOESC e UFSM). Diante da obscuridade da legislação para o profissional bacharel que atua como docente na Educação Superior, as brechas legais permitem que este atue sem qualquer formação didático-pedagógica para o exercício da docência. As Políticas Públicas Educacionais também precisam tratar a Educação Superior com maior importância, pois acabam priorizando o quantitativo e o específico da área e não, necessariamente, a qualidade deste ensino. As análises apresentadas tanto das matrizes curriculares, quanto dos currículos dos docentes que atuam no Curso de Ciências Contábeis, comprovaram em sua maioria que: há escassa oferta de disciplinas formativas nos cursos de Ciências Contábeis e que a maior parte dos docentes bacharéis atuam sem nenhuma formação didático-pedagógica para esta função.

Palavras-chave: Formação didático-pedagógica. Ciências Contábeis. Políticas Públicas Educacionais. Educação Superior.

¹² Doutora em Educação. Professora do PPGEDU/URI. silvia@uri.edu.br

¹³ Mestre em Educação. Egressa do PPGEDU/URI. monydelima@hotmail.com

EDUCAÇÃO E SAÚDE NO NOVO ENSINO MÉDIO: ITINERÁRIOS FORMATIVOS COM A SAÚDE ENQUANTO EIXO TRANSVERSAL

Milena Lais Sippert¹⁴

Bruna Eduarda Fassbinder Hoffmeister¹⁵

Marines Aires¹⁶

Eixo Temático: Políticas Públicas, Educação e Direitos Humanos

Resumo

Introdução: Diante do contexto atual das reformas e mudanças no currículo escolar no Novo Ensino-Médio, instituído pela Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e o Referencial Curricular Gaúcho (RCG), destaca-se a implantação e articulação de um currículo flexível, principalmente em relação à interdisciplinaridade, expandindo a matriz curricular através de disciplinas que contemplem temas do cotidiano dos discentes, entre eles, a saúde. Por intermédio da educação em saúde nas escolas, viabiliza-se adoção de comportamentos saudáveis, bem como, prevenção de doenças e melhora da qualidade de vida, não só dos alunos, mas também da comunidade, já que a escola possibilita o encontro de pais, alunos, professores e funcionários (PEREIRA *et al.*, 2021). Nesse sentido, o Governo do Estado do Rio Grande do Sul, por interseção do RCG, incrementou os Itinerário Formativos, que de acordo com a Resolução n.º 3, no artigo 6º, inciso III, conceituam-se como um conjunto de ações curriculares expressas nas unidades de ensino, que oportuniza aos estudantes aprimorar seus conhecimentos para melhor construção do seu futuro em sociedade. Sob esse viés, os Itinerários Formativos que indicam transversalidade no eixo saúde, conforme o conceito ampliado de saúde, estabelecido pela Constituição Federal do Brasil, são: estrutura e funcionamento da máquina humana, corpo e movimento, saúde e práticas preventivas, nutrição e prevenção de doenças e noções de farmacologia (GOVERNO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL, 2018). **Objetivo:** Apontar os itinerários formativos do Referencial Curricular Gaúcho que estão interligados diretamente com a saúde. **Metodologia:** O presente resumo corresponde a uma análise documental e de cunho qualitativo, elaborado junto a linha de pesquisa: Formação de professores, saberes e práticas educacionais do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões, subsidiado pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio Grande do Sul (FAPERGS). O mesmo corresponde aos resultados do primeiro objetivo específico, o qual analisou, através do RCG, a transversalidade da educação e saúde na implementação dos itinerários formativos. **Resultados:** Identificou-se a presença de sugestões de objetos do conhecimento específicos de cada Itinerário Formativo, os quais estão inseridos na matriz curricular junto às disciplinas, visando a abordagem educacional em âmbito integral e interdisciplinar,

¹⁴ Acadêmica do VI Semestre do Curso de Graduação em Enfermagem da Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões URI Campus de Frederico Westphalen RS. Bolsista FAPERGS, Edital 08/2023. E-mail: a099129@uri.edu.br.

¹⁵ Acadêmica do VI Semestre do Curso de Graduação em Enfermagem da Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões URI Campus de Frederico Westphalen RS. Bolsista FAPERGS, Edital 08/2023. E-mail: a099216@uri.edu.br

¹⁶ Doutora em Enfermagem pelo Programa de Pós-graduação em Enfermagem da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (PPGENF/UFRGS). Professora Colaboradora do Programa de Pós-graduação em Educação da URI/FW (PPGEDU). Pós-doutora em Educação-PPGEDU/URI. E-mail: maires@uri.edu.br

norteando os professores na efetivação da educação em saúde. **Conclusão:** Infere-se, através da análise do RCG, com enfoque no estudo dos Itinerários Formativos, a relevância da abordagem da saúde no ambiente escolar, que corrobora para promoção e proteção da integridade dos discentes e comunidade.

Palavras- chave: Educação em saúde. Referencial Curricular Gaúcho. Itinerários Formativos.

Referências:

PEREIRA, Myriam Dantas; MOUTIAN, Ilana; FARIA, Rafaela das Graças Santiago; CORDEIRO, Darilene Rocha; VIEGAS, Selma Maria da Fonseca. Ações intersetoriais entre a saúde e a educação: apontamentos para o programa saúde na escola. **Revista de Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 31, n. 2, e310224, 2021.

RIO GRANDE DO SUL. Secretaria de Estado da Educação. **Referencial Curricular Gaúcho**. Porto Alegre: SEE, 2018.

ANÁLISE DAS POLÍTICAS PÚBLICAS DE CONTROLE DO TABAGISMO E SEU IMPACTO NA SAÚDE PULMONAR

Maurício de Vargas Soares¹⁷
Cesar Riboli¹⁸

Eixo Temático: Políticas Públicas, Educação e Direitos Humanos

Resumo

O reconhecimento do tabagismo como grave problema de saúde pública tem estimulado as nações a adotarem, através de determinadas políticas, estratégias cada vez mais estruturadas e abrangentes para potencializar a redução do consumo de cigarros, promovendo a educação sobre os danos, principalmente respiratórios, causados pelo hábito. O ambiente escolar e as séries iniciais, pontos sensíveis à iniciação do hábito de fumar, são um foco principal do Programa Nacional de Controle do Tabagismo no Brasil, na medida em que estabelece a inclusão do assunto no currículo escolar, como política educacional, pois, desde 2008, através da Lei nº 11.645, define-se a obrigatoriedade do ensino de temas transversais como saúde, meio ambiente e ética. Amparado pela análise documental, é possível fazer-se uma reflexão sobre a efetividade das medidas adotadas contra o tabagismo em um período de dez anos. Como mentor intelectual e gestor, o INCA (Instituto Nacional do Câncer), detém a responsabilidade de nortear as ações para educação em sala de aula. Sua tarefa consta, também, no monitoramento em níveis populacionais da prevalência, gerando, assim, dados estatísticos que corroboram para o entendimento do possível efeito da redução do tabagismo e sua relação com a ocorrência de doenças pulmonares. De fato, a prevalência do hábito de fumar na população brasileira tem diminuído ao longo dos anos. Segundo a Pesquisa Nacional de Saúde (PNS), realizada em 2019, o tabagismo atingia 9,8% da população de 18 anos ou mais. Esse número representa uma queda significativa em relação a estudos anteriores, indicando uma tendência positiva de redução do consumo de tabaco no país. Vale ressaltar que, compreender com profundidade as políticas educacionais de controle do tabagismo e seu resultado, contribui para aprimorar as estratégias de prevenção do próprio hábito que já configura como patologia, inserido, inclusive, na Classificação Internacional de Doenças (CID), bem como das graves enfermidades advindas.

Palavras-chave: Políticas públicas. Tabagismo. Saúde

¹⁷ Mestrando em Educação pela URI- Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões- Campus de Frederico Westphalen-RS. Especialista em Pneumologia e Terapia Intensiva. Graduado em Medicina pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Pneumologista e Intensivista em Santiago/RS. Intensivista no Hospital Universitário de Santa Maria/RS. E-mail: drmssoares@hotmail.com ID Lattes:3162130790882828.

¹⁸ Doutor em Educação pela UNISINOS - Universidade do Vale do Rio dos Sinos. Mestre em Direito pela URI - Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões URI. Especialista em Direito Civil, Processo Civil, Contabilidade Gerencial e Docência no ensino superior. Graduado em Administração, Ciências Contábeis e Direito. Professor do curso de Direito e do Programa de Pós-graduação PPGEDU em Educação da URI - Campus de Frederico Westphalen. Membro das comissões de ensino jurídico e saúde da OAB/RS. Técnico tributário da Receita estadual inativo. Avaliador de cursos de graduação do MEC/INEP, advogado. E-mail:criboli@uri.edu.br. Orcid nº 0009-0001-0158-949X.

GESTÃO DEMOCRÁTICA E O PROVIMENTO DOS CARGOS NA ESCOLA: UMA PROPOSTA DE NORMATIZAÇÃO

Zenaide Borre Kunrath¹⁹
Daniel Pulcherio Fensterseifer²⁰

Eixo Temático: Políticas Públicas, Educação e Direitos Humanos

Resumo

O presente trabalho é fruto de projeto de tese de doutorado cujo tema é "Gestão Democrática e o Provimento dos Cargos na Escola: Uma Proposta de Normatização". Este estudo aborda o quão difícil pode ser a gestão escolar, mediante a vivência em uma sociedade cujos padrões estão imbuídos de autoritarismo e mediante um exercício exacerbado do poder, não só político, como social e econômico. Esta pesquisa tem como objetivo: Investigar a possibilidade de criação de norma jurídica que fomente o provimento de cargos de gestão escolar de forma mais democrática e unificada. Analisar os princípios da Gestão Democrática; estudar os cargos de gestão escolar; verificar os caminhos legais que permitem a promulgação da normatização escolar; investigar as possíveis consequências de uma normatização sobre provimento de cargos de gestão escolar fragmentada e unificada. Esta pesquisa está em andamento, e metodologicamente está embasada em pesquisa Qualitativa, exploratória, bibliográfica e documental. Vamos buscar em leis federais e leis estaduais se há previsão de como ocorre o provimento de cargos. Justificamos a escolha deste tema porque sentimos a necessidade de participação de toda a comunidade escolar; E existem questões que parecem fugir dos propósitos de uma gestão escolar democrática. Precisamos de uma política de gestão mais técnica e menos política, mais inclusiva e intercultural. Precisamos de pessoas habilitadas para a função. Neste sentido, democratizar a escola em uma sociedade que ainda demonstra dificuldades para ser democrática se constitui em um grande desafio. Em Santa Catarina, até 2013, houve uma forte predominância da indicação político-partidária e um número mínimo de escolha do gestor escolar por eleição. A expressão "indicação político-partidária" era usada por que os gestores estaduais eram agentes políticos partidários. Portanto, suas indicações também foram políticas, uma vez que os presidentes dos partidos que participavam da base do governo eram quem indicavam. Desse modo, desde 2013 a Secretaria de Estado da Educação (SED) vem implantando a gestão democrática e os processos de participação da comunidade escolar e das instâncias colegiadas, instituindo a possibilidade da escolha do seu gestor por meio da análise de propostas de Plano de Gestão Escolar (PGE) apresentadas por profissionais da educação interessados em ocupar a função de Diretor de Unidade Escolar.

Palavras-chave: Gestão democrática. Provimento. Normatização. Qualidade da educação.

¹⁹ Doutoranda pela Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões, URI/FW. Mestre em Educação PPGEDU pela Unochapecó. Pedagoga e Supervisora na E.E.B José Marcolino Eckert/Pinhalzinho/SC, especialista em Supervisão escolar, Educação Infantil e Anos Iniciais, Psicopedagogia, Educação a Distância Gestão e Tutoria. a103016@uri.edu.br.

²⁰ Doutor e Mestre em Ciências Criminais pela PUCRS. Professor do Curso de Direito e do Mestrado em Educação da URI/FW. Pesquisador do Grupo de Pesquisa em Docência, Emancipação e Direito Educativo pela Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões. Frederico Westphalen/RS. Educação. danielpulcherio@uri.edu.br.

A BASE NACIONAL COMUM CURRICULAR NO CONTEXTO DAS POLÍTICAS EDUCACIONAIS PARA A EDUCAÇÃO FÍSICA

Leandro José Piovesan²¹
Silvia Regina Canan²²

Eixo Temático: Políticas Públicas, Educação e Direitos Humanos

Resumo

Este resumo é fruto da Dissertação de Mestrado do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões - URI - Campus de Frederico Westphalen e buscou refletir acerca da conceituação e da construção da BNCC, a fim de compreender sua constituição como uma importante política educacional. Procuramos apresentar alguns aspectos educacionais que acompanharam o percurso de construção das políticas educacionais no Brasil, evidenciando o conceito de currículo além de traçar algumas intersecções acerca da Constituição Federal de 1988, da LDB/96, dos PCNs/97, dos RCNEI/98, dos PNE e da BNCC. Procuramos identificar os pontos significativos da BNCC, apresentando de forma sucinta as competências gerais, os objetivos e os resultados esperados contidos no documento. Direcionamos maior atenção à Educação Física contida na BNCC para o Ensino Fundamental, apresentando em forma de quadros a classificação do esporte por categorias, as competências específicas de Educação Física e objetivos para o Ensino Fundamental, assim como as unidades temáticas, objetos de conhecimento e habilidades para os diferentes anos. Consideramos conveniente expressar nosso descontentamento com relação à BNCC, pois em alguns pontos representa um retrocesso para a educação brasileira. Ao estabelecer competências e habilidades, limita pedagogicamente o professor o que acaba refletindo na qualidade do ensino oferecido ao aluno. A antecipação de etapas, como a alfabetização até o segundo ano é uma meta importante, porém, como fazê-la se diferentes fatores interferem para que ela aconteça hodiernamente até o terceiro ano? O professor precisa de atenção, formação, suporte, ambiente sem superlotação e adequado para crianças incluídas, além de remuneração digna. Diante dessa exposição surgem alguns questionamentos: - Os professores receberam formação e suporte necessário para entenderem o que realmente a Base propõe, aprofundando os conceitos abordados? - Os profissionais da educação estão conseguindo ir além do que a Base sugere? Conseguem perceber as diferenças e os ritmos individuais de desenvolvimento e aprendizagem dos alunos? - A União está conseguindo dar suporte a estados e municípios, quanto à avaliação, ao fornecimento de materiais pedagógicos e a oferta de infraestrutura adequada para o pleno desenvolvimento da educação? - A BNCC especificamente para a Educação Física permanecerá somente nos documentos ou seus conteúdos estão sendo praticados?

Palavras-chave: BNCC. Educação física. Políticas educacionais.

²¹ Licenciado em Educação Física, Mestre em Educação. Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões - URI-FW. E-mail: piovesanlj@uri.edu.br

²² Doutora em Educação. Docente do PPGEDU - Mestrado em Educação da Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões - URI-FW. E-mail: silvia@uri.edu.br

PRIMEIRA INFÂNCIA BRASILEIRA: CUIDADO E EDUCAÇÃO NO ESTATUTODA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

Cleonice Pereira do Nascimento Bittencourt²³

Norma Lúcia Neres de Queiroz²⁴

Magalis Bésseer Dorneles Schneider²⁵

Eixo Temático: Políticas Públicas, Educação e Direitos Humanos

Resumo

Esse artigo de reflexão, discorre sobre o tema primeira infância e os direitos humanos fundamentais de Cuidado e Educação, previstos no ECA – Estatuto da Criança e do Adolescente para a Primeira Infância no Brasil (Brasil,1990). Considerando que a criança na primeira infância, ou seja, de zero a seis anos, tem grande potencial de desenvolvimento e aprendizagem, com forte evidências de que o cuidado e atenção recebidos nessa fase, potencializam a aprendizagem de diferentes maneiras. Portanto, tendo como norte a seguinte questão problema: como a concepção de cuidar e educar como direitos fundamentais para a criança na primeira infância são apresentados no ECA? O objetivo foi compreender a concepção de cuidar e educar como direito fundamental da criança na primeira infância. A pesquisa qualitativa realizou análise de conteúdo com organização dos dados em três categorias de análise, que sugere elementos do cuidado e educação que favorecem o desenvolvimento integral da criança e a necessidade de formação de profissionais de diferentes setores que atuam com crianças da primeira infância de maneira multidisciplinar. Dentre esses elementos destacam-se a Proteção, Garantia de Direitos, Desenvolvimento Integral, Intersetorialidade, entre outros. Por fim, concluímos que o tema requer estudos diferenciados com amplo debate com todos os profissionais envolvidos com a temática, especialmente com aqueles profissionais que estão diretamente envolvidos com a criança na primeira infância, haja vista que como disseminador de Políticas Públicas para essa fase, consideramos também que dentre essas Políticas está a de formação de professores, assistentes sociais, profissionais da área da saúde, segurança de modo que esses diferentes profissionais recebam formação em diferentes etapas, inicial, continuada e em serviço. Importante ainda ressaltar que a formação precisa envolver temas como: direitos humanos, violência, desenvolvimento psíquico, desenvolvimento infantil, e outros temas que envolvam a primeira infância.

Palavras-chave: Primeira Infância. ECA. Cuidar e Educar. Políticas Públicas. Educação. Direitos humanos.

²³Doutora em Educação. Professora da Educação Básica na SEEDF. cleonascimentoead@gmail.com.

²⁴Doutora em Psicologia. Universidade de Brasília - UnB. normaluciaqueiroz@gmail.com.

²⁵Doutora em Educação. Universidade Federal do Tocantins- UFT, Campus Arraias -TO. magalisbesser@uft.edu.br

**A INSERÇÃO DAS FORMAS CONSENSUAIS DE SOLUÇÃO DE
CONFLITOS PELAS NOVAS DCN's NO CURSO DE GRADUAÇÃO EM
DIREITO E SUA CONTRIBUIÇÃO PARA AUTONOMIA E
EMANCIPAÇÃO DA SOCIEDADE**

**Janaina Rossarolla Bando²⁶
Daniel Pulcherio Fensterseifer²⁷**

Eixo Temático: Políticas Públicas, Educação e Direitos Humanos

Resumo

O tema proposto no presente trabalho é a inserção das formas consensuais de solução de conflitos pelas novas DCN's no curso de graduação em Direito, tendo como objetivo geral analisar se fato elas contribuem ou não para autonomia e emancipação da sociedade. Os objetivos específicos foram desdobrados em: a) analisar as novas DCN's sob a ótica do Direito Educativo e investigar as motivações e oportunidades relacionadas a processos educativos contidas nas novas DCN's de Direito como ambiente para implantação de políticas públicas de educação emancipatória; b) analisar os conceitos e como os procedimentos consensuais de resolução de conflitos podem ser trabalhados ao longo do curso de Direito, trazendo noções básicas, características, obrigatoriedade e campos de aplicação das disciplinas da Mediação e Conciliação; e c) investigar as relações entre a mediação/conciliação com a emancipação/autonomia das partes para resolverem os conflitos de forma desvinculada do Poder Judiciário, fundando-se nas práticas educativas, bem como se os procedimentos consensuais de resolução de conflitos contribuem para a emancipação e autonomia das pessoas que participam deles, bem como estudar estratégias para o desenvolvimento e aperfeiçoamento das técnicas de resolução de conflitos, e a partir delas sugerir propostas para aumento do campo de aplicação. Trata-se de uma pesquisa qualitativa, com o uso da metodologia de revisão de literatura recorrente e de cunho documental, onde através do estudo das percepções das opiniões das interpretações, deu credibilidade às conclusões alcançadas. Com objetivo exploratório, adotou-se o procedimento técnico da pesquisa bibliográfica. Para análise e interpretação dos dados adotou-se a técnica de análise de conteúdo. A pesquisa foi dividida em três capítulos. No capítulo 1, o objetivo foi analisar as novas DCN's sob a ótica do Direito Educativo e investigar as motivações e oportunidades relacionadas a processos educativos contidas nas novas DCN's de Direito. No capítulo 2, pesquisamos os conceitos e identificamos como os procedimentos consensuais de resolução de conflitos podem ser trabalhados ao longo do curso de Direito. E por fim, analisou-se a mediação e a conciliação, enquanto práticas educativas, como oportunidades de emancipação e autonomia das partes para resolverem seus conflitos, de forma desvinculada do Poder Judiciário. Como conclusões desse trabalho, apresenta-se uma análise sintetizada dos assuntos principais objetivando demonstrar ao longo do desenvolvimento do tema, os caminhos percorridos durante a pesquisa e a análise dos conteúdos coletados. A partir dessa etapa foi possível considerar que as hipóteses levantadas durante a pesquisa acabaram por se confirmar, sendo que, de fato, a inserção obrigatória de também ensinar a cultura da paz trazida pelas novas DCN's do curso de Direito pode ser interpretada como significativo avanço

²⁶ Mestre e Doutoranda em Educação pela Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões -URI/FW. Advogada, docente e coordenadora de curso no ensino superior. E-mail: janaina.bando@hotmail.com.

²⁷ Mestre e Doutor em Ciências Criminais pela Pontifícia Universidade Católica - PUC/RS. Advogado edocente no ensino superior. E-mail: danielpulcherio@uri.edu.br.

em matéria educacional jurídica, visão e de construção de mundo, levando em conta que o processo de ensino a partir de suas próprias necessidades, promove a emancipação humana; e que a mediação/conciliação como uma prática educativa em espaço informal, ensina os indivíduos a resolver seus próprios problemas de forma dialogada, sem interferência de terceiros, resguardando e exercendo seus direitos.

Palavras-chave: Políticas públicas; Resolução de conflitos; Emancipação. Educação.

PERCEPÇÃO DOS ALUNOS INGRESSANTES NO NOVO ENSINO MÉDIO SOBRE O DISCURSO DE LIBERDADE DE ESCOLHA DOS ITINERÁRIOS FORMATIVOS: AUTONOMIA/EMANCIPAÇÃO OU LIMITAÇÃO AO DIREITO À EDUCAÇÃO?

Janaina Rossarolla Bando²⁸
Daniel Pulcherio Fensterseifer²⁹

Eixo Temático: Políticas Públicas, Educação e Direitos Humanos

Resumo

O presente trabalho é fruto de projeto de tese de doutorado cujo tema é a “Percepção dos alunos ingressantes no novo ensino médio sobre o discurso de liberdade de escolha dos itinerários formativos: autonomia/emancipação ou limitação ao direito à educação?”. A tese proposta reside na afirmativa de que há um discurso por trás da liberdade de escolha dos alunos acerca dos itinerários formativos. No entanto, esta liberdade mascara uma precoce autonomia e emancipação que influenciam diretamente na determinação de sua carreira profissional. Sob o ponto de vista da Therapeutic Jurisprudence, o discurso pode ser de liberdade, mas o efeito pode ser completamente oposto, no sentido de comprometer o sujeito a se limitar naquilo que escolheu (ou lhe foi escolhido) quando não tinha maturidade para fazer esta escolha. Como objetivo geral se busca verificar o sentimento dos alunos sobre as mudanças e sua preparação para escolha dos itinerários formativos no Novo Ensino Médio, o qual se desdobra em três objetivos específicos, sendo: a) identificar quais itinerários formativos foram implementados em cada escola que oferte o ensino médio no perímetro urbano do município de Primavera do Leste/MT; b) investigar quais dificuldades/facilidades encontradas pelos estudantes na escolha dos itinerários formativos; e c) analisar qual o discurso estaria por trás das escolhas dos itinerários formativos do novo ensino médio. Quanto a metodologia adotar-se-á levantamento quantitativo com análise qualitativa, com objetivos exploratório e descritivo, utilizando-se os procedimentos técnicos de pesquisa bibliográfica, documental e de campo. O universo encontra-se na literatura dos últimos 05 anos, a amostra na análise de documentos referentes a reforma do ensino médio, em específico quanto aos itinerários formativos e o corpus no resultado da pesquisa de campo. O procedimento a ser adotado será o fichamento da revisão bibliográfica e documentação direta, e coleta de dados através de questionário, adotando-se o método da análise de conteúdo para analisar os dados. Ao final, se espera obter informações suficientes que possibilitem o embasamento para proposição de elementos que possam auxiliar os sistemas de ensino na organização e implementação dos itinerários formativos no currículo do ensino médio.

Palavras-chave: Políticas Públicas; Ensino médio; Itinerários formativos.

²⁸ Mestre e Doutoranda em Educação pela Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões -URI/FW. Advogada, docente e coordenadora de curso no ensino superior. E-mail: janaina.bando@hotmail.com

²⁹ Mestre e Doutor em Ciências Criminais pela Pontifícia Universidade Católica - PUC/RS. Advogado edocente no ensino superior. E-mail: danielpulcherio@uri.edu.br.

O IDEB COMO POLÍTICA PÚBLICA DE AVALIAÇÃO EM LARGA ESCALA: O ENSINO MÉDIO EM DEBATE

Ana Paula Duso³⁰
Edite Maria Sudbrack³¹

Eixo Temático: Políticas Públicas, Educação e Direitos Humanos

Resumo

O tema abordado busca compreender o quanto uma avaliação externa como política pública pode mobilizar saberes e fazeres no espaço pedagógico para pensar em equidade num processo educativo e o seu resultado enquanto sucesso escolar. Nesse sentido, a intencionalidade da pesquisa é analisar o IDEB como uma política pública de avaliação em larga escala com foco no ensino médio, identificando quais os reflexos da avaliação externa na organização das escolas de ensino médio, perpassando pelo direcionamento da gestão escolar, pela análise da legislação prevista e vigente, da influência de organismos internacionais e de uma avaliação globalizante. Propõe-se identificar os níveis que tenham aumentado de uma avaliação para outra. A avaliação de larga escala se desenvolveu rapidamente no Brasil e apresenta, hoje, inúmeras versões e possibilidades, sendo realizada em diferentes níveis (federais, estaduais, municipais) e apresentando variadas contribuições às políticas públicas. As avaliações são capazes de definir critérios essenciais pelos quais se deve compreender a qualidade do trabalho educacional. Ainda nesse viés, os indicadores de qualidade produzidos pelas análises dessas avaliações permitem compreender o desempenho do aluno, associado às contingências sociais, à estrutura e às condições da escola que definem o bom desempenho. “O atual protagonismo da avaliação, no quadro das políticas educacionais, não apenas remete para as suas dimensões instrumentais e de controle, a serviço de novas modalidades de regulação e meta regulação estatal das políticas públicas. A avaliação educacional, mais do que isso, é uma das máximas expressões, substantivas, das políticas educacionais contemporâneas, seja em escala nacional e local, seja em escala transnacional.” (LIMA, 2012, p. 15). Com esse corpus conhecer as estratégias utilizadas pela escola e seus professores para a identificação do IDEB, também compreender pelos depoimentos de seus atores em que medida a avaliação externa pode ser um indicador de promoção de sucesso escolar. O Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb) reúne, em um só indicador, os resultados de dois conceitos igualmente importantes para a qualidade da educação: o fluxo escolar e as médias de desempenho nas avaliações, agregando ao enfoque pedagógico das avaliações em larga escala a possibilidade de resultados sintéticos, com o objetivo de permitir traçar metas de qualidade educacional para os sistemas. A combinação entre fluxo e aprendizagem equilibra as duas dimensões se um sistema de ensino reter seus alunos para obter resultados de melhor qualidade no Saeb, o fator fluxo será alterado, indicando a necessidade de melhoria do sistema. Se, ao contrário, o sistema apressar a aprovação do aluno sem qualidade, o resultado das avaliações indicará igualmente a necessidade de melhoria do sistema. Essa pesquisa representa um tema de grande importância para o sistema brasileiro de ensino uma vez que, favorece o conhecimento das estratégias e mecanismos utilizados pelas escolas para aumentar seus índices. O que é possível identificar

³⁰Pedagoga, Pós-graduada em Docência no Ensino Superior, Mestre em Educação. Chefe de Divisão Pedagógica na 20ª Coordenadoria Regional de Educação. Bolsista CAPES Modalidade I no PPGEDU/URI. Email: ana-pduso@educar.rs.gov.br

³¹Pós-Doutora em Educação (2020) – Universidade de Aveiro/Portugal, Pós-Doutora em Educação (2016) – UFRGS, Doutora em Educação (2002) – UFRGS, Mestre em Educação (1995) – UFRGS. Professora do PPGEDU da Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões - URI/*Campus* de Frederico Westphalen, RS. E-mail: sudbrack@uri.edu.br

num espaço micro as diferenças e semelhanças que viabilizam e potencializam a qualidade no processo educacional.

Palavras-chave: IDEB, Política Pública, Avaliação em Larga Escala.

AVALIAÇÃO DOS IMPACTOS NO AFASTAMENTO DOS PROFESSORES DA REDE ESTADUAL DA 20 CRE PARA FORMAÇÃO CONTINUADA EM NÍVEL DE STRICTO SENSU: UMA QUESTÃO DE GESTÃO PÚBLICA DA EDUCAÇÃO

Anthony dos Reis Moraes³²
Luci Mary Duso Pacheco³³

Eixo temático: Políticas Públicas, Educação e Direitos Humanos

Resumo:

Este resumo tem por objetivo apresentar uma sinopse acerca da problemática em questão. Ao considerar o dinamismo tecnológico e a facilidade na busca por informações e conhecimento das pessoas de modo geral, percebe-se a necessidade de novas práticas e ações pedagógicas, capazes de despertar a curiosidade e o interesse dos educandos na rede básica de ensino público no que tange a participação e busca do conhecimento. Cabe ao professor, desenvolver e despertar no educando, por meio das ações pedagógicas, o seu crescimento intelectual. No entanto, práticas advindas da formação inicial, precisam ser aprimoradas em virtude do novo momento educacional em que vivemos. Percebe-se que os processos de ensinar e aprender muitas vezes não acarretam um bom aproveitamento em sala de aula, por conta das lacunas que os estudantes e professores carregam em sua trajetória. Quando incentivamos a formação continuada em nível de *Stricto sensu* de um profissional da educação, muito além de oportunizar a busca de novos conhecimentos, práticas pedagógicas e oxigenar o processo de ensino aprendizagem, estamos levando a pesquisa, por meio dos trabalhos acadêmicos, para dentro das escolas públicas, levantando as problemáticas e apresentando caminhos para resolver diversos problemas, dentre eles, aumentar os índices e a qualidade da educação pública. No entanto, a formação continuada em nível de *Stricto sensu* de um profissional da educação, requer, mesmo que temporariamente, o seu afastamento das atividades profissionais cotidianas e a dedicação na pesquisa e estudos de dados para construção do conhecimento. O afastamento profissional por vezes é negado pelo poder público estadual, haja vista a falta de profissionais para substituir o afastamento, fato que tem sido relevante para os profissionais não buscarem a formação continuada. Ao incentivar a formação continuada em nível de *Stricto sensu* de um profissional da educação, tanto autorizando o seu afastamento temporário, como melhorando os incentivos financeiros, vai oportunizar novas ações e ferramentas que contribuirão para um processo de ensino e aprendizagem atualizados que por sua vez influenciará no aumento dos índices de avaliação. A formação continuada em nível de *Stricto sensu* de um profissional da educação, precisa ser uma política pública de estado e não um título individual do profissional.

Palavras-chave: Formação continuada; qualidade da educação; política pública de estado.

³²Mestrando em Educação no PPGEDU - URI. Pós-Graduado em Cidades Inteligentes: tecnologia e inovação, Graduado em Engenharia Civil pela URI e Licenciatura em Matemática pela UNOPAR. Chefe de Divisão de Gestão de Pessoas na 20ª CRE. E-mail: Anthony-drmoraes@educar.rs.gov.br.

³³Doutora em Educação, Coordenadora do PPGEDU da URI, Professora do PPGEDU da URI. E-mail: luci@uri.edu.br

EIXO TEMÁTICO:

DIREITO EDUCATIVO

EDUCAÇÃO PARA PESSOAS PRESAS: UMA QUESTÃO DE DIREITO

Amanda Pereira Dassoler³⁴
Daniel Pulcherio Fensterseifer³⁵

Eixo Temático: Direito Educativo

Resumo

O texto aborda a temática sobre o direito à educação para pessoas presas. A pesquisa terá como base o seguinte questionamento: a educação para pessoas presas trata-se de um direito ou apenas uma assistência a ser prestada pelo Estado conforme consta na Lei de Execuções Penais (LEP)? Propõe-se essa discussão a partir de estudos sobre as teorias da pena e seus fins segundo o Código Penal. A educação é um direito social previsto no caput do art. 6º da Constituição Federal e deve ser ofertada para todos sem distinção de qualquer natureza. Trata-se de pesquisa qualitativa na qual serão utilizados os métodos bibliográfico e documental. Ademais, serão utilizados livros e artigos científicos encontrados na biblioteca física e digital da URI, assim como em sites de periódicos relacionados a cursos e programas de pós-graduação em Direito. Além disso, será analisada a Constituição Federal de 1988, bem como leis federais e resoluções do Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária (CNPCCP) e Conselho Nacional de Educação. A partir desta pesquisa, pode-se compreender que das três teorias da pena existentes, a teoria da prevenção especial positiva, a qual é voltada para o agente infrator, objetiva aproximar o preso de direitos e garantias, a fim de evitar a prática de novos delitos. Contudo, seus fins não estariam sendo atingidos, sendo sua maior crítica. Além disso, a Lei de Execução Penal trouxe como finalidade a regulamentação dos estabelecimentos prisionais para proporcionar condições dignas enquanto o apenado estiver cumprindo a sanção imposta pelo Estado. Sendo assim, estabelece normas fundamentais prevendo benefícios, direitos e obrigações a fim de atender as necessidades sociais do indivíduo que está cumprindo pena. Essas benesses são nomeadas como assistências a serem prestadas pelo Estado. Nessa perspectiva, uma das formas de se aplicar a teoria citada anteriormente é mediante a inclusão da educação na fase de Execução da Pena. Entretanto, a educação deve ser compreendida como um direito, o qual está explicitamente conceituado pela Constituição Federal de 1988 e deve ser ofertada a todos, não importando o local em que a pessoa se encontra, tendo em vista que o texto constitucional não faz nenhuma distinção a respeito do assunto. Conclui-se então, que é responsabilidade e obrigação do Estado promover a educação no âmbito prisional e deve fazer isso a partir de políticas públicas garantidoras desse direito. Entende-se isso, em razão de que a pena privativa de liberdade não comporta a privação de outros direitos, especialmente o direito educacional.

Palavras-chave: Prisão. Educação de pessoas presas. Direito Educativo.

³⁴ Acadêmica do X Semestre de Direito da Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões (URI) - Campus Frederico Westphalen/RS. E-mail: amandapereira1414@gmail.com.

³⁵ Doutor e Mestre em Ciências Criminais. Professor do PPGEDU (mestrado e doutorado) e do curso de Direito da URI/FW, e-mail: danielpulcherio@uri.edu.br.

**EDUCAÇÃO PARA PESSOAS PRESAS: UM ESTUDO DESDE A
LEGISLAÇÃO APLICÁVEL ÀS PRÁTICAS DESENVOLVIDAS NA 4ª
REGIÃO PENITENCIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL**

Karolainy Guse Martins³⁶
Daniel Pulcherio Fensterseifer³⁷

Eixo Temático: Direito Educativo

Resumo

Historicamente, o sistema carcerário brasileiro é marcado por questões complexas e desafiadoras, com condições precárias, falta de estrutura e violência intrínseca. Neste sentido, a educação carcerária surge como uma ferramenta essencial para reduzir a reincidência criminal, bem como para promover oportunidades realistas de futuro as pessoas privadas de liberdade no seu retorno ao convívio externo. No entanto, o Brasil não possui uma política nacional consolidada de educação para o sistema penitenciário, sendo um país marcado pelo intenso contraste entre o previsto na teoria e a prática, bem como pela existência de objetivos docentes eventualmente antagônicos aos dos corpos de segurança, sendo a prisão, de acordo com Mayer (2013), antieducativa em si. Diante disso, o presente projeto de pesquisa busca estudar a educação carcerária como o direito previsto na legislação brasileira inerente e inalienável dos indivíduos, sejam eles privados de liberdade ou não. Assim, busca-se um olhar inovador e mais humanizado sobre a educação que reconhece sua importância e necessidade, abordando os estigmas e preconceitos sofridos, a pouca valorização do trabalho docente, e a carência de recursos humanos e materiais. O objetivo geral desta pesquisa é analisar de que forma o Direito à Educação é prestado para as pessoas presas na Quarta Região Penitenciária, correspondente a área de abrangência da URI - Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões. Trata-se de pesquisa qualitativa exploratória - pois busca encontrar ferramentas e processos educacionais carcerários utilizados e utilizáveis em todo Brasil -, e quanto aos meios configura-se como pesquisa bibliográfica, documental e de campo. A partir da pesquisa espera-se analisar as políticas educacionais carcerárias do estado do Rio Grande do Sul, analisar a educação como fator protetivo da criminalidade, analisar a legislação sobre educação para pessoas presas, bem como fomentar a elaboração de pesquisas multidisciplinares e estimular a pesquisa empírica relacionada ao Direito.

Palavras-chave: Educação. Cárcere. Prisão.

³⁶ Graduanda do quarto semestre de Direito na URI - Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões. Estagiária na Delegacia de Polícia Civil de Frederico Westphalen. a101132@uri.edu.br

³⁷ Doutor e Mestre em ciências criminais. Professor do programa de pós-graduação em educação (mestrado e doutorado) e do curso de Direito da URI - Universidade Regional Integrada do Auto Uruguai edas Missões. danielpulcherio@uri.edu.br

**EDUCAÇÃO PARA ADOLESCENTES EM CONFLITO COM A LEI EM
SITUAÇÃO DE RESTRIÇÃO DE LIBERDADE NO CENTRO DE
ATENDIMENTO SOCIOEDUCATIVO MASCULINO NO ESTADO DO
MATO GROSSO: UMA ANÁLISE SOBRE AS PERCEPÇÕES DOS
PROFISSIONAIS DO CASE**

**Vanuza Gomes Lima Machado³⁸
Daniel Pulcherio Fensterseifer³⁹**

Eixo Temático: Direito Educativo

Resumo

Esta pesquisa está vinculada ao Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Educação (PPGEDU) - da Universidade do Alto Uruguai e das Missões - Campus de Frederico Westphalen, linha de pesquisa Políticas Públicas e Gestão da Educação. Este projeto de pesquisa justifica-se, em primeiro lugar, pela relevância social da temática e pela complexidade do assunto. Uma vez que, independentemente, da condição que se encontre o indivíduo, a educação continua sendo um direito social e uma obrigação do Estado. Objetivo geral: identificar os desafios enfrentados no Centro de Atendimento Socioeducativo Masculino de Rondonópolis-MT, para implementar as políticas públicas educacionais dirigidas à adolescentes em conflito com a lei em situação de restrição de liberdade. Objetivos específicos: identificar que tipos de práticas educativas são propostas; identificar as condições de infraestrutura para implementação das atividades educacionais; estudar as políticas educacionais para adolescentes em situação de restrição de liberdade no Estado de Mato Grosso. Metodologia: Pesquisa exploratória, de campo, bibliográfica e documental. O público-alvo deste estudo são profissionais que atuam no Centro de Atendimento Socioeducativo Masculino de Rondonópolis-MT. A amostra será composta por 10 participantes, sendo um representante de cada cargo. A coleta de dados se dará por meio de um roteiro de entrevista semiestruturado, e o tratamento dos dados será através da análise de conteúdo. Como possíveis resultados espera-se esclarecer as reais dificuldades dos centros de acolhimento no que trata a implementação de políticas públicas educacionais dirigidas a adolescentes em conflito com a lei, privados de liberdade para que assim, possa se constituir em uma oportunidade importante para avançar em termos de entendimento das reais condições posta a serviço desse público demandante.

Palavras-chave: Educação. Medidas socioeducativas. Adolescentes em conflito com a lei.

³⁸Mestranda em Educação no PPG em Educação da Universidade Regional Integral do Alto Uruguai e das Missões - URI-FR. Graduada em Administração. Especialista em Gestão Estratégica de empresa e Metodologia do Ensino Superior. Coordenadora de Desenvolvimento Educacional. E-mail: a102214@uri.edi.br

³⁹ Doutor e mestre em Ciências Criminais. Professor do Programa de Pós-Graduação em Educação (mestrado em doutorado) e do curso de Direito da Uri. E-mail: danielpulcherio@uri.edu.br

EIXO TEMÁTICO:

DIREITO EDUCATIVO E ESCOLA

CONFLITOS ESCOLARES: ESTRATÉGIAS E CAMINHOS PARA A SOLUÇÃO

Susana Michels⁴⁰

Daniel Pulcherio Fensterseifer⁴¹

Eixo Temático: Direito Educativo e Escola

Resumo

Os conflitos no ambiente escolar representam uma preocupação relevante para educadores, estudantes e pais, afetando não apenas a qualidade da educação, mas também o bem-estar e a saúde emocional de todos os envolvidos. Este estudo apresenta uma análise bibliográfica e documental aprofundada dos conflitos escolares e explora estratégias eficazes para sua resolução. Necessitamos entender a natureza dos conflitos no contexto educacional, identificando suas principais causas e manifestações. Em seguida, examinamos a importância de abordar esses conflitos de maneira construtiva, promovendo um ambiente escolar seguro, inclusivo e propício ao aprendizado. Analisamos diversas estratégias de prevenção e gestão de conflitos, tais como mediação, conciliação, negociação, diálogo aberto e promoção da empatia. Essas estratégias visam não apenas resolver conflitos existentes, mas também criar uma cultura de respeito mútuo e comunicação eficaz entre os membros da comunidade escolar. Além disso, discutimos a importância da colaboração entre educadores, estudantes, pais e demais partes interessadas no processo de resolução de conflitos. A participação ativa e o envolvimento de todos os membros da comunidade educacional são fundamentais para o sucesso das estratégias adotadas. Enfatizamos também a necessidade contínua de pesquisa e desenvolvimento de novas abordagens para a resolução de conflitos escolares, bem como a importância da formação adequada dos profissionais da educação nessa área. A implementação eficaz dessas estratégias promove um ambiente escolar mais saudável e propício ao aprendizado, contribuindo para o desenvolvimento integral dos estudantes e para a construção de uma sociedade mais justa e harmônica. A promoção da harmonia escolar é um objetivo crucial no ambiente educacional, gerando um clima propício para o aprendizado, o desenvolvimento pessoal e o bem-estar de todos os envolvidos. É importante considerar e valorizar a resolução de conflitos na promoção da harmonia escolar, pois as instituições de ensino podem criar um ambiente propício para o crescimento acadêmico, emocional e social dos estudantes, contribuindo para uma sociedade mais tolerante.

Palavras-chave: Conflitos, Estratégias de Resolução de Conflitos, Mediação, Conciliação.

⁴⁰ Mestranda em Educação do Programa de Pós Graduação da Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e da Missões - RS; a096062@uri.edu.br

⁴¹ Doutor Professor Orientador do curso de Mestrado em Educação do Programa de Pós Graduação da Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e da Missões - RS;

DIREITO À EDUCAÇÃO DE QUALIDADE COMO FORMA DE EMANCIPAÇÃO SOCIAL: PERSPECTIVA ESCOLAR EM PROJEÇÃO

Angélica Inês Miotto⁴²
Katilen Machado Vicente Squarisi⁴³

Eixo Temático: Direito Educativo e Escola

Resumo

Este artigo objetiva apresentar algumas reflexões sobre o direito educativo e a escola, a partir do Projeto Político-Pedagógico (PPP) da Escola do Parque da Cidade (PROEM) em Brasília, sob a ótica das reivindicações apresentadas no documento referência CONAE 2024 - Conferência Nacional de Educação - Plano Nacional de Educação 2024-2034: política de Estado para a garantia da educação como direito humano, com justiça social e desenvolvimento socioambiental sustentável. Ressalta-se que o CONAE 2024 é uma convocação extraordinária do governo brasileiro, com base na metodologia do Ministério da Educação que tem o compromisso de realizar discussões preliminares sobre as metas do Plano Nacional de Educação (PNE) para a década 2024-2034. Assim, utilizou-se um recorte do eixo II do documento denominado: A garantia do direito de todas as pessoas à educação de qualidade social, com acesso, permanência, e conclusão, em todos os níveis, etapas e modalidades, nos diferentes contextos e territórios. Nesse eixo, buscou-se referências nas demandas relacionadas a educação no Sistema Socioeducativo, tendo como base os elementos acerca da garantia do direito à educação de qualidade social no atendimento aos estudantes em situação de vulnerabilidade psicossocial, socioeconômica e em defasagem idade-ano. Nessa perspectiva, esse estudo justifica-se por entender que a educação é um processo que demanda tempo e planejamento. Assim, atrelar metas do PNE envoltas pelas vicissitudes da escola é promissor no sentido de aprofundar a discussão da qualidade da educação enquanto direito. Desvelar a visão de humano que não apenas se naturaliza, mas se humaniza no e com o mundo, se faz de história. O Plano Nacional de Educação (PNE), atrelado ao CONAE, também traz metas humanizadoras e por vezes por depender de políticas públicas nem sempre se concretizam. Pensar nos menos favorecidos é uma forma de se constituir como humano, assim questiona-se: Como garantir o direito à educação de qualidade como forma de emancipação social? A metodologia aqui realizada direciona-se na abordagem qualitativa, possibilitada pela análise de documentos e o estudo bibliográfico em diversas fontes sobre o termo qualidade da educação, além da preocupação em torno dos fatores que dificultam o acesso à escola e as políticas na área da educação. Os resultados sinalizam a necessidade de debates e estudos sobre escolas que desempenham um papel de polo gerador de novas experiências pedagógicas voltadas a inserção e reinserção social de crianças e adolescentes em situação de risco. Conclui-se que a busca de soluções se manifesta na construção, integração e no fortalecimento de ações e programas que possibilitem ampliar as oportunidades educativas. Sobretudo, evidencia-se assim como Hannah Arendt que a essência dos Direitos Humanos é o direito a ter direitos.

Palavras-chave: Escola. Direito educativo. Qualidade da educação. Emancipação. Políticas educativas.

⁴² Mestre em Educação pela UCLEH (Montevideu - UY) e Universidade Federal de Goiás (Brasil). Pedagoga. Centro Universitário Euro-Americano UNIEURO (Brasília - DF) angelica.miotto@unieuro.edu.br

⁴³ Doutora em Educação pela Universidade de Brasília (Brasil). Orientadora Educacional da Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal. (Brasília - DF) katilensquarisi@gamil.com

EIXO TEMÁTICO:

DIREITO EDUCATIVO E MINORIAS

EDUCAÇÃO DE PESSOAS JOVENS, ADULTAS E IDOSAS: A EMERGÊNCIA DA GARANTIA DO DIREITO EDUCATIVO PARA AS MINORIAS

Cleide Oliveira⁴⁴

Eliane Cadoná⁴⁵

Eixo Temático: Direito Educativo e Minorias

Resumo

O resumo possui como proposta apresentar de forma breve a importância de discussões sobre o direito educativo de Pessoas, Jovens, Adultas e Idosas – EJA na contemporaneidade, trazendo algumas reflexões importantes para pensar a modalidade de ensino prevista na Lei de Diretrizes Bases da Educação Nacional nº 9.394 de 1996. A EJA é uma educação voltada para as minorias. Sodré (2005) ressalta que as minorias não são pequenos grupos, mas sim, parcela da população que busca assegurar direitos, e um deles diz respeito à educação. A modalidade de ensino, com a extinção da Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização de Jovens e Adultos, Diversidade e Inclusão – Secadi, em 2019, passou por um período de retrocessos na implementação de políticas públicas que pudessem assegurar o direito educacional desses sujeitos. São desigualdades sociais e econômicas que atravessam suas vidas. Dubet (2020), em seus estudos, aponta para a individualização e a multiplicação das desigualdades, que no contexto contemporâneo não são pensadas somente a partir do sistema de classes, ou seja, o indivíduo pode sofrer múltiplas desigualdades, a partir do lugar que ocupa na sociedade. As desigualdades sociais e econômicas contribuem para o abandono dos estudos de muitos/as brasileiros/as. A educação ao longo da vida está prevista no Art 37 da LDBEN/96, ou seja, o direito educacional é parte da vida dos indivíduos. Refletir sobre os aspectos que dificultam o acesso e a permanência dos/as estudantes na EJA envolve pensar nas condições estruturais, na formação inicial e continuada dos/as docentes para atuar na EJA, compreendo a realidade dos sujeitos plurais e as especificidades presentes em suas vidas. A modalidade de ensino é invisibilizada, portanto, é essencial a garantia do direito educativo como forma de promoção da justiça social. Ribeiro, Haddad e Catelli Jr. (2014) salientam que. “o reconhecimento da indissociabilidade dos direitos é a premissa básica para dizer que só é possível realizar um direito plenamente se ele for acompanhado dos outros”. Estamos num movimento de construção de um novo Plano Nacional de Educação (2024-2034) e políticas públicas precisam ser propostas, visando a intersetorialidade. Somente assim poderão ocorrer transformações na EJA.

Palavras-chave: EJA. Direito Educativo. Minorias.

⁴⁴ Mestra. Professora (SMED Salvador). E-mail: cleide2471@gmail.com

⁴⁵ Pós-doutora. Professora (URI – Frederico Westphalen). E-mail: eliane@uri.edu.br

EIXO TEMÁTICO:

**DIREITOS HUMANOS E EDUCAÇÃO NO
CAMPO**

A FORMAÇÃO POR ALTERNÂNCIA NAS ESCOLAS DE ENSINO FUNDAMENTAL DO CAMPO DA CRE DE ITAPIRANGA E O DESENVOLVIMENTO INTEGRAL E SUSTENTÁVEL DAS COMUNIDADES RURAIS

Vilson Von Borstel⁴⁶
Luci Mary Duso Pacheco⁴⁷

Eixo Temático: Direitos Humanos e Educação no Campo

Resumo

Esse estudo tem como objetivo pesquisar, a Formação por Alternância, no Projeto Pedagogia da Alternância, implantado em escolas do campo na Coordenadoria Regional de Educação de Itapiranga. Esse estudo, portanto, estende um olhar para o funcionamento das escolas do campo da CRE de Itapiranga, escolas que tem seus alunos oriundos basicamente da agricultura, da pequena propriedade rural. A implantação do novo currículo começou em duas escolas em 2019 e foi gradativamente sendo adotado pelas demais escolas do campo nos municípios de abrangência da Coordenadoria Regional de Educação. Essa mudança de paradigma na educação, com implementação do novo currículo, se dá nas escolas com ensino fundamental. A pesquisa se desenvolve numa região com a base da economia oriunda basicamente da agropecuária. Entre os objetivos a ser verificado na pesquisa destaca-se o olhar para o currículo, para verificar se este, após a implantação da pedagogia da alternância se desvinculou dos conteúdos urbanizados e qual é a relação concreta deste currículo com a realidade do aluno do campo. Outro objetivo é verificar como se desenvolve a iniciação à pesquisa, além de identificar o protagonismo que esse trabalho promove nos alunos na perspectiva da autonomia, da liderança, da iniciativa, numa ideia de sustentabilidade. Num sistema de alternância do tempo escola e do tempo comunidade, as escolas assumem um novo papel na formação dos jovens oriundos do campo. Novas técnicas e conhecimento empíricos presentes no campo a décadas podem ser explorados com possibilidade de novas aprendizagens com sentido para a vida dos jovens do campo, num contraponto ao velho currículo urbanizado. Na perspectiva da sustentabilidade, é preciso olhar agora para essas escolas e a partir de entrevistas, questionários, visitas técnicas, verificar, como se dá esse processo de formação por alternância, na perspectiva da Iniciação à pesquisa, da inovação curricular, da participação da comunidade e da consolidação do projeto na comunidade escolar.

Palavras-chave: Formação por Alternância, Iniciação à Pesquisa, Sustentabilidade, Pedagogia da Alternância.

⁴⁶ M estrando em educação pelo PPGEDU – URI. Licenciado em Matemática e Ciências Naturais, Servidor da CRE de Itapiranga, wilsonv@sed.sc.gov.br

⁴⁷ Doutora em Educação professora do Programa de Pós-Graduação em Educação da URI - Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões. E-mail: luci@uri.edu.br

A EDUCAÇÃO PREVIDENCIÁRIA COMO AÇÃO DE EFETIVAÇÃO DA CIDADANIA E INCLUSÃO SOCIAL DA MULHER AGRICULTORA

Emmyli Fernanda Bonini Gabbi⁴⁸
César Riboli⁴⁹

Eixo Temático: Direitos Humanos e Educação no Campo

Resumo

O presente Projeto de Extensão, inserido na linha de pesquisa: Estado Constitucional e Cidadania na Sociedade Contemporânea e desenvolvido com uma metodologia fulcrada no método dedutivo de abordagem, assim como no método monográfico, tem por objetivo trabalhar a ideia de educar as mulheres trabalhadoras rurais para que estas adquiram, mediante a divulgação de conteúdo informativo, de palestras em parceria com Sindicatos dos Trabalhadores Rurais e Cooperativas da região e de material midiático, o conhecimento necessário acerca de seus respectivos direitos e garantias previdenciárias, a fim de promover a sua cidadania e inclusão social. A mulher agricultora desempenha um papel fundamental no desenvolvimento econômico e social do país, contribuindo de forma significativa para a produção de alimentos e a sustentabilidade do meio rural. No entanto, muitas vezes, ela encontra-se em situação de vulnerabilidade, enfrentando obstáculos no acesso e no entendimento dos direitos previdenciários. Nessa senda, a educação previdenciária surge como uma importante estratégia para empoderar essas mulheres, capacitando-as para compreenderem e reivindicarem seus direitos. Além disso, ela contribui para a quebra de estereótipos e preconceitos de gênero, promovendo a autonomia e a igualdade de oportunidades. Dessa forma, para que essas cidadãs possam acessar os benefícios previstos na legislação nacional, tal como previsto no art. 6º da Constituição Federal de 1988, faz-se imperioso que o Estado ofereça políticas públicas eficazes que divulguem o conhecimento e as informações necessárias acerca da temática, as quais já vêm ocorrendo. Porém, tais medidas voltadas para as mulheres rurais têm se revelado insuficientes, visto que muitas delas, ainda, são incôncias no que tange seus direitos previdenciários, impasse que dificulta o seu acesso à proteção social. Ademais, as mulheres rurícolas sofrem, desde longa data, com o baixo nível de escolaridade, o qual é resultado da falta de oportunidades e de visibilidade por parte do poder público. Essa situação se agrava, inclusive, para as jovens trabalhadoras rurais que enfrentam discriminação e violação de direitos fundamentais, haja vista a presença de lacunas normativas que frustram sua segurança social. Outrossim, a grande maioria delas não consegue, nem mesmo, receber o salário maternidade, o auxílio-doença ou o auxílio-acidente por simplesmente não terem um encaminhamento mais facilitado à justiça. A partir de tal discussão, conclui-se que a educação previdenciária exerce um papel basilar na construção de uma sociedade mais justa e igualitária para todos, primando, sobretudo, pela ideia de conscientização dos indivíduos acerca dos direitos relacionados à previdência social e dos benefícios por ela concedidos, devendo ser, por isso, mais disseminada entre as diversas gerações.

Palavras-chave: Mulheres Rurais. Previdência Social. Direitos Fundamentais. Educação Previdenciária. Constituição Federal.

⁴⁸Emmyli Fernanda Bonini Gabbi. Acadêmica do 2º semestre do curso de Direito na Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões - Câmpus Frederico Westphalen, RS, Bolsista de Iniciação Científica, E-mail: a103361@uri.edu.br.

⁴⁹ Cesar Riboli. Doutor em Educação, Mestre em Direito, Câmpus Frederico Westphalen, RS. Orientador do Projeto de Extensão, E-mail: criboli@uri.edu.br.

EIXO TEMÁTICO:

INCLUSÃO E EDUCAÇÃO

POLÍTICAS PÚBLICAS E PRÁTICAS PEDAGÓGICAS DE ADAPTAÇÃO CURRICULAR NA PERSPECTIVA DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA

Graciela Deise Metz⁵⁰
Silvia Regina Canan⁵¹

Eixo Temático: Inclusão e Educação

Resumo

O presente resumo é parte da Dissertação de Mestrado, inserida na linha de pesquisa: Políticas Públicas e Gestão, do Programa de Pós-Graduação *Strictu Sensu* em Educação – PPGEDU (Mestrado e Doutorado em Educação), da Universidade Regional integrada do Alto Uruguai e das Missões (URI), Campus Frederico Westphalen. RS. A temática da Educação Inclusiva objeto da pesquisa teve como objeto de estudo as adaptações curriculares nos segmentos das políticas e das práticas pedagógicas. O estudo foi descritivo, com abordagem qualitativa, elaborado a partir da apreciação de obras e de entrevista com professores da Educação Especial. A principal intencionalidade do trabalho foi analisar se as políticas públicas de educação inclusiva são efetivadas nos espaços escolares e como ocorre o desdobramento na prática profissional, tendo como espaço de pesquisa a Rede Municipal de Ensino do município de Maravilha – SC. Os procedimentos metodológicos adotados para desenvolver a investigação foi de enfoque qualitativo, por meio de pesquisa documental e entrevista semiestruturada realizada com professores de Educação Especial. Os dados produzidos foram analisados com base na análise de conteúdo. Os principais resultados obtidos, nos mostraram que as políticas públicas inclusivas estão sendo implementadas paliativamente, obedecendo a obrigatoriedade das adequações, ficando mais restritas a contratação de professores especialistas nessa modalidade, os quais realizam adaptações e flexibilizações nas atividades estabelecidas nos currículos. Os ajustes ocorrem parcialmente e não atendem toda a demanda que um educando especial necessita. Ficou evidente a dificuldade nas mudanças de currículo e que, as falhas produzidas pelas dificuldades ao serem feitas as adaptações possuem uma relação direta com as incertezas quanto ao que pode ou não ser realizado pelo professor. Foi possível depreender que a falta de conhecimentos mais densos sobre as diversas teorias e legislações que regulamentam a Educação Especial, fazem com que o processo inclusivo acabe ficando muito mais sob responsabilidade do profissional que possui formação específica na área, gerando um distanciamento entre o campo teórico e o campo prático.

Palavras-chave: Adaptações Curriculares. Educação Especial. Políticas Públicas. Práticas Pedagógicas.

⁵⁰Mestre em Educação. Psicopedagoga da Rede Municipal de Ensino do município de Maravilha/SC. gracimetz100@hotmail.com

⁵¹ Doutora em Educação. Professora do PPGEDU/URI. silvia@uri.edu.br

APONTAMENTOS DE PESQUISAS SOBRE: LIBRAS PARA ESTUDANTES OUVINTES NO ENSINO MÉDIO

Rosane Pagnussat⁵²
Luana Teixeira Porto⁵³

Eixo Temático: Inclusão e Educação

Resumo

Esta investigação, inserida na linha de pesquisa Processos Educativos, Linguagens e Tecnologias, procura identificar as principais publicações sobre o ensino de Libras para estudantes ouvintes no ensino médio. Essa investigação surgiu da percepção de uma lacuna que tange o ensino de Libras para ouvintes no ensino médio. Tal lacuna foi constatada pela pesquisadora, que, ao desenvolver este estudo, evidenciou se já havia pesquisas que se dedicaram ao propósito desta investigação. Assim foi realizada uma busca no Portal de Teses e Dissertações da CAPES, nas quais o foco de investigação era “pesquisas realizadas com a abordagem no ensino de libras a estudantes ouvintes no ensino médio, nos últimos cinco anos”. Inserindo no campo de busca o descritor “Libras” AND “ouvintes” na primeira pesquisa, retornaram 564 resultados, aplicando o filtro para os últimos cinco anos retornaram 348 resultados que apontavam para o descritor Libras, poucos foram os documentos encontrados que satisfizessem nosso questionamento apenas três resultados, visto que os periódicos abordavam a aprendizagem de surdos, de surdos bilíngues, comunidade surda, letramento em libras, papel do intérprete. Na sequência das buscas e leituras, ampliaram-se os descritores para “Libras” AND “ouvintes” AND “ensino médio” e retornaram 49 resultados, aplicando o filtro para os últimos cinco anos retornaram 34 resultados, porém, não foram encontrados documentos que satisfizessem nosso questionamento. Contudo, em sua grande maioria, os estudos estão voltados para abordagens no ensino de libras para estudantes surdos, e com um percentual mínimo de pesquisas referentes ao ensino da Libras voltado para ouvintes. Percebesse que ainda são escassos os estudos acerca do ensino de línguas de sinais, sobretudo quando estes se referem à aquisição de libras para ouvintes no ensino médio. Por essa razão, objetivase, a partir desta pesquisa, investigar essas publicações sobre o ensino de Libras para estudantes ouvintes no ensino médio. A pesquisa ancora-se em uma análise, utilizando-se, como instrumentos de geração de dados, a descrição e a discussão acerca dos temas e resultados de cada estudo selecionado para abordagem. Pretendemos, com esta investigação, apresentar as principais publicações, além de promover discussão acerca do ensino de libras para estudantes ouvintes no ensino médio, bem como contribuir com uma comunicação efetiva, valorização social e inclusão.

Palavras-chave: Ensino de Libras. Ouvintes. Ensino Médio. Publicações.

⁵² Licenciada em Arte, Educação Especial, Letras e Libras, professora da rede Estadual de Ensino de Santa Catarina. Mestranda em Educação pela URI - Campus de Frederico Westphalen/RS. Linha de pesquisa: Processos educativos, linguagens e tecnologias. E-mail: a105636@uri.edu.br

⁵³ Doutora em Letras Professora e sub-coordenadora do Programa de Pós-graduação em Educação - Mestrado e Doutorado em Educação - URI Câmpus de Frederico Westphalen. E-mail luana@uri.edu.br

EIXO TEMÁTICO:

TEMAS DIVERSOS EM EDUCAÇÃO

FORMAÇÃO CONTINUADA DOS PROFESSORES DE LÍNGUA PORTUGUESA DO ENSINO MÉDIO NAS PROPOSIÇÕES DA REDE PÚBLICA ESTADUAL DE RONDONÓPOLIS/MT E A INTERFACE COM O DIREITO EDUCATIVO⁵⁴

Marivaldo Souza dos Santos⁵⁵
Jordana Wruck Timm⁵⁶

Eixo Temático: Temas Diversos em Educação

Resumo

É indispensável, como uma das características do direito educativo, refletir sobre a formação continuada voltada para a construção de cidadãos pensantes, críticos e de múltiplos olhares para a sua própria realidade ou para a realidade que a sociedade vive. A necessidade constante da formação de professores é sempre uma pauta relevante. Se faz urgente identificar o foco e os caminhos metodológicos propostos para a formação dos professores, além de refletir a sociedade, a educação e as demandas formativas, valorizar a formação continuada e compreender os processos formativos. Com esse viés e no intento de aproximações com a cultura local, problematizou-se, a partir de uma análise documental, o que está sendo ofertado, enquanto proposições de formação continuada dos professores de Língua e Literatura do Ensino Médio, pelo CEFAPRO? E, o que está sendo ofertado, dialoga com os discentes dessa etapa de ensino? Visando responder ao problema de pesquisa, objetivou-se compreender, a partir de uma análise documental, o que está sendo ofertado, enquanto proposições de formação continuada dos professores de Língua Portuguesa do Ensino Médio pelo CEFAPRO. Também foram objetivos, refletir sobre a sociedade, a educação e a formação de professores. Investigar sobre a formação inicial, a formação continuada e a formação específica para o exercício docente na área de Língua e Literatura no Ensino Médio. E, ainda, analisar se o que está sendo ofertado pelo CEFAPRO para essa área, dialoga com os discentes dessa etapa de ensino. O problema e os objetivos foram analisados por meio dos seguintes documentos: Plano de ação do núcleo de Língua Portuguesa/2019: intervenção na prática pedagógica de Língua Portuguesa a partir das diretrizes do SAEB e Plano de formação on line para o grupo de estudos de linguagem (GEL)/2020 que embasam as formações ofertadas pelo Centro de Formação e Atualização dos Profissionais da Educação Básica de Mato Grosso (CEFAPRO). Os documentos foram analisados através da análise de conteúdo. Conclui-se que, a partir de como a instituição organiza e projeta o processo de formação, existe uma preocupação em ofertar formação/contribuição para o aprimoramento dos professores de Língua Portuguesa com diferentes nuances de aplicabilidade do trabalho pedagógico. Entre tais nuances, destacam-se: a proposta de valorização da leitura; e, a abordagem da análise linguística no processo de formação continuada. Por fim, acredita-se que o processo de formação continuada de professores, independente da área, é de suma importância para construir uma educação cada vez mais forte, inovadora e com profundidade de ensino e de aprendizagem. Além do trabalho que deve ser desenvolvido pelos professores da área de língua portuguesa, evidencia-se a importância de atuação de todos os professores da escola trabalharem com o processo de leitura, uma vez que é através da leitura que se constrói compreensão e criticidade na sociedade, sendo uma alternativa para as lutas e entraves em prol do direito educativo. Ademais, o trabalho proporciona na essência a formação continuada para o fazer pedagógico.

⁵⁴ Recorte da dissertação produzida no Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões, analisado pelo viés de suas possíveis interfaces com o direito educativo.

⁵⁵ Mestre em Educação pelo Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões (URI/FW)

⁵⁶ Orientadora. Doutora em Educação (PUC/RS). Professora Programa de Pós-graduação em Educação – URI/FW. E-mail: jordana@uri.edu.br

Palavras-chave: Educação. Formação continuada de professores. Língua Portuguesa. Ensino Médio. Direito Educativo.

Eixo Temático: Temas Diversos em Educação

Resumo

Com a finalidade de promover a democratização de acesso a plataforma virtual pelos docentes da rede municipal de ensino de Iraceminha -SC, o presente trabalho contextualiza a intermediação da Gestão Escolar com a equipe docente na implantação e execução das atividades relacionadas a frequência, registro de conteúdo diário e avaliação dos estudantes no contexto digital, substituindo os registros manuscritos nos diários de classe. A trajetória metodológica que intermediou esse processo aconteceu primeiramente pela iniciativa da Secretaria Municipal de Educação de Iraceminha/SC juntamente com a equipe gestora das unidades escolares do município, onde discutiu-se a viabilidade de migrar de forma on-line o registro de dados relativos à prática cotidiana dos professores que envolvia a frequência, registro de conteúdos e avaliações que até então eram realizadas em diários impressos. O objetivo principal da inserção dessa ferramenta foi incluir no processo democrático e tecnológico à prática cotidiana dos registros docentes na plataforma SGE AMERIOS - IntelliBR. No último trimestre letivo do calendário escolar municipal de 2022 iniciaram-se as atividades de formação continuada com o suporte/professores/gestão escolar e o primeiro contato com o portal do professor. Com experiências positivas nesse primeiro momento, no início do ano letivo de 2023 todos os professores da rede de ensino municipal de Iraceminha começaram os seus registros no professor on-line. O professor on-line, nesse sentido, foi inserido na rede municipal de ensino como uma ferramenta de apoio e inovação para o desenvolvimento do trabalho docente. Assim sendo, este estudo busca investigar e apresentar os desafios e as possibilidades que o acesso a esta plataforma digital apresenta no desenvolvimento do trabalho pedagógico na escola pública. Portanto, podemos considerar que estamos vivenciando uma educação contemporânea e desta forma a utilização de uma plataforma digital para o trabalho do professor on line evidencia mais agilidade, flexibilidade, otimização do tempo e atualização constante, onde a Gestão Escolar e os docentes precisam estar em constante diálogo e formação continuada.

Palavras-chave: Inovação tecnológica. Professor Online. Gestão Escolar Democrática.

⁵⁷ Licenciada em História, Pedagogia e Filosofia. Atualmente Assistente de Educação na EEBPMF Trancoso e Responsável pelas Matrículas na Rede Municipal de Iraceminha-SC a405649@uri.edu.br

⁵⁸ Doutora em Educação pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos, Brasil(2009)
Professor titular do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões. E-mail: silvia@uri.edu.br

PRÁTICAS INOVADORAS PARA O ENSINO EM PSICOLOGIA: OLHARES SOBRE METODOLOGIAS E TECNOLOGIAS DIGITAIS

Michele Fröhlich Marquetto⁵⁹
Elisabete Cerutti⁶⁰

Eixo Temático: Temas Diversos em Educação

Resumo

Este estudo empreende uma análise profunda das práticas inovadoras direcionadas ao ensino de Psicologia, focalizando especificamente em métodos pedagógicos e na integração efetiva de tecnologias digitais como ferramentas educacionais. O principal propósito é desvelar de que maneira esses métodos de ensino, associados às tecnologias digitais, podem potencializar a eficácia do ato docente nas aulas destinadas aos futuros profissionais de Psicologia. Dada a complexidade intrínseca à educação em Psicologia, que abraça uma diversidade extensa de teorias e aplicações, a pesquisa busca discernir as características distintivas que definem práticas inovadoras nesse domínio. A metodologia adotada abrange uma análise minuciosa das práticas educacionais nos cursos de Psicologia, enfatizando a promoção da aprendizagem ativa e a utilização eficiente das tecnologias digitais. Os resultados esperados almejam não apenas elevar a qualidade do ensino de Psicologia, conferindo benefícios tangíveis para alunos e educadores, mas também têm o potencial de influenciar positivamente as políticas educacionais, orientando a implementação de práticas inovadoras em instituições de ensino superior. Para além do impacto geral na qualidade do ensino, esta pesquisa carrega uma relevância pessoal ao contribuir para minha formação enquanto educadora em Psicologia. Em síntese, o estudo se propõe a catalisar a inovação no ensino de Psicologia, harmonizando-se com as exigências contemporâneas da educação e os avanços velozes das tecnologias digitais.

Esta pesquisa não apenas busca identificar práticas inovadoras, mas também aspira inspirar transformações tangíveis no cenário educacional, promovendo um ambiente de aprendizagem dinâmico, adaptado às necessidades de uma sociedade em constante evolução.

Palavras-chave: Práticas inovadoras, Ensino de Psicologia, Métodos pedagógicos, Tecnologias digitais.

⁵⁹ Psicóloga, Gestora de Recursos Humanos da Concessionária Jorge Santos, Professora do Curso de Psicologia do Centro Universitário da Região da Campanha - URCAMP. Especialista em Psicologia Organizacional pela FADERGS e Gestão do Comportamento e da Interatividade nas Organizações pela UNICESUMAR. Mestranda em Educação PPGEDU pela Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões, URI/FW. michelemarquetto@urcamp.edu.br

⁶⁰ Doutora em Educação pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul e Mestre pela Universidade Federal de Pelotas. Membro do Conselho do Câmpus e do Conselho Universitário da Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e Missões - Câmpus FW e Professora titular desta, atuando na Graduação e no Programa de Pós Graduação em Educação - PPGEDU. Membro dos Grupos de Pesquisas: ARGOS/ PUC - RS. Atua como Diretora Geral da URI - Câmpus Frederico Westphalen. beticerutti@uri.edu.br

FORMAÇÃO DOCENTE CENTRADA NA ESCOLA

Marta Cristina Barbosa⁶¹
Luci dos Santos Bernardi⁶²

Eixo Temático: Temas Diversos em Educação

Resumo

Este trabalho vincula-se à Linha de Pesquisa “Formação de Professores, Saberes e Práticas Educativas”, do Programa de Pós-graduação em Educação – PPGEDU/ URI. De cunho bibliográfico, reflete sobre ações de formação continuada para professores/as que têm como lócus o ‘chão’ da escola. Destaca a especificidade do/a professor/a e seu trabalho na educação básica, colocando em pauta os diferentes elementos necessários para o desenvolvimento das práticas pedagógicas, a Formação Continuada Centrada na Escola e sua importância na construção da identidade e no desenvolvimento profissional docente e os novos desafios em tempos de ensino híbrido/remoto. Os aportes teóricos permitem compreender a escola como espaço de formação pedagógica continuada do/a professor/a, não se dando de forma individual, mas na articulação com os/as demais profissionais da escola, em busca constante da transformação de práticas pedagógicas, da construção de identidade, do desenvolvimento profissional e da cidadania. Defendemos que a Formação Continuada Centrada na Escola, por acontecer no ambiente de trabalho, se constitui em um dos espaços legítimos para a formação dos/as professores/as. Possibilita interações e vivências significativas entre pares, com trocas de experiências sobre as práticas em sala de aula. É nesse espaço de formação que os/as professores têm a oportunidade de aprender e reaprender conhecimentos e ressignificar saberes que, mobilizados, contribuem para a prática pedagógica. A formação continuada deve ser considerada como atividade essencial ao trabalho docente e necessita oferecer suporte à prática pedagógica a partir de situações que incentivem a problematização, a reflexão e a teorização, promovendo a construção do conhecimento como processo contínuo. Este estudo aponta a escola como espaço de construção e reconstrução de novos conhecimentos, guiados pela análise crítica da sociedade e com engajamento social. Assim, reforça-se a ideia de que a escola é, para professores e professoras, espaço privilegiado de formação permanente, na condição de exercício humano, convivência coletiva e busca constante da transformação de suas práticas pedagógicas, construção de sua identidade e desenvolvimento profissional e da cidadania. Por fim, questionamos: o que queremos da Escola? que ela seja o lócus!

Palavras-chave: Formação Continuada. Escola. Docente.

⁶¹ Mestre em Educação pela Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões – URI/FW, Graduada em Pedagogia pela UFMT. E-mail: martacristinab@hotmail.com.

⁶² Doutora em Educação Científica e Tecnológica e Mestre em Educação pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Professora do Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões (URI/FW). E-mail: lucisantosbernardi@gmail.com.

A CONSTRUÇÃO DO BEM-ESTAR DOCENTE NO CONTEXTO DAS TECNOLOGIAS DIGITAIS

Giovana Boicko Poli⁶³
Jordana Wruck Timm⁶⁴

Eixo Temático: Temas Diversos em Educação

Resumo

A partir do final do século XX, as tecnologias digitais passaram a ocupar um papel importante em todos os setores da sociedade, gerando uma nova realidade. No contexto educacional, mesmo com algum atraso, a cultura digital vem possibilitando uma ressignificação nas práticas pedagógicas, visto que, muito além de ferramentas, as tecnologias digitais levaram ao desenvolvimento de uma nova forma de gerar, produzir e interagir com o conhecimento. Contudo, nem sempre os professores se sentem aptos para integrá-las à docência. Diante de um contexto já cheio de desafios, a integração das tecnologias digitais, para muitos professores, se torna mais uma grande problemática. Como indicam algumas pesquisas consultadas (Haetinger; Poli, 2022; Batistello, 2022), ao lado de muitos professores que apresentam grandes dificuldades para a integração das tecnologias digitais às suas práticas, outros, a partir do seu uso, conseguem organizar aulas mais produtivas e prazerosas, ampliando o espaço-tempo da sala de aula. Diante desses novos paradigmas, objetivou-se analisar, por meio de um levantamento bibliográfico, de que forma a introdução das tecnologias digitais no cotidiano da docência e da produção de conhecimento, tem refletido sobre a construção do bem-estar docente. Na contemporaneidade, surge a necessidade dos professores desenvolverem habilidades, as quais não haviam sido desenvolvidas. Desta forma, a falta de conhecimento dos professores sobre as tecnologias em si e, principalmente, das suas possibilidades pedagógicas é um dos grandes entraves na atualidade (Almeida; Valente, 2010) e pode constituir-se num fator causador de mal-estar. Essa situação é mais gritante se considerarmos que grande parte dos estudantes, que nasceram na era digital, possuem uma maior habilidade para o uso das novas tecnologias. O agravamento da situação ocorre, também, por outras barreiras, especialmente nas escolas públicas, como por exemplo a falta de sinal de rede *Wifi* nas escolas, a precariedade dos equipamentos (número insuficiente e problemas de conservação) e, principalmente, ausência de políticas e iniciativas voltadas à formação dos professores sobre as tecnologias digitais (Teixeira, 2016). No entanto, quando essas barreiras são superadas, as tecnologias digitais podem contribuir para a promoção do bem-estar docente. Seu uso estimula a autonomia dos alunos, colocando-os como protagonistas no processo de ensino e no de aprendizagem. Também, devido a infinidade de possibilidades que as tecnologias oferecem, podem incentivar uma maior interação dos alunos. Favorecem, assim, a apropriação das habilidades e competências para a inserção dos discentes na sociedade, sendo que o conhecimento não está concentrado exclusivamente no professor e o discente é mais ativo e aprende a utilizar as tecnologias para a construção do conhecimento e não apenas para o entretenimento (Teixeira, 2016). Conclui-se que a tecnologia pode favorecer o bem-estar docente devido a sua versatilidade e a possibilidade de aulas mais dinâmicas. Porém, para a implantação efetiva da cultura digital nas escolas, não perpassa apenas pela vontade do professor, mas nas políticas públicas visando uma nova reorganização nos espaços escolares e na formação continuada de professores. Doravante, a tecnologia pode oferecer um avanço qualitativo na educação e ser um fator de contribuição no favorecimento do bem-estar docente.

⁶³ 1 Doutoranda em Educação pela Universidade Integrada do Alto Uruguai e das Missões (URI). Mestre em Educação pela Unochapecó. Pedagoga. Professora da rede pública estadual de ensino de Santa Catarina. E-mail: giovanaboicko@gmail.com

⁶⁴ Orientadora. Doutora em Educação (PUCRS). Professora no Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões (URI/FW). E-mail: jordana@uri.edu.br

Palavras-chave: Tecnologia digital. Bem-estar docente. Mal-estar docente. Ferramenta pedagógica.

A ESCOLA COMO ESPAÇO DE PROMOÇÃO DOS DIREITOS HUMANOS E DA EQUIDADE PARA AS MINORIAS

Joelma Silva dos Santos⁶⁵
Arnaldo Nogaró⁶⁶

Eixo Temático: Temas Diversos em Educação

Resumo

Introdução: A escola desempenha um papel fundamental na promoção dos direitos humanos e da equidade para as minorias. A educação em direitos humanos no espaço escolar pode contribuir para o enfrentamento da violência de gênero, da discriminação racial e de minorias, da exclusão social e outras formas de violação dos direitos das minorias. A escola é um espaço fundamental para a construção da cidadania e da formação de sujeitos conscientes de seus direitos e deveres desenvolvendo valores e atitudes de respeito à diversidade. Dentro do ambiente escolar deve ser priorizado a convivência entre alunos de diferentes origens, culturas e experiências. Isso pode ser feito por meio de atividades extracurriculares, projetos de aprendizagem colaborativa e debates sobre temas relacionados à diversidade. **Objetivo geral:** Problematizar a respeito de como a escola pode oportunizar desenvolvimento de uma consciência crítica sobre os direitos humanos e a equidade. **Justificativa:** A escola é um espaço privilegiado para a promoção dos direitos humanos e da equidade para as minorias. É um espaço de convivência e aprendizado, onde crianças e jovens de diferentes raças e experiências podem se encontrar e construir relações de respeito e solidariedade. No Brasil, a Constituição Federal de 1988 garante o direito à educação para todos, sem distinção de raça, cor, etnia, religião, origem social ou condição de deficiência. No entanto, ainda há muito a ser feito para garantir a efetivação desses direitos para as minorias. Muitas ações devem estar engajadas como: incorporar temas relacionados aos direitos humanos e à diversidade no currículo escolar, promoção de atividades que promovam o diálogo e o respeito às diferenças, formação de professores e funcionários para trabalhar com a diversidade, construção de um ambiente escolar inclusivo e acolhedor e prevenção à discriminação. A escola deve promover ações de prevenção à discriminação e ao preconceito isso pode ser feito por meio de campanhas de conscientização, palestras e atividades de sensibilização. **Metodologia:** Trata-se de uma pesquisa teórica, de natureza qualitativa, realizada por meio de uma revisão bibliográfica em obras de alguns autores que abordam a temática dos direitos humanos. **Referencial Teórico:** Estes autores argumentam que a escola deve ser um ambiente de construção de uma cultura de paz e respeito à diversidade. A educação em direitos humanos e para a equidade deve ser um processo que envolve todos os atores da comunidade escolar, incluindo professores, alunos, pais e funcionários.

Palavras-chave: Educação. Escola. Direitos Humanos.

Referencias

Márcia Angela da. **Educação para as relações – étnico-raciais: - caminhos e desafios.** João Pessoa: Editora da UFPB, 2016.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2014.

⁶⁵ Pedagogia Anos Iniciais, Letras Habilitação Português, Espanhol e Respectivas Literaturas. Educadora Especial e Professora de Português. joelmapalharim@hotmail.com

⁶⁶ Doutor em Educação. Professor do PPGEDU e PPGAIS – URI. narnaldo@uricer.edu.br

MORIN, Edgar. **Ensinar a viver**. Manifesto para mudar a educação. Porto Alegre: Sulina, 2015.

ANÁLISE IMAGÉTICA DOS AMBIENTES DE EDUCAÇÃO INFANTIL: OS DISCURSOS PRESENTES NA TEORIA E NA PRÁTICA PEDAGÓGICA

Valéria Bertoletti Lopes⁶⁷
Arnaldo Nogaró⁶⁸

Eixo Temático: Temas Diversos em Educação

Resumo

A sociedade contemporânea, frequentemente imbuída por uma visão adultocêntrica, define padrões para a Educação Infantil que tendem a favorecer pedagogias transmissivas e uniformes. Contudo, esses padrões frequentemente falham em reconhecer a individualidade, os interesses e as necessidades específicas das crianças, assim como suas culturas plurais. As paredes das escolas de Educação Infantil e das salas de referência são testemunhos dessa percepção, contando histórias que por vezes refletem mais os desejos dos adultos do que as genuínas expressões das crianças. Na busca por desvelar as interações entre as manifestações visuais e as perspectivas pedagógicas em espaços de aprendizagem, a pesquisa "Análise imagética dos ambientes de Educação Infantil: os discursos presentes na teoria e na prática pedagógica" se propõe a investigar as representações imagéticas nos contextos pedagógicos que atendem crianças pequenas e como elas podem revelar abordagens que refletem as teorias e práticas que sustentam a educação nessa etapa. É crucial questionar até que ponto os espaços educativos verdadeiramente ressoam as expressões autênticas das crianças. Assim, emerge a indagação central: quais discursos estão presentes na teoria e na prática das escolas de Educação Infantil que são comunicados pelas produções imagéticas das crianças pequenas em seus ambientes? Embora, os documentos normativos, como a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) destaquem a criança como centro do processo de aprendizagem, em alguns cenários, essa perspectiva parece ser ofuscada, não valorizando tais manifestações. Nesse contexto, é fundamental reconhecer que o desenvolvimento infantil é mediado por múltiplas linguagens, sendo a linguagem imagética uma delas. Para embasar essa linha de pesquisa, a base teórica recorre a autores como Malaguzzi (1998), Friedmann (1996), Tonucci (1996) e Ostetto (2002), todos enfatizando a multiplicidade de linguagens .desenvolvimento infantil e a relevância do contexto educativo. Quanto à metodologia, será adotada uma abordagem fenomenológica, com foco na análise do discurso. Como resultado acredita-se poder demonstrar que a configuração dos cenários educativos, especialmente na Educação Infantil, não é meramente estética. Esses espaços influenciam diretamente como a criança percebe o mundo, a si mesma e aos outros. A atmosfera do ambiente educacional pode, portanto, reforçar ou contestar as visões adultocêntricas da sociedade. *Pari passu*, acredita-se poder esclarecer que as imagens são artefatos capazes de revelar as concepções teóricas dos educadores e suas respectivas práticas.

Palavras-chave: Representações imagéticas. Discursos pedagógicos. Expressões infantis.

⁶⁷ Mestranda em Educação pelo Programa de Pós-graduação em Educação (PPGEDU) da Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões URI- Campus de Frederico Westphalen-RS. Especialista em Educação Especial e Inclusiva, em Ação Interdisciplinar no Processo Ensino e Aprendizagem com ênfase nos Paradigmas Atuais da Educação e em AEE - Atendimento Educacional Especializado e Educação Inclusiva. Graduada em Pedagogia. Assessora pedagógica e formadora docente. E-mail: a105689@uri.edu.br.

⁶⁸ Professor da URI Erechim e Frederico Westphalen. Doutor em Educação - UFRGS. Professor do PPGEDU - URI Frederico Westphalen e PPGAIS URI Erechim. E-mail: narnaldo@uricer.edu.br.

A OBJETIFICAÇÃO DE CORPOS DOS JOVENS AMAZONENSES PRESENTE NAS NARRATIVAS DA MÍDIA

Fábio Bombarda⁶⁹

Eixo Temático: Temas Diversos em Educação

Resumo

Em tempos midiáticos o corpo fica exposto, nas selfies, nas capas de revista, nos anúncios de produtos, nas redes sociais; as mídias publicitam a corporeidade que ganha forma e sentidos para a linguagem corporal no contexto educacional, e acadêmico, que possibilita questionar qual imagem de corpo os jovens amazonenses constroem de si nas mídias e se as mídias os objetificam. No trabalho ora proposto, busco compreender que sentido as mídias tem/dão a (corpo)ralidade de jovens amazonenses, que se comunicam e consomem tudo aquilo que é midiático para o corpo e, principalmente, para suas vidas. Esse caracteriza-se como etnográfica, de abordagem qualitativa, com base na fenomenologia, para a qual intenciono descrever o sentido e os sentidos do fenômeno de objetificação em relação à corporeidade midiática de jovens amazonenses. Assim, a realidade passa a ser interpretada pelo olhar do etnopsiquisador que a partir dos etnotextos contidos em falas ou anúncios ou em imagem dão o sentido de (re)apresentação do quanto as mídias (re)significam a/e para corporeidade de jovens que, no campo teórico em Foucault (1986), vem sinalizando que corpo é e esta suscetível a eventos, e as mídias são um espaço de socialização e exposição de tudo aquilo que é corpóreo. Com a presente proposta, procuro descrever a corporeidade na ciber(cultura) contemporânea dialogada com o campo teórico, principalmente na Filosofia, e com os autores e estudiosos pós-modernos que compreendem a (real)idade como interpretada, comunicada e perspectival. Nesse sentido, Couto (2012) tem discutido que o pavoneamento corporal nas mídias vem sinalizando que é a objetificação dos corpos, e assim, o fenômeno de objetificação se define ao tratar um corpo como uma mercadoria ou objeto. Para Heldman (2012), em consonância com abordagem de Le Breton (2012), as expressões corporais são socialmente moduláveis, sendo estas passíveis de influências. Dessa forma, o corpo não só recebe sentido pelo discurso, mas é inteiramente constituído pelo discurso, assim as narrativas da mídia podem vir a ter influências nas experiências de corpo do sujeito,

Palavras-chave: Objetificação. (Corpo)reidade. Cultura das Mídias. Cibercultura.

⁶⁹ Mestrado em Educação (UFT), Graduação em Educação Física (FAG). Professor da Educação Básica do Estado de Mato Grosso. fabio_bombarda@hotmail.com.

ENSINANDO QUÍMICA NO CENÁRIO DA COVID-19: DESAFIOS DO ENSINOREMOTO EMERGENCIAL

Thiago Roberto Baldissarelli⁷⁰
Eliane Cadoná⁷¹

Eixo Temático: Temas Diversos em Educação

Resumo

De mestrado do primeiro autor, e orientada pela segunda autora, objetivou compreender como os/as professores/as de Química das Escolas Estaduais da cidade de Lucas do Rio Verde/MT construíram e adaptaram suas práticas pedagógicas, migrando do ensino presencial para o ensino remoto, no contexto da pandemia da Covid-19. Objetivou ainda investigar quais as tecnologias adotadas, as práticas pedagógicas quanto ao uso das tecnologias digitais, bem como os conhecimentos prévios dos/s docentes, para assim identificar potencialidades e limitações quanto ao uso dessas tecnologias, e expressar desafios que professores de química enfrentam. Desenvolveu-se, primeiramente, estudo teórico sobre Cibercultura, Tecnologias Digitais e a Educação e BNCC no ensino da química, com base na produção científica de autores/as como Lévy (1995;1999), Kenski (2001; 2003), Moran (2006; 2009; 2015), Santos (2012, 2020), Santaella (2003), Rüdinger (2011), Clesar e Giraffa (2021). No que tange à pesquisa a campo, desenvolveu-se estudo qualitativo, utilizando-se de entrevistas semiestruturadas, com fins de compreender a realidade vivida pelos/as docentes, no que tange ao uso das tecnologias, estratégias de ensino e aprendizagem e desafios no cenário do ensino remoto. A pesquisa obteve aprovação em comitê de ética e, com o consentimento dos/as participantes, as entrevistas foram gravadas e, posteriormente, transcritas e submetidas à análise de discurso, com base nos ensinamentos de Michel Foucault. Ao todo, cinco professores/as participaram da pesquisa. Os resultados mostraram que os desafios relatados estão na dificuldade docente em utilizar as tecnologias digitais de forma adequada. A pesquisa aponta também que as instituições de ensino têm proporcionado curso de formação, para a capacitação docente, melhorando a aptidão quanto ao uso das tecnologias digitais. A pesquisa ainda evidenciou que boa parte dos/as alunos/as não tinham condições financeiras para acompanhar o ensino remoto emergencial. Muitas inovações foram apontadas junto ao ensino remoto, como a utilização de vídeos explicativos e experiências de química, que poderiam ser realizadas de forma caseira, entre outros. Esta pesquisa fez reacender novas indagações sobre a utilização das tecnologias digitais perante o fechamento das escolas pela covid-19, demonstrando quais metodologias puderam ser aplicadas e utilizadas, tornando-se importante ferramenta para problematizar o cenário educacional brasileiro em tempos de calamidade pública.

Palavras-chave: Ensino remoto emergencial; Covid-19; tecnologias digitais da informação e comunicação.

⁷⁰ Mestre em Educação URI/FW. Professor da Escola Estadual Dom Bosco. E-mail: thiagobaldissarelli@hotmail.com.

⁷¹ Pós-doutora em Educação. Professora do Programa de Pós-Graduação em Educação da URI/FW. E-mail: eliane@uri.edu.br.

POLÍTICA PÚBLICA DE AVALIAÇÃO E AS INTERFACES COM O DIREITO EDUCATIVO: O ENADE EM UM CURSO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS⁷²

Adriana Pavan⁷³
Jordana Wruck Timm⁷⁴

Eixo Temático: Temas Diversos em Educação

Resumo

O Exame Nacional de Desempenho de Estudantes (ENADE) foi criado pela Lei nº 10.861, de 14 de abril de 2004, que está formado por três componentes: avaliações das instituições, dos cursos e do desempenho dos estudantes e abrange os aspectos de ensino, pesquisa, extensão, a responsabilidade social, o desenvolvimento dos alunos, a gestão da instituição, o corpo docente e as instalações físicas. O ENADE avalia a qualidade dos cursos de formação superior quanto aos conteúdos programáticos previstos nas diretrizes curriculares, portanto a realização é trienal para cada área de conhecimento. A prova do ENADE é composta por questões de formação geral e componentes específicos do curso que está sendo aplicado sendo de caráter objetiva e discursiva. Nas questões de componentes específicos os estudantes precisam se deter com mais empenho e concentração para a realização, pois são essas questões que representam a maior porcentagem na validação da nota da prova. A presente pesquisa tem como tema, as áreas de conhecimento avaliadas no Exame nos anos 2006, 2009, 2012 e 2015, no curso de graduação em Ciências Contábeis em uma universidade comunitária no noroeste do Rio Grande do Sul, quanto aos componentes curriculares e suas possíveis relações com o Projeto Pedagógico e as Diretrizes Curriculares Nacionais. Objetiva-se analisar os resultados da realização das provas do ENADE realizadas no curso de Ciências Contábeis nos anos já citados identificando as áreas de conhecimento quanto aos componentes curriculares, relatar que relações podem ser estabelecidas com o Projeto Político Pedagógico do curso de Ciências Contábeis em uma universidade comunitária no noroeste do Rio Grande do Sul e com as Diretrizes Curriculares Nacionais. Trata-se de uma pesquisa bibliográfica com elementos qualitativos e quantitativos constantes nos relatórios dos resultados das aplicações do referido Exame, que foram utilizados para análises. A análise dos dados foi realizada por meio da análise de conteúdo. Após as análises realizadas nas referidas provas do ENADE, no Projeto Político Pedagógico e nas Diretrizes Curriculares Nacionais, foi possível fazer um levantamento das disciplinas e as relações estabelecidas entre as normativas e o que é previsto pelo curso na referida instituição, a fim de vislumbrar sobre o direito a formação específica para o curso escolhido. Nesse sentido, foi possível concluir que as disciplinas das provas deste Exame estão todas contempladas no Projeto Político Pedagógico do curso ora analisado, e 64,2% destas disciplinas estão contempladas nas Diretrizes Curriculares Nacionais com a mesma nomenclatura. Desta forma, constatou-se que em nenhuma das provas analisadas teve alguma disciplina que não estivesse prevista no Projeto ou nas Diretrizes, possuindo, assim, relação entre o que foi ofertado e o que foi cobrado aos/dos alunos. Destaca-se ainda que o curso oferece disciplinas além das exigidas, demonstrando preocupação com a formação de seus

⁷² Recorte da dissertação produzida no Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões, analisado pelo viés de suas possíveis interfaces com o direito educativo.

⁷³ Mestre em Educação pelo Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões (URI/FW). E-mail: adrianapavan@bol.com.br

⁷⁴ Orientadora. Doutora em Educação (PUC/RS). Professora Programa de Pós-graduação em Educação – URI/FW. E-mail: jordana@uri.edu.br

egressos, bem como, a preparação dos mesmos para o mercado de trabalho, demonstrando comprometimento e cuidado em relação ao direito à educação específico para a formação em determinada área de escolha do estudante/egresso.

Palavras-chave: Políticas de avaliação em larga escala. Currículo. Planejamento. Regulação. Direito Educativo.

PROFISSIONAIS DA SAÚDE E A PRÁTICA DA DOCÊNCIA: PROBLEMATIZANDO DESAFIOS

Jeferson Skzypek⁷⁵
Eliane Cadoná⁷⁶

Eixo Temático: Temas Diversos em Educação

Resumo

A pesquisa *Professor Universitário Iniciante da Área da Saúde: Permanência e Desenvolvimento Profissional* foi desenvolvida com o objetivo geral de investigar se as condições, características e contextos do exercício profissional possibilitam a permanência e o desenvolvimento profissional do/a docente universitário iniciante da área da saúde. Constituiu-se em uma pesquisa de caráter qualitativo, com enfoque exploratório, bibliográfico e de campo. Foi realizada uma revisão da literatura, elucidando a história da universidade no Brasil, e também como a literatura apresenta a formação inicial e continuada no país, dando ênfase ao ingresso na carreira e na formação inicial docente. Foram também entrevistados/as professores/as com até cinco anos de magistério superior, em uma universidade comunitária do norte do estado do Rio Grande do Sul. A análise de dados seguiu a perspectiva da análise de conteúdo de Bardin. Para facilitar a compreensão, quando se focou nas dificuldades sentidas pelos/as entrevistados/as, agrupou-se os itens citados em três categorias: Grupo A: dificuldades relacionadas a possível déficit na formação (metodologia, didática, domínio de conteúdo); Grupo B: dificuldades relacionadas às relações interpessoais (disciplinares, relação com os/as estudantes, relação com outros/as professores/as, gestão da classe); Grupo C: outras dificuldades (recursos materiais da instituição). A partir das respostas dos/as docentes, e com base na revisão da literatura, foi possível determinar que os/as professores/as universitários/as ingressam na profissão sem uma formação pedagógica condizente com as exigências necessárias a transmitir conhecimentos de forma competente. Isso se dá pelo fato de não serem exigidas formações específicas para a pedagogia, tanto pelas instituições como pelo Estado, no que tange à formação na área da Saúde. Por outro lado, verificou-se que os/as pesquisados/as encontram condições dignas, com bom suporte institucional, além de sentirem-se confiantes quanto ao futuro na profissão. O estudo demonstrou a necessidade de uma maior atenção a essa fase da carreira, sobretudo com as atuais alterações no ensino do país, cada vez mais voltados à privatização e mercantilização do mesmo.

Palavras-chave: formação em saúde; práticas pedagógicas; educação.

⁷⁵ Doutorando em Educação URI/FW. Professor da Faculdade de Medicina da URI - Erechim. E-mail : jefersonsk@yahoo.com.br.

⁷⁶ Pós-doutora em Educação. Professora do Programa de Pós-Graduação em Educação da URI/FW. E-mail: eliane@uri.edu.br.

O DIREITO EDUCATIVO E OS SABERES QUE CONSTITUEM A IDENTIDADE DOCENTE NA EDUCAÇÃO INFANTIL (REDE PÚBLICA DE DOM AQUINO/MT)⁷⁷

Cristiane Rodrigues Mendes⁷⁸
Jordana Wruck Timm⁷⁹

Eixo Temático: Temas Diversos em Educação

Resumo

A pesquisa versa sobre a temática da identidade e dos saberes docentes no contexto da educação infantil e objetiva, a partir da perspectiva de profissionais que atuam nesse contexto, explorar que saberes constituem a identidade docente das professoras que atuam na educação infantil das escolas da rede pública no município de Dom Aquino/MT. Também objetivou-se conhecer o movimento de construção da identidade docente; refletir sobre a formação docente na perspectiva da construção da identidade docente; problematizar os saberes que, na perspectiva das professoras da educação infantil das escolas da rede pública no município de Dom Aquino/MT, constituem sua identidade docente. Com delineamento qualitativo, a pesquisa foi desenvolvida com 12 professoras da rede pública (estadual e municipal), que trabalham com os primeiros anos da Educação Infantil. Para a coleta de dados foi aplicado como instrumento o questionário, com linguagem simples e dividida em dois momentos, sendo o primeiro deles com o intuito de fazer um levantamento de dados sociodemográficos das participantes da pesquisa; e o segundo com questões direcionadas aos objetivos da pesquisa. Destaca-se que a identidade docente é uma luta cotidianamente a ser construída, necessita a busca constante de reflexão, de pensamento crítico, de mudanças de condutas que não propiciaram significados. É uma prática que ganha vida através da formação ampla e não neutra, na qual a didática precisa de atualização constante e o processo de autoconhecimento, se faz necessário para desenvolver o ensino, bem como se (auto)realizar como ser humano e como profissional na sua totalidade, podendo garantir dessa forma, a efetivação do direito educativo na prática, tendo em vista que profissionais mais engajadas e conscientes de si e de seu papel, tendem a refletir sua essência na prática, podendo impactar nos processos de ensino e de aprendizagem. Assim, a identidade docente, necessita de ressignificação na transformação de si mesmo e do mundo. Conclui-se que, ao tentar dar visibilidade aos saberes que as professoras –que atuam na Educação Infantil das escolas da rede pública do município do Dom Aquino/MT– julgam constituir as suas identidades enquanto profissionais no referido contexto, de um modo geral, emergem três saberes, a conhecer: os saberes do conhecimento, os saberes pedagógicos e os saberes da experiência.

Palavras-chave: Identidade docente. Saberes docentes. Formação de professores. Educação Infantil. Direito Educativo.

⁷⁷ Recorte da dissertação produzida no Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões, analisado pelo viés de suas possíveis interfaces com o direito educativo.

⁷⁸ Mestre em Educação pelo Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões (URI/FW).

⁷⁹ Orientadora. Doutora em Educação (PUC/RS). Professora Programa de Pós-graduação em Educação – URI/FW. E-mail: jordana@uri.edu.br

A AUTOLESÃO/AUTOMUTILAÇÃO EM ADOLESCENTES SOB A ÓTICA DA EDUCAÇÃO

Dilce Cervieri⁸⁰
Eliane Cadoná⁸¹

Eixo Temático: Temas Diversos em Educação

Resumo

A presente pesquisa teve como objetivo fazer uma análise crítica de conteúdos midiáticos sobre a prática da autolesão não suicida em adolescentes, problematizando as narrativas sobre o tema, observadas no contexto das mídias sociais, atentando-se à construção da subjetividade nas interações ali evidenciadas, à luz das teorias foucautianas. Também fizeram parte da pesquisa, com fins de complementar e enriquecer as análises sobre o sujeito adolescente, discussões relacionadas à “autolesão” e à “automutilação” presentes em manuais diagnósticos voltados aos/às profissionais de saúde, assim como legislação e documentos que orientam o trabalho na Educação e da Saúde quando tratam das questões envolvendo crianças e adolescentes e a prática de autolesão. A escolha do tema se deu pela crescente demanda na comunidade escolar voltada para práticas de cuidado nesse contexto, e também por se tratar de um assunto que preocupa todos/as os/as envolvidos/as. Na escola, espaço em que parte dos casos acaba emergindo, a questão é pouco trabalhada, discutida e, quando vivenciada, articula-se a práticas voltadas ao encaminhamento. Com fins de lançar uma problematização sobre os dispositivos pedagógicos midiáticos que contribuem para a produção e proliferação de lógicas articuladas à autolesão/automutilação, propôs-se um estudo qualitativo, descritivo, com delineamento bibliográfico e, posteriormente, documental, por intermédio de análise midiática de conteúdo de domínio público. A pesquisa bibliográfica teve como objetivo reunir um arcabouço teórico, a fim de compreender a adolescência, autolesão, mídias e produção de subjetividade. Também incluiu o estudo teórico documentos de referência na área de saúde e Legislações Oficiais do Governo Federal, além da compilação do estado do conhecimento acerca do tema. Para a pesquisa empírica, foram coletados e selecionados vídeos veiculados no canal do YouTube e, posteriormente, montados diários de campo com os principais pontos a serem analisados, sob a ótica da análise do discurso, com base nas obras de Michel Foucault (1998/2008), Rosa Maria Bueno Fischer (1996/2002) e Mary Jane Spink (1992/2000). Dentre os resultados, pode-se observar o intenso papel da mídia na construção de subjetividade, visto que se observa a produção de imagens, discursos, saberes, modos de comportar-se veiculados, produzidos e reforçados nos espaços midiáticos. No entanto, são muitas e complexas as questões que envolvem a produção de sentidos intermediada pelo contexto das mídias digitais. As mudanças históricas não podem ser entendidas sem considerar a centralidade da cultura, das tecnologias e dos múltiplos processos de atribuição de sentidos às práticas sociais. Conclui-se que é necessário que se observe de forma crítica o conteúdo midiático veiculado nas redes sociais, no que tange à autolesão e à automutilação, na ideia de instigar estudiosos/as e interventores/as do campo da educação a olharem para tais fenômenos e, conseqüentemente, sentirem-se parte do processo de cuidado e propositores/as de novas problematizações.

Palavras-chave: autolesão; automutilação; educação.

⁸⁰ Mestre em Educação URI/FW. Psicóloga do Instituto Federal do Mato Grosso. E-mail: dilce.cervieri@ifms.edu.br.

⁸¹ Pós-doutora em Educação. Professora do Programa de Pós-Graduação em Educação da URI/FW. E-mail: eliane@uri.edu.br.

CONSULTA PRÉ-ANESTÉSICA E EDUCAÇÃO: UM OLHAR SOB A SAÚDE

André Rigo⁸²
Eliane Cadoná⁸³

Eixo Temático: Temas Diversos em Educação

Resumo

A consulta pré-anestésica é momento de grande importância durante o processo anestésico-cirúrgico. Entre os principais objetivos dessa consulta está a necessidade de obter a confiança do e da paciente. A consulta pré-anestésica se caracteriza como um processo educativo, uma vez que ela contribui para a tranquilidade da do usuário do serviço de saúde, através da troca de saberes, conhecimentos e experiência entre ela/a e o/a médico/a. O objetivo deste estudo foi compreender, junto aos/às usuários/as de um serviço de saúde hospitalar, o lugar ocupado pela consulta pré-anestésica no processo de cuidado. A pesquisa foi de natureza descritiva, com abordagem qualitativa, realizada no Consultório de Anestesiologia e Dor, situado no Centro Clínico do Hospital de Caridade, na cidade de Erechim. A amostra foi composta por dez pacientes, do sistema de saúde privado, que já haviam sido submetidos a consultas pré-anestésicas e a cirurgias, com idades entre 31 e 73 anos, sendo 80% do sexo feminino e 20% do sexo masculino. Os dados foram coletados através de entrevista, norteadas por quinze questões semiestruturadas, de outubro a novembro de 2019. Como resultados, observou-se que os/as usuários/as, em resposta às questões, abordaram alguns pontos em comum: primeiramente medo, ansiedade e desconhecimento precedentes ao procedimento. Entretanto, após a consulta pré-anestésica, relataram mais confiança no/a médico/a, tranquilidade em relação ao procedimento e, conseqüente, diminuição dos fatores de estresse. Constata-se que as pessoas envolvidas no estudo reconhecem o valor da consulta pré-anestésica como estratégia para estreitar a relação entre médico/a e usuário/a como fator educativo, trazendo mais segurança e diminuindo a ansiedade com o procedimento como um todo. É fundamental ter a humanização como base de atuação no atendimento em saúde das pessoas, além de observá-las na sua totalidade, física e mental, e torná-las protagonistas nos cuidados com a própria saúde. Dessa forma, a consulta pré-anestésica surge como uma ferramenta básica de Educação em Saúde.

Palavras-chave: consulta pré-anestésica; educação em saúde; cuidado em saúde.

⁸² Mestre em Educação URI/FW. Professor do Curso de Medicina URI - Erechim. E-mail: andrerigo@gmail.com.

⁸³ Pós-doutora em Educação. Professora do Programa de Pós-Graduação em Educação da URI/FW. E-mail: eliane@uri.edu.br.

A (RES)SIGNIFICAÇÃO DOS SABERES DOCENTES NO CONTEXTO PÓS-PANDÊMICO⁸⁴

Suelen Bourscheid⁸⁵
Jordana Wruck Timm⁸⁶

Eixo Temático: Temas Diversos em Educação

Resumo

O Brasil foi acometido pela pandemia do COVID-19, que emergiu em 2019, mas impactou nosso país em 2020, em todos os aspectos e espaços da vida das pessoas, o que provocou mudanças em todos os cenários, sobretudo, na educação. A escola teve de ser repensada, as aulas passaram a acontecer de formas distintas do que o habitual. As prioridades foram alteradas. Os docentes tiveram de se reinventar e transformar as suas aulas, motivo que gera o questionamento: os saberes que os docentes possuíam foram suficientes para dar conta dessa demanda? A formação continuada de professores foi autossuficiente? Dessa maneira, objetivava-se investigar sobre a ressignificação que os professores tiveram sobre os seus saberes no contexto da pandemia e como se encontram na contemporaneidade. Por meio de uma pesquisa bibliográfica, revisão narrativa, cuja análise se concretiza na construção de um referencial teórico, a partir dos artigos publicados, teses e dissertações defendidas envergadas nessas ponderações. Como principais resultados, observa-se que a carreira de professor é vista como uma jornada de desenvolvimento pessoal e profissional, que exige a busca constante por conhecimento, habilidades e treinamento para construir uma base sólida de aprendizado que é essencial para o bom desempenho da prática educacional. Muito se discute sobre a importância da formação inicial e contínua, assim como, sobre a troca de vivências e experiências, que são elementos que compõem a construção do conhecimento docente. Esses saberes são defendidos e subdivididos por Tardif (2014) em quatro sendo: saberes pedagógicos, saberes disciplinares, saberes curriculares e os saberes experienciais. Essa é uma discussão e composição anterior a pandemia, mas que com a chegada dela, esses saberes tiveram de ser repensados e adaptados de acordo com a nova realidade imposta. Nesse novo cenário, o docente precisou firmar sua posição enquanto professor. A preocupação com o estudante e o processo de ensino e de aprendizagem precisaram continuar sendo foco de sua ação, mesmo em situações adversas e muitas vezes sem as mínimas condições necessárias para tal. Com isso, adentra-se a um aspecto pertinente desse cenário, a formação continuada de professores, na perspectiva de preparação para lidar com as situações advindas no/do cotidiano. Os saberes docentes ganharam notoriedade, uma vez que os professores precisam utilizar seus conhecimentos e experiências para lidar com as novas demandas e desafios. Além do mais, a pandemia evidenciou a pertinência da colaboração e da troca de saberes entre os docentes, assim, como a necessidade de se construir novos saberes para lidar com a nova realidade educacional e com a dinamicidade do cotidiano e da vida. Portanto, é fundamental que os professores continuem investindo em sua formação e desenvolvimento profissional, buscando atualização e novos conhecimentos para enfrentar os desafios do presente e do futuro. Afinal, a prática docente é um processo contínuo de aprendizagem e aperfeiçoamento, que exige dos professores um

⁸⁴ O presente trabalho é resumo do capítulo de livro intitulado “A Ressignificação dos saberes docentes no contexto pós-pandêmico” publicado na obra “Práticas Docentes na Contemporaneidade” pela Editora Schreiber em 2023.

⁸⁵ Mestranda em Educação na Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões - URI. Psicopedagoga e Pedagoga. Professora da rede estadual de ensino do município de Itapiranga-SC. E-mail: bourscheid_suelen@outlook.com

⁸⁶ Orientadora. Doutora em Educação (PUCRS). Professora no Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões (URI/FW). E-mail: jordana@uri.edu.br

desenvolvimento constante de seus saberes.

Palavras-chave: Saberes Docentes. Formação Continuada. Pandemia.

FERRAMENTA EDUCACIONAL DE GESTÃO DO CONHECIMENTO PARA EMPRESAS: UM ESTUDO SOBRE O MÉTODO DIIVE E O SISTEMA PULPO ENQUANTO PROMOTORES DE APRENDIZAGEM NO AMBIENTE EMPRESARIAL

Lucas da Rocha Jaskulski⁸⁷
Luci Mary Duso Pacheco⁸⁸

Eixo Temático: Temas Diversos em Educação

Resumo:

Esses escritos, parte integrante da Dissertação de Mestrado desenvolvida no âmbito do Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Educação (PPGEDU/URI), buscam analisar como o método DIIVE e o Sistema Pulpo, enquanto ferramentas educacionais de gestão do conhecimento em empresas, promovem a aprendizagem no ambiente empresarial enquanto solução educacional. A pesquisa tem sua base teórico-metodológica centrada na busca pela compreensão e aprimoramento das práticas educacionais no ambiente empresarial, verificando se a gestão interna do conhecimento tem um impacto direto na produtividade das organizações. Nesse sentido, cabe destacar que, atualmente, as mudanças acontecem rapidamente, assim o conhecimento se tornou um fator competitivo crucial para as organizações. Inovar, aprimorar e preservar o conhecimento gerado nas empresas são imperativos e, nesse contexto, as ferramentas de gestão do conhecimento nas empresas se tornam vitais. Um dos desafios enfrentados pelas empresas atualmente é a capacidade de se adaptar constantemente para se manterem competitivas. Portanto, é essencial buscar fatores e ferramentas que agreguem valor diferenciado à organização. A gestão do conhecimento desempenha um papel fundamental, permitindo que as empresas se tornem mais ágeis e adaptáveis, as organizações estão cada vez mais conscientes de sua importância estratégica na otimização do tempo e na obtenção de uma vantagem competitiva. A gestão do conhecimento pode ser definida como um conjunto de processos que envolvem a criação, o armazenamento, a disseminação e a utilização do conhecimento organizacional. Por meio desse processo, é possível melhorar o desempenho da empresa e criar um diferencial competitivo. É importante destacar que o Pulpo foi desenvolvido com o propósito principal de auxiliar empresas com operações complexas a gerenciar informações relevantes, de forma a permitir que colaboradores experientes transfiram conhecimento para equipes iniciantes, aumentando a eficiência do negócio. O Pulpo é uma ferramenta especializada em gestão do conhecimento, centralizando o conhecimento gerado por grupos de pessoas e facilitando o acesso a ele, permitindo que todos criem e aprendam. Portanto, por meio do método DIIVE, essa ferramenta auxilia na criação, armazenamento e compartilhamento de informações relevantes para o funcionamento da empresa. Busca-se, com isso, contribuir para a compreensão da relevância da gestão do conhecimento no contexto empresarial e como ferramentas educacionais, como o método DIIVE e o sistema Pulpo, podem promover a aprendizagem e a inovação nas organizações. Antecipa-se que os resultados da pesquisa identificam benefícios concretos, tais como a melhoria da eficiência operacional, a redução do retrabalho e o estímulo a uma cultura de compartilhamento de conhecimento. Além disso, o estudo oferece *insights* que podem colaborar para aprimorar a utilização dessas ferramentas educacionais, com o intuito de fortalecer a capacidade de adaptação e competitividade das empresas diante das constantes transformações no ambiente empresarial.

⁸⁷ Mestrando em Educação, Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões, Grupo de Pesquisa em Educação (GPE). ljaskulski@meudroz.com.

⁸⁸ Doutora em Educação, Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões, Grupo de Pesquisa em Educação (GPE). luci@uri.edu.br

RESUMOS EXPANDIDOS

EIXO TEMÁTICO:

DIREITO EDUCATIVO E ESCOLA

A ATUAÇÃO DO PROFESSOR NA PREVENÇÃO E RESOLUÇÃO DE CONFLITOS DENTRO DA SALA DE AULA

Cícera Barboda⁸⁹
Daniel Pulcherio Fensterseifer⁹⁰

Eixo Temático: Direito Educativo e Escola

Resumo

Introdução: a convivência em sociedade é marcada sobretudo pela sua diversidade, e isso inclui culturas diferentes, pensares diferentes, ideologias diferentes e opiniões diferentes. Contudo isso não anula ou invalida o fato de o ser humano é um ser relacional por excelência, opera como esteio do seu próprio desenvolvimento, inserido num sistema Inter relacional mais globalizante.

Nesse contexto, e contando que o ser humano ao longo de sua vida desenvolve interrelações e interações sociais, é natural que surjam os conflitos. Na percepção de Berg (2012) o conflito, palavra oriunda do latim (*conflictus*), basicamente significa choque entre duas coisas, podendo ser também embate entre pessoas, grupos opostos ou forças contrárias. Trazendo esse conceito para uma realidade mais palpável, o conflito pode ser entendido como um estado antagônico de ideias, pessoas ou interesses (Berg, 2012).

Seguindo neste mesmo raciocínio, Possato *et al.* (2016), dizem que a boa convivência não é sinônimo de ausência de conflitos. Para os autores, o que há, portanto, é uma harmonia conflitual, pois o conflito é inerente às relações humanas. Estas por sua vez, são pautadas, para uma boa convivência, na capacidade de lidarmos com heterogeneidade, realizar acordos, fazer negociações. Desta forma, infere-se que o conflito se configura como uma situação que surge entre pelo menos duas ou mais pessoas, em que há uma confrontação de interesses, que resultam em um choque de interesses que

⁸⁹ Aluna do Programa de Pós Graduação em Educação na Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões.

⁹⁰ Professor do Programa de Pós Graduação em Educação na Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões.

culmina em situações contrapostas em primeira instância.

Passível em quaisquer ambientes, na escola a possibilidade de conflitos não poderia ser diferente. Na verdade, por suas características, a escola é um ambiente propício ao surgimento de situações de conflito (Silva; Almeida; Almeida, 2022). Assim, é compreensível que o ambiente escolar não esteja isento de conflitos, pois são ambientes onde ocorrem muitas relações sociais complexas.

Os conflitos nas escolas são provenientes das próprias ações do sistema escolar ou podem ser oriundos das relações que envolvem os atores da comunidade escolar e podem acontecer espontaneamente em situações inesperadas (Silva; Almeida; Almeida, 2022). Na concepção dos autores, a escola é um espaço privilegiado de formação em que várias facetas do conflito se despontam de maneira espontânea, a partir da convivência social e impulsiona divergências e incertezas.

Martins (2018) corrobora que nas escolas, os conflitos que culminam em violência, em sua grande maioria, para não dizer todos, ocorrem influenciados por causas externas e internas. Nas palavras dos autores, os fatores externos podem ser provocados por condições socioeconômicas e culturais, envolvendo situações de famílias expostas à violência nas comunidades; pressão dos grupos de referência; preconceitos étnico-raciais e religiosos; práticas de bullying e conflitos digitais, tão comuns nos últimos tempos.

Diante disso, é importante aprofundar o olhar sobre essa temática trazendo a tona discussões e reflexões sobre essas questões. Nesse tom, é imperativo que se fale também da mediação de conflitos nesses ambientes. Assim, esclarece-se que os conflitos e mediações no âmbito escolar tem sido foco de inúmeras discussões, estudos, projetos, regulamentos, legislações, com intuito de melhor conduzir a resolução dos conflitos.

Voltando as atenções para a mediação de conflitos, propriamente dito, esclarece-se que entender o processo de mediação é fazer um resgate histórico de como tal processo tem surgido e como tem se perpetuado até os dias de hoje. Nesse sentido, de acordo com Torremorall (2021) a literatura que busca

determinar as origens da mediação de conflitos, preconiza que esta tem surgimento desde o início da história da humanidade, dado o fato de que, na percepção da autora, onde há grupos de pessoas, há conflitos.

No ambiente escolar, por exemplo, que é um ambiente onde se busca a educação cultural e social do indivíduo, naturalmente é um ambiente de trocas de experiências e nesse ponto que nascem os encontros e desencontros, trazendo à tona a mediação de conflitos (Couto; Monteiro, 2021). Os autores asseveram que nesse contexto a mediação de conflito escolar surge como um convite ao aprendizado e aperfeiçoamento da habilidade de negociação, bem como de resolução de conflitos.

Como se percebe, a mediação de conflitos no ambiente escolar é uma temática relevante e que merece ser estudada, diante disso, o **objetivo geral** deste estudo é: investigar que tipo de mecanismos o professor pode utilizar dentro da sala de aula para prevenir e resolver conflitos entre alunos. Para responder ao objetivo geral, foram definidos os seguintes objetivos específicos: investigar os tipos de conflitos escolares; compreender os principais instrumentos e mecanismos utilizados na mediação de conflitos; pesquisar a comunicação nãoviolenta e sua aplicação em sala de aula.

Quanto a **metodologia**, ressalta-se que este estudo se trata de uma pesquisa exploratória qualitativa. De acordo com Gil (2008) as pesquisas exploratórias objetivam desenvolver, esclarecer e modificar conceitos e ideias. Ainda conforme o autor, nesse tipo de pesquisa, geralmente empregam-se técnicas de levantamento bibliográfico e documental, entrevistas não padronizadas e estudos de caso.

O tema é abordado a partir de um estudo bibliográfico e documental, em que se busca, à luz da literatura. Conforme é apontado por Gil (2008), a pesquisa bibliográfica é desenvolvida com base em material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científicos. Na concepção de Lima (2004, p.38) “pesquisa bibliográfica é a atividade de localização e consulta de fontes diversas de informação escrita orientada pelo objetivo explícito de coletar materiais mais genéricos ou mais específicos a respeito de um tema”. Serão

analisados textos extraídos de livros e periódicos científicos em português e espanhol que sejam relacionados ao tema proposto nesta pesquisa, a fim de dar sustentação teórica aos achados na coleta de dados.

O estudo documental, por sua vez, conforme Gil (2008), é aquele em que as fontes são muito mais diversificadas e dispersas. Há, de um lado, os documentos que não receberam nenhum tratamento analítico, como textos e leis que tratam do tema estudado. Uma vez que a revisão da literatura é de suma importância nessa modalidade de estudo. Tanto para situar adequadamente, a terminologia pertinente ao campo de estudo, quanto para avançar em termos de explicitação do seu estado do conhecimento.

No tocante a análise dos dados, esta se dará por meio da análise documental. Segundo Ludke e André (1986), a análise documental diz respeito a uma importante técnica em pesquisas do tipo qualitativa, pois complementa informações obtidas por meio de outras técnicas, além de desenvolver aspectos novos por meio da percepção de novos *gaps* ou lacunas sobre determinado problema. De acordo com Cechinel (2016) o uso de documentos no que tange a pesquisa traz muita riqueza de informações, visto que elas podem ser utilizadas em diversas áreas das ciências humanas e sociais, aproximando, por exemplo, o entendimento do objeto na sua contextualização.

Faz-se necessário esclarecer que este trabalho é oriundo do projeto de dissertação que ainda está em execução, desta forma, ainda não se tem resultados conclusivos. Contudo, é possível inferir como **resultados** a identificação das principais causas que geram os conflitos no ambiente escolar, bem como as técnicas e mecanismos utilizados nas escolas e pelos professores quanto a mediação de conflitos. Pretende-se também identificar as estratégias abordadas na mediação de conflitos dentro das escolas a fim de verificar a eficácia dessas estratégias quanto ao problema.

Palavras-chave: Conflitos. Conflito escolar. Mediação de conflito.

Referências

BERG, Ernesto Artur. **Administração de conflitos**: abordagens práticas para o dia a dia. 1. ed. Curitiba: Juruá, 2012.

CECHINEL, Andre *et al.* Estudo/análise documental: uma revisão teórica e metodológica. **Criar Educação**, v. 5, n. 1, 2016.

COUTO, Lucia Maciel; MONTEIRO, Edemar Souza. Mediação escolar como ferramenta na resolução de conflitos no espaço educacional. **Revista Educação Pública**, v. 21, n. 16, maio 2021.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

LIMA, Manolita Correia. **Monografia**: a engenharia da produção acadêmica. São Paulo: Saraiva, 2004.

LÜDKE, Menga; ANDRÉ, Marli E. D. A. **Pesquisa em educação**: abordagens qualitativas. São Paulo: EPU, 1986.

MARTINS, R. F. **Gestão de conflitos e o clima escolar**: um caso de estudo em uma escola de Santa Catarina. 2018. Monografia (Especialização em Gestão Pública na Educação Profissional e Tecnológica) – Instituto Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2018.

POSSATO, Beatriz Cristina *et al.* O mediador de conflitos escolares: experiências na América do Sul. **Psicologia Escolar e Educacional**, Maringá, v. 20, n. 2, p. 357-366, maio/ago. 2016.

SILVA, M. C. L.; ALMEIDA, R. O.; ALMEIDA, S. M. N. Tecendo olhares sobre a gestão dos conflitos na escola. **Dilemas, Rev. Estud. Conflito Controle Soc.**, Rio de Janeiro, v. 15, n. 1, p. 303-320, jan./abr. 2022.

TORREMORELL, Maria Carme Boqué. **Mediação de conflitos na escola**: modelos, estratégias e práticas. Summus Editorial, 2021.

EIXO TEMÁTICO:

TEMAS DIVERSOS EM EDUCAÇÃO

O IMPACTO DA PANDEMIA DA COVID 19 NA QUALIDADE DE VIDA DO PROFESSOR

Eliane Lima Borges de Medeiros⁹¹

Marines Aires⁹²

Eixo Temático: Temas Diversos em Educação

Introdução: A pandemia causada pela Covid 19 colocou o mundo em alerta, fazendo-o se reestruturar em muitos aspectos da sociedade. O mundo passou a viver mudanças drásticas nos hábitos, nas formas de organização social e muitas incertezas. Diante disso, foi necessário se recorrer a alguns recursos, como as mídias digitais e tecnológicas, para dar continuidade em muitos aspectos da vida. No ambiente escolar, os professores, durante a crise sanitária, tiveram suas vidas e rotinas alteradas, bem como suas realidades em sala de aula, passaram a transitar entre atividades assíncronas, à distância e algumas atividades síncronas. A Qualidade de Vida foi um dos fatores afetados por esse vírus, principalmente quando relacionamos com professores, pois eles tiveram que se adaptar a novos métodos de ensino, além do medo, insegurança, mortes de familiares amigos e distanciamento social. A Qualidade de Vida é conceituada pela Organização Mundial da Saúde (OMS), como a percepção de uma pessoa sobre sua vida, no contexto de seu campo cultural e sua relação com objetivos, expectativas e preocupações. Envolve ainda saúde mental, física, psicológica e emocional, além das relações sociais como família e amigos, envolve saúde, educação, moradia, higiene básica e outros ambientes de convivência. (OMS, 2012). A Qualidade de Vida é vista e analisada sob diferentes perspectivas. Com base no conceito da OMS, ela representa a percepção de uma pessoa sobre sua vida, no contexto de seu campo cultural e sua relação com objetivos, expectativas e preocupações. Envolve saúde mental, física, psicológica e emocional, além das relações sociais como família e amigos, envolve saúde, educação, moradia, higiene básica e outros ambientes de convivência. (FLECK, 2000). Nessa perspectiva Santos (2021) fez uso do termo “pedagogia”, para representar os possíveis ensinamentos que a crise sanitária vem oportunizando.

⁹¹ Professora de Educação Física Licenciatura em Educação Física pela Universidade Federal de Uberlândia. Mestranda em Educação pelo Programa de Pós Graduação em Educação da Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões URI Frederico Westphalen, Rio Grande do Sul. E-mail elianelimaborges@hotmail.com

⁹² Enfermeira. Doutora em Enfermagem pelo Programa de Pós-graduação em Enfermagem, da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (PPGENF/UFRGS). Professora colaboradora do Programa de Pós-graduação em Educação, da URI/FW(PPGEDU). Pós-doutora em Educação - PPGEDU/URI. E-mail: maires@uri.edu.br

A pandemia, em si, consiste em um acontecimento histórico ocorrido poucas vezes no planeta, mas em todas foi extremamente fatal. Mesmo em pleno século XXI, com tanta tecnologia de ponta e avanço na medicina, um minúsculo e invisível vírus deixou o mundo de joelhos, a refletir que nós, seres humanos, não somos os donos do mundo e que nossas vidas são efêmeras. Santos (2021), nesse sentido, disserta sobre a quarentena instituída para conter o novo coronavírus e o faz na perspectiva de determinados grupos sociais que, em comum, contabilizam inseguranças sociais precedentes. O autor assevera que, contrariamente às afirmações da mídia e dos organismos internacionais, a quarentena expõe e reforça a injustiça, a discriminação, a exclusão social e o sofrimento por ela provocados. Essa assimetria se invisibiliza em razão do pânico que atingiu os que não estão habituados a tal sofrimento. A presente pesquisa se justifica por colocar em pauta um assunto muito importante, recente e que merece ser debatido, que é a questão da pandemia e seus impactos na qualidade de vida dos professores. Ressalto a importância desse estudo no contexto científico, uma vez que se trata de um modo de ampliar e compreender como os professores, dentro de um ambiente (trans)formador, compreendem a QV e o bem-estar no contexto de trabalho. **Objetivo:** Conhecer os fatores que impactaram a Qualidade de Vida dos professores na pandemia da Covid 19 em escolas estaduais no município de Rondonópolis, Mato Grosso. **Metodologia:** Trata-se de uma pesquisa de natureza qualitativa, descritiva exploratória realizada em cinco escolas estaduais no município de Rondonópolis, Mato Grosso. O critério de inclusão das referidas escolas foi integrar as diversas modalidades na forma de organização, com uma realidade e um contexto distinto durante a crise sanitária. Os participantes do estudo foram 15 professores do Ensino Fundamental 2, das áreas de linguagem, ciências humanas, matemática e ciências da natureza. A coleta de dados se deu por meio de entrevistas semi estruturadas agendadas previamente a qual foi gravada e após transcrita na íntegra. A análise dos dados ocorreu a partir da Análise Temática. A pesquisa foi aprovada pelo Comitê de Ética da Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões parecer no 69491823200005352. **Resultados:** A amostra foi constituída por 15 professores, sendo que 40% pertenciam a faixa 49 a 50 anos. Entre os participantes, 80% se declararam do sexo feminino e 80% casada/casado. Em relação à formação acadêmica, 13% é da área da língua portuguesa, 6,7% de artes, 6,7% da educação física, 6,7 de inglês, 6,7% de história, 20% de geografia, 20% de ciências, 20% de matemática. Entre os participantes, 66,6% possuíam especialização e 33,4% mestrado. No que tange ao tempo de atuação 46,6% trabalhava há um período de 11 a 20 anos e 66,6% disseram trabalhar 30 horas semanais. Ao analisar o impacto na Qualidade de Vida do professor durante o desafiador cenário da Pandemia da Covid 19 verificou-se que os principais fatores foram: o isolamento/distanciamento social; a alteração na rotina de trabalho; sobrecarga de trabalho; defasagem de aprendizado; medo; ansiedade; solidão; atividade

física; sedentarismo; estresse; saúde; ganho de peso; morte/luto. Os achados indicam que, entre os fatores que impactaram a QV dos professores no presente estudo, o elemento crítico foi o isolamento e distanciamento social imposto pela Pandemia da Covid19. Tais resultados revelam quanto o ser humano é um ser social, o quanto há dependência uns dos outros para se viver socialmente. O isolamento ou o distanciamento causou sensação de solidão e medo. Foi um período muito difícil, que chegou a ser considerado como um dos períodos de maior experimento psicológico do mundo (Lima, 2020). Outrossim, colocou à prova a capacidade humana de extrair sentido do sofrimento e desafiou indivíduos e sociedade inteiras a promoverem formas de coesão que amortecessem o impacto de experiências-limite na vida mental (Lima, 2020). Outro fator de grande impacto na QV dos professores foi a alteração de rotina e sobrecarga de trabalho desses profissionais. Nesse período, os docentes tiveram um excesso de trabalho, não tinha distintivamente horário de trabalho e horário de lazer e descanso, visto que precisavam atender alunos praticamente a todo momento e em diversos contextos. Nesse cenário, a casa do docente se transformou em sala de aula, celulares e computadores se tornaram quadro branco e quadro negros. Os sábados e domingos passaram a ser reservados para atender o aluno ou para preparar matéria escolar. Os relatos dos professores focalizam os impactos negativos resultantes da alteração de rotina e da sobrecarga de trabalho. Eles mencionaram a necessidade de se adaptar a uma nova dinâmica de trabalho remoto, que resultou em dificuldades em separar o tempo para si mesmos e para a família, bem como em uma perda significativa de momentos de lazer. A sobrecarga de trabalho constante, combinada com a ausência de limites claros entre trabalho e vida pessoal, levou à exaustão física e emocional, resultando em uma redução na QV e no bem-estar geral. Isso é corroborado por Santos *et al.* (2023), ao afirmarem que exaustão física e mental resultante desse acúmulo de tarefas impactou negativamente a QV, gerando perda de prazer em atividades anteriormente gratificantes. Entre os fatores que impactaram a QV dos professores na pandemia da Covid-19, destaca-se ainda a sobrecarga de trabalho, considerada uma das maiores dificuldades enfrentadas por esses profissionais, assim como a dificuldade de conciliar o trabalho com as atividades de casa e a instabilidade emocional. (MELO *et al.* 2020). Além disso, conforme as autoras, outros fatores podem ser elencados, como o desconhecimento das tecnologias e a falta de recursos tecnológicos, o desconforto com a exposição das aulas pela internet, sendo este um dos principais fatores que levaram à instabilidade emocional. De acordo com Pedrosa *et al.* (2021) o impacto na QV dos professores durante a pandemia está relacionado às mudanças de rotinas pessoais, profissionais e acadêmicas. Além disso, para os professores, as demandas de trabalho (lidar com pessoas, sobrecarga de trabalho fora da sala de aula, execução de atividades de alto nível de exigência) e o ambiente escolar geram desgastes físico e mental, o que exige esforço e adaptação do profissional. Ademais, conforme os impactos econômicos

vivenciados, os efeitos pandêmicos na vida diária e os atrasos acadêmicos podem se constituir como potencializadores dos efeitos psicológicos negativos. As preocupações com a saúde, tanto pessoal, quanto dos familiares e dos amigos, geraram ansiedade adicional. O isolamento, em razão do distanciamento social, afetou a interação social e a falta de apoio emocional, contribuindo consideravelmente para o estresse. A sobrecarga de informações da mídia ampliou a sensação de aumento do estresse decorrente da dificuldade em lidar com a quantidade excessiva de informações relevantes e irrelevantes, trazendo uma sensação avassaladora de ansiedade e exaustão mental. A necessidade de filtrar e processar continuamente as atualizações midiáticas tornou-se uma tarefa árdua, contribuindo para um estado de sobrecarregamento emocional e mental entre os indivíduos expostos a essa avalanche de informação. Contudo, muitas pessoas demonstraram resiliência e adaptabilidade, encontrando modos de lidar com o estresse, como buscar apoio social e práticas de relaxamento. **Conclusão:** Este trabalho contribui para promover discussões acerca da promoção de uma melhor Qualidade de Vida no contexto escolar mas também avançou os conhecimentos na área da Educação, oferecendo subsídios para a construção de um ambiente de trabalho mais saudável e sustentável para os professores e atentar a saúde e QV dos professores independentes das circunstâncias pois esses profissionais são fundamentais nas transformações sociais.

Palavras-chaves: Pandemia da Covid 19; Prática docente; Qualidade de vida do professor

Referências

FLECK, M. P. A. O instrumento de avaliação de qualidade de vida da Organização Mundial da Saúde (WHOQOL-100): características e perspectivas. **Revista Ciências & Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro/RJ, v. 5, n. 1, p. 33-38, 2000.

MELO, Maria Tais de; DIAS, Simone Regina; VOLPATO, Arceloni Neusa. **Impacto dos fatores relacionados à pandemia de covid 19 na qualidade de vida dos professores atuantes em SC**. Florianópolis/SC: Contexto Digital, 2020

LIMA, Rossano Cabral. Distanciamento e isolamento sociais pela Covid-19 no Brasil: impactos na saúde mental. **Physis: Revista de Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro/RJ, v. 30, n. 2, p. e300214, 2020. DOI 10.1590/S0103-73312020300214

OMS. Organização Mundial da Saúde. Avaliação da qualidade de vida: documento de posição da Organização Mundial da Saúde. **Social Science Medicine**, [S.l.], v. 41, n. 10, p. 1403-1409.2012.

PEDROSO, Edivane *et al.* Impacto da pandemia de COVID-19 na qualidade de vida e no estresse de docentes de uma instituição federal. **Research, Society and Development**, Vargem Grande Paulista/SP, v. 10, n. 4, p. e43110414298, 2021.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **O futuro começa agora**: da pandemia à utopia. São Paulo:Boitempo, 2021.

SANTOS, I. T.; COUTO, M. F. F.; PEREIRA, M. M.; BRAZ, M. V. Síndrome de Burnout em professores durante a pandemia da COVID-19. **Revista Psicologia em Pesquisa**, v. 17, n. 2, p.1-24, 2023.

O TRABALHO DOCENTE NA EDUCAÇÃO BÁSICA

Neusa Vicente Lazaroto⁹³

Marinês Aires⁹⁴

Eixo Temático: Temas Diversos em Educação

Resumo: Para falar do trabalho do docente, é necessário compreender e analisar o processo educacional e suas características que o mercado de trabalho vem observando desde a década de 80, com a explosão da tecnologia, internet e meios de comunicação. O mundo tem se reinventado em grande velocidade, na educação não é diferente, o professor e a escola precisaram se adaptar e oferecer estruturas mais flexíveis e favoráveis para atingir o desenvolvimento pedagógico e a aprendizagem relevante que contemple a formação integral do aluno enquanto cidadão, aprimorando as competências e habilidades. Nesse cenário, uma educação pautada no desenvolvimento da compreensão humana, onde os indivíduos possam enfrentar os desafios sociais, econômicos, políticos e ambientais, pressupostos e saberes Edgar Morin denomina como os sete saberes necessários à educação do futuro: as cegueiras do conhecimento; o erro e a ilusão; os princípios do conhecimento pertinente; ensinar a condição humana; ensinar a identidade terrena; enfrentar as incertezas; e ensinar a compreensão e a ética do gênero humano (Morin 2011). **Objetivo:** O objetivo foi refletir sobre o trabalho do docente frente aos inúmeros desafios e incertezas na profissão e as mudanças no cenário educacional nos últimos anos. **Metodologia:** Realizou-se um estudo de natureza qualitativa e bibliográfica, utilizando artigos e livros sobre trabalho docente da educação básica, entendendo a necessidade das condições mínimas para que os professores possam atuar com qualidade na formação de indivíduos críticos e transformadores da sociedade em que vivem. Tem como base o referencial de Edgar Morin saberes da docência segundo elementos norteadores da prática docente. **Resultados:** O cenário histórico traçado evidencia que a educação pública brasileira sofre constantes mudanças estruturais, congruentes com os

⁹³ Mestranda em Educação. Possui graduação em Pedagogia pela Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões (2002). Especialização em Pedagogia Gestora com Ênfase em Administração, Supervisão e Orientação Educacional, pela Associação Catarinense de Ensino Faculdade de Joinville; 06/09/2003 a 06/03/2004. Especialização em Mídias na Educação, pela Universidade Federal de Santa Maria de 07/03/2016 a 23/02/2018. Especialização em Psicopedagogia Institucional, Faculdade de Educação São Luís, 19/09/2020 a 20/07/2021; atualmente é coordenadora pedagógica e vice-diretora na Rede Estadual de Ensino e professora na Rede Municipal de Ensino de Pinheirinho do Vale - RS. E-Mail: neusalazaroto@yahoo.com.br; a072274@uri.edu.br

⁹⁴ 2Doutora em Enfermagem pelo Programa de Pós-graduação em Enfermagem, da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (PPGENF/UFRGS). Professora colaboradora do Programa de Pós-graduação em Educação, da URI/FW(PPGEDU). Pós-doutora em Educação-PPGEDU/URI. E-mail: maires@uri.edu.br

movimentos políticos e de organização socioeconômica que aconteciam no mundo (Coelho 2022). Evidencia-se, principalmente, as reformas educacionais ocorridas a partir de 1990, que, embora tenham resultado na atual Lei de Diretrizes e Bases da Educação, alteraram profundamente a organização e a natureza do trabalho do professor, esses profissionais foram chamados a assumir diversas funções, sobrecarregando-o. As transformações rápidas, impulsionadas pela expansão dos meios de comunicação e tecnologias que modificaram o papel da escola e o papel do professor ao longo dos anos. Segundo (Nova, 2022), a história da organização da educação é conhecida ao longo dos anos, ou seja a partir do século XVI e ganhou forma na metade do século XIX, definindo a obrigatoriedade escolar. O modelo de escola se estendeu até o ano de 2020, seguindo um padrão educacional de prédios, alunos regrados, professores com carga horária pré-definida e currículo direcionado e organizado por disciplina. Morin (2011) descreve os Sete Saberes Necessários à Educação do Futuro, sendo importante ter um pensamento complexo, capaz de relacionar, contextualizar e religar saberes e ou dimensões da vida humana. Estes saberes necessários à educação do futuro buscam incitar os educadores a redefinirem a sua posição na escola, em sua relação com os alunos, os currículos, disciplina e avaliação. Para Morin (2011) é chocante que a educação que transmite conhecimento seja cega enquanto conhecimento humano, seus dispositivos, enfermidades, dificuldades, tendências e não se preocupe em conhecer o que é conhecer. Com base nesses pressupostos a seguir são detalhados estes saberes. O primeiro saber intitulado “As cegueiras do conhecimento, erro e a ilusão” nos diz que a educação do futuro poderá enfrentar riscos do erro e da ilusão, a educação que visa transmitir conhecimento seja cega quanto ao que é conhecimento humano. O conhecimento não pode ser usado sem que sua natureza seja explorada, todo conhecimento está ameaçado pelo erro e pela ilusão, no entanto não pode ser considerado um espelho das coisas ou do mundo. Morin(2011) menciona o segundo saber como “Os princípios do conhecimento pertinente”, nesse ínterim nos coloca da necessidade de promover conhecimento capaz de compreender os acontecimentos globais para neles inserir os conhecimentos locais. Para tanto, o conhecimento fragmentado impede o vínculo entre as partes e a totalidade, devendo ser trocado por conhecimento capaz de aprender e compreender o contexto e sua complexidade. Morin (2011) no terceiro saber “Ensinar a condição humana”, o autor diz que o ser humano é um ser complexo que envolve o físico, biológico, psíquico, cultural, social e histórico. Para Morin, essa complexidade é desintegrada na educação em virtude das disciplinas fragmentada. Desde modo, se faz necessário unir e organizar os conhecimentos nas ciências da natureza, humanas, literatura e na filosofia compondo um elo entre unidade e diversidade. O quarto saber proposto Por Morin “Ensinar a identidade terrena”, enfatiza que o reconhecimento da identidade terrena se torna fundamental a todos, sendo este, um dos principais objetivo da educação, ensinar a história e a evolução da humanidade durante o passar dos séculos que se inicia com a comunicação entre os continentes. Reconhecer a complexidade da crise planetária ocorrida no séc. XX, confrontados com os mesmos problemas

de vida e de morte, compartilhando de um mesmo destino comum. Morin, (2011) ao trazer o quinto saber da docência “Enfrentar as incertezas”, para o autor as ciências nos permitiram muitas certezas, mas ao longo do sec. XX muitas incertezas surgiram nas ciências físicas, na evolução biológica e históricas. Nesse contexto, a educação deveria ensinar estratégias para enfrentar imprevistos, inesperados, incertezas adquiridas ao longo do tempo, é preciso saber navegar pelos oceanos de incertezas em meio de um arquipélago de certezas. O sexto saber da docência para os tempos futuro escrito por Morin “Ensinar a compreensão”, busca enfatizar a compreensão da comunicação humana, a qual se dá através da compreensão mútua, considerando a importância da educação para o desenvolvimento dessa compreensão e da mentalidade humana, sendo essas a obra para educação do futuro, ensinar como condição e garantia da solidariedade intelectual e moral entre as pessoas. Por fim, o sétimo saber escrito por Morin “Ética do gênero humano”, para o autor a educação deve ensinar à antropoética (assumir o destino humano), levando em conta o caráter ternário da condição humana o que é ser indivíduo/sociedade/espécie. Ainda na perspectiva do autor, a ética não pode ser ensinada, ela deve ser formada na consciência das pessoas e, a educação deve contribuir para a tomada de consciência no desenvolvimento da cidadania. Diante do exposto, enfatiza-se a importância de saber necessário a prática docente com um legado às gerações futuras que precisam ser promovidas nos ambientes institucionais. A sociedade precisa de mentes mais pensantes, escuta ativas, pessoas comprometidas e responsáveis com a transformação da sociedade. Se faz necessário criar espaço de diálogo democrático, crítico reflexivo que sejam capazes de oferecer práticas pedagógicas acordadas na solidariedade, na ética, na paz e na justiça social. Uma educação pautada no desenvolvimento da compreensão humana, onde os indivíduos possam enfrentar os desafios sociais, econômicos, políticos e ambientais. Atualmente vivemos em um tempo de metamorfose ou seja transformação significativa da escola, também na atividade profissional do professor, no entanto se faz necessário um novo pensar nas políticas educacionais e nos cursos de formação dos profissionais da educação, estes precisarão estar preparados para enfrentar novos papéis, novas funções e ações que irão surgir ao longo da carreira, adquirindo bagagem e conhecimento pedagógico contextualizado com a pesquisa, ação pública e histórico. (Nóvoa 2022). Tardif (2002), ao mencionar a prática pedagógica, assinala que, na maioria das vezes, os professores precisam tomar decisões e desenvolver estratégias de ação em plena atividade, sem se apoiar num "saber-fazer" técnico-científico que lhes permita controlar a situação com toda a certeza. Para tanto, é preciso repensar a formação de professores para então reconstruir a diversidade de espaços e práticas para relacionar seu trabalho com o estudo, pesquisa e conhecimento. Para haver inovação, metas e metamorfose na educação é preciso sim uma forte interação entre três vértices ou seja “ professor, universidade e escola”. O trabalho do docente atribui um paralelo entre teoria e prática, para se ter inovação e renovação na formação de um novo profissional da educação para enfrentar este novo contexto, novos tempos e de

grande desafio em que se encontra a educação. Na formação inicial é fundamental a relação entre estudante e professor das escolas básicas para se ter interação teoria e prática. É importante possibilitar essa interação, ao relacionar teoria e prática a vivências do aluno, o professor estará oportunizando o ensino e aprendizado do mesmo, pois cada vez que se apresenta um conteúdo de forma significativa, despertará no mesmo uma curiosidade epistemológica pelo conhecimento adquirido. Com o retrocesso de ideologias que alicerça a possibilidade de transferir as funções do professor a profissional com “notório saber”, sem ter sequer noção do que é ser professor, também contribui para a desvalorização e prestígio da profissão docente. Estas políticas com origem distintas, afluem uma desprofissionalização e desinteresse do docente pela profissão (Nóvoa 2017). A responsabilidade do professor é muito grande e às vezes, não nos damos conta. Sua presença na sala é de tal maneira exemplar que nenhum professor ou professora escapa ao juízo que dele ou dela fazem os alunos. O docente tem o dever de dar suas aulas, de realizar sua tarefa. O desprezo a este espaço é uma ofensa aos educandos, aos educadores e à prática pedagógica. A busca dos professores pelos seus direitos e de sua dignidade precisa ser entendida como um momento importante de sua prática docente, enquanto prática ética (Freire 1996). O docente tem o compromisso de ensinar e formar sujeitos na sociedade, deste modo a função e atuação docente é fundamental, pois contribui no processo de socialização de saberes e no ensino aprendizagem do educando. O professor se esforça e dedica seu tempo em estudos para conhecer, aprender e ensinar, criando mecanismos para relacionar os conteúdos curriculares às experiências culturais e concretas dos estudantes, na elaboração e planejamento de metodologias de ensino, na construção dos planos de ensino para promovendo o crescimento do ser humano, tendo um papel fundamental no desenvolvimento da sociedade e a capacidade de transformar e preparar o indivíduo para o futuro contribuindo para a sua formação. (Costa 2021). O professor tem papel fundamental na pedagogia do encontro, sendo mediador uns dos outros criando condições de relacionamento, de troca de ideias, de aprendizagens, de despertar sentimentos e da socialização. Segundo Arroyo (2004), o professor se depara com grande dificuldade de administrar e articular os tempos do viver, conviver e trabalhar, conciliar horários quando se trabalha em várias escolas com várias turmas e muitas disciplinas diferentes. A Educação transformadora necessita de novas práticas pedagógicas que estejam centradas no desenvolvimento humano, na compreensão, na sensibilidade e na ética, na diversidade cultural, na pluralidade do indivíduo privilegiando a construção de um conhecimento transdisciplinar “indivíduo-sociedade-natureza”. São condições fundamentais para a construção de um futuro possível para as novas gerações (Morin, 2011). Evidencia-se que as condições de trabalho desfavoráveis com sobrecargas de trabalho, o educador tem sido desafiador diante de tantas mudanças ocorridas nos últimos anos no campo da educação, como o avanço das tecnologias e novas metodologias. Diante disso e de grande importância, a luta por condições dignas de trabalho e melhorias das condições financeiras, que também influenciam no desenvolvimento do trabalho docente.

Palavras-chave: Trabalho docente; Saber docente; Prática Pedagógica.

Referências

ARROYO, Miguel G. **Imagens quebradas:** trajetórias e tempos de alunos e mestres. Petrópolis, RJ: Vozes, 2004.

COELHO, Elenise Abreu. **Características do teletrabalho e síndrome de burnout em professores da educação básica durante a pandemia da Covid-19'**. 2022. 108 f. Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2022.

COSTA, Bruna Maria. **Estado do conhecimento sobre as condições do trabalho do docente.** Florianópolis, 2021.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia:** saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 1996. (Coleção Leitura).

MORIN, Edgar. **Os sete saberes necessários à educação do futuro.** São Paulo: Cortez: Brasília, UNESCO, 2011.

NÓVOA, António. Firmar a posição como professor, afirmar a profissão docente.

Cadernos de Pesquisa [online], v. 47, n. 166, p. 1106-1133, 2017.

NÓVOA, António. Entre a formação e a profissão: ensaio sobre o modo como nos tornamos professores. *In:* NÓVOA, António; ALVIM, Iara. **Escolas e professores:** proteger, transformar, valorizar. Salvador: SEC/IAT, 2022. p. 91-104.

TARDIF, Maurice. **O trabalho docente:** elementos para uma teoria da docência como profissão de interações humanas. Petrópolis: Vozes, 2005.

PROGRAMA SAÚDE NA ESCOLA: FERRAMENTA PARA EDUCAÇÃO EM SEXUALIDADE DE ADOLESCENTES

Jéssica Veit⁹⁵
Marines Aires⁹⁶

Eixo Temático: Temas Diversos em Educação

Resumo

O presente resumo versa sobre o Programa Saúde na Escola (PSE) enquanto política pública transversal com visão sobre a forma que a educação em saúde sexual e reprodutiva vem sendo abordada nas escolas. O PSE é um programa que visa à integração e articulação permanente da educação e da saúde, proporcionando melhoria da qualidade de vida da população brasileira (BRASIL, 2023). Foi instituído em 2007 por meio do Decreto Federal N° 6.286, de 05 de dezembro de 2007, sendo firmado no âmbito dos Ministérios da Educação e da Saúde. A sua proposta organizacional abrange ciclos de dois anos de duração, período em que as escolas e equipes de saúde municipais possuem para realizar atividades com os educandos. Essas atividades propostas pelo PSE envolvem 14 temas considerados de extrema importância para serem trabalhados de forma articulada entre o setor saúde e os educadores. Estes temas são: alimentação saudável e prevenção da obesidade; promoção da atividade física; promoção da cultura de paz e direitos humanos; prevenção das violências e dos acidentes; prevenção de doenças negligenciadas; prevenção ao uso de álcool, tabaco e outras drogas; prevenção à Covid-19; saúde ambiental; saúde bucal; saúde auditiva; saúde ocular; saúde mental; saúde sexual e reprodutiva e prevenção do Vírus da Imunodeficiência Humana/Infecções Sexualmente Transmissíveis(HIV/IST); e verificação da situação vacinal. Atividades essas que devem ser realizadas conjuntamente entre equipe escolar e equipe de saúde do território em que a escola está situada. Um dos temas de prioridade é saúde sexual e reprodutiva e prevenção do HIV/IST. **Objetivo:** Elucidar por meio de pesquisa bibliográfica, de que modo o tema Educação Sexual vem sendo abordado no âmbito escolar pelas ações do PSE. Nessa perspectiva, a educação em saúde articuladas às ações do PSE buscam educar acerca da saúde e empoderar a comunidade escolar a alcançar níveis ótimos de saúde. Assim a educação e saúde interagem nos espaços de produção de ações voltadas para a qualidade de vida da população. **Metodologia:** A metodologia utilizada para este trabalho foi uma revisão da literatura sobre a temática no Catálogo de Teses e Dissertações da CAPES de teses e dissertações que traziam

⁹⁵ Especialista em Saúde- Mestranda em Educação pelo Programa de Pós Graduação Stricto Sensu em Educação- PPGEDU/URI. Email: a088866@uri.edu.br

⁹⁶ Enfermeira. Doutora em Enfermagem pelo Programa de Pós-graduação em Enfermagem, da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (PPGENF/UFRGS). Professora colaboradora do Programa de Pós-graduação em Educação, da URI/FW(PPGEDU). Pós-doutora em Educação - PPGEDU/URI. E-mail: maires@uri.edu.br

experiências e métodos utilizados pelos atores do PSE no tocante ao tema escolhido para esta pesquisa. Utilizando-se os descritores: “saúde sexual” and “Programa Saúde na Escola” neste catálogo foram encontrados três trabalhos, sendo uma tese de doutorado e duas dissertações de mestrado os quais serão explicitados abaixo. **Resultados:** A tese de Doutorado intitulada Inovação Tecnológica para o Programa Saúde na Escola Face ao Planejamento Reprodutivo para Adolescente (QUEIROZ, 2019), foi realizada em Fortaleza e trabalhou com duas escolas com adolescentes com média de idade de 14 anos. A pesquisa teve como objetivo a construção de uma ferramenta tecnológica para apoio e conscientização do conhecimento, do Programa de Planejamento Reprodutivo como suporte ao PSE para adolescentes. A pesquisadora aplicou em uma escola uma palestra e em outra disponibilizou um aplicativo com jogos educativos (Fique Alerta) com conhecimentos sobre educação sexual, aplicando após certo tempo de uso do aplicativo um questionário para avaliação do conhecimento dos alunos de ambas as escolas. Ao realizar a avaliação, as notas foram comparadas ao se executar o teste estatístico T de Student não pareado a 95% de confiança, mas não se encontrou diferença entre as notas das escolas. Para a avaliação do aplicativo ainda foi realizada uma avaliação quantitativa e qualitativa por parte dos estudantes que o utilizaram, na avaliação houve o reforço do potencial do aplicativo como uma promissora ferramenta pedagógica para a utilização no PSE. Outra pesquisa identificada foi a Dissertação de Mestrado intitulada Promoção da Saúde Sexual e Reprodutiva de Adolescentes na Perspectiva da Teoria Holística de Saúde (DOEGE, 2020) realizada em uma cidade de pequeno porte no estado de Santa Catarina. Os objetivos foram analisar as ações de promoção da saúde sexual e reprodutiva realizadas com adolescentes na perspectiva da Teoria Holística de Saúde e elaborar um plano de ações de promoção da saúde sexual e reprodutiva para adolescentes direcionado ao PSE. Esta pesquisa foi realizada com adolescentes do nono ano de uma escola de educação básica, professores desta mesma escola e a equipe de saúde que atendia ao território onde a escola estava inserida. Para o levantamento de dados, foram utilizados, com os adolescentes, um questionário sociodemográfico, uma caixa de perguntas e Grupos Focais associados à Fotolinguagem e, com os profissionais, Grupos Focais. Como resultados a pesquisadora encontrou pouca participação dos adolescentes em seu processo educativo no tocante ao tema de educação sexual, sendo consideradas as ações realizadas pelo PSE como falhas nesse quesito, com atividades sendo realizadas pela metodologia tradicional e sem articulação entre as equipes de educação e saúde. A Dissertação de Mestrado intitulada Educação em Saúde Sexual de Adolescentes Escolares Mediada por Jogos Digitais (CHEROBINI, 2021) foi realizada em uma cidade no interior do estado do Rio Grande do Sul e teve como objetivos conhecer as estratégias educativas realizadas pela escola e equipe de saúde da Atenção Primária em Saúde acerca da educação sexual no contexto da gravidez na adolescência e produzir um jogo digital para educação em saúde sexual de adolescentes escolares. Os participantes da pesquisa foram treze profissionais da educação que trabalham diretamente com os adolescentes e três profissionais da Atenção Primária em

Saúde responsáveis por desenvolver educação em saúde na escola. Os participantes responderam a um questionário semiestruturado onde a pesquisadora trouxe questões sobre a caracterização dos participantes e questões abertas direcionadas às estratégias de educação em saúde desenvolvidas junto aos adolescentes na escola. Após a análise dos dados inerentes à pesquisa, emergiram três categorias temáticas: Des-conhecimento acerca da estratégia do Programa Saúde na Escola; Metodologias para prevenção da gravidez na adolescência e educação sexual; Perspectivas da educação em saúde para adolescentes. A partir destes achados foi desenvolvido pelos pesquisadores uma Tecnologia Educacional na modalidade de jogo digital denominada de “Torres de defesa: saúde do adolescente” com dois jogos: O Tower Defense 1: Métodos contraceptivos e Infecções Sexualmente Transmissíveis (IST's) e Tower Defense 2: Higiene do corpo na puberdade. O jogo será disponibilizado para os adolescentes e sua aplicabilidade para o PSE será avaliada tanto pelos professores quanto pelos profissionais de saúde participantes da pesquisa. Com os resultados da descrição dos três estudos encontrados pode-se perceber a importância da educação sexual e reprodutiva no público escolar adolescente, pois trata-se de um tema pertinente e por muitas vezes considerado tabu inclusive pelos profissionais responsáveis pela sua divulgação. Neste ponto, o PSE pode ser utilizado como viés metodológico para se trabalhar em conjunto com profissionais de saúde e assim realizar promoção de saúde no contexto escolar. A Política de Promoção da Saúde foi aprovada em 30 de março de 2006, por meio da Portaria nº 687 publicada pelo Ministério da Saúde, esta política tem como objetivo geral promover a qualidade de vida e reduzir vulnerabilidade e riscos à saúde relacionados aos seus determinantes e condicionantes – modos de viver, condições de trabalho, habitação, ambiente, educação, lazer, cultura, acesso a bens e serviços essenciais (BRASIL, 2010). Esta portaria considera a Promoção à Saúde como um mecanismo de fortalecimento e implantação de uma política transversal, integrada e intersetorial, que faça dialogar as diversas áreas do setor sanitário, os outros setores do Governo, o setor privado e não governamental, e a sociedade, compondo redes de compromisso e corresponsabilidade quanto à qualidade de vida da população. Esta articulação pode e deve ocorrer no contexto escolar por meio das ações do PSE considerando que os hábitos, as atitudes e crenças formados durante a infância e a adolescência têm grandes chances de serem perpetuados até a vida adulta (FIGUEIREDO, et. al., 2010), encontra-se na comunidade escolar um locus privilegiado para a transmissão de saberes em saúde que podem trazer um potencial transformador da realidade. Com base nos estudos expostos podemos verificar que ainda há pouca articulação entre os profissionais responsáveis pelo PSE nos territórios, utilizando-se ainda de metodologias pouco atraentes aos adolescentes para a discussão sobre sexualidade nas salas de aula. O uso de jogos educativos parece ser uma opção para desmistificar essa temática e que pode ser explorado tanto pelos profissionais de saúde como e principalmente pelos professores para que assim consigam trazer dinamicidade para trabalhar com este assunto. Conclui-se com esta pesquisa portanto, que podem ser desenvolvidas inúmeras

atividades com a temática da educação em sexualidade no tocante ao PSE e que quanto mais dinâmicas e participativas elas forem, melhor será o aprendizado e consequentemente os benefícios para a saúde sexual dos adolescentes participantes.

Palavras-chave: Saúde sexual; Programa Saúde na Escola; Promoção da Saúde

Referências:

BRASIL. Ministério da Educação. **Programa Saúde nas Escolas**. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/expansao-da-rede-federal/194secretarias-112877938/secad-educacao-continuada-223369541/14578-programa-saude-nas-escolas>. Acesso em: 08 nov. 2023.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. **Política Nacional de Promoção da Saúde**. 3. ed. Brasília: Ministério da Saúde, 2010.

CHEROBINI, M. D. B. **Educação em Saúde Sexual de Adolescentes Escolares Mediada por Jogos Digitais**. 2021. Dissertação (Mestrado Profissional em Saúde Materno Infantil) – Universidade Franciscana, Santa Maria, 2021.

DOEGE, H. **Promoção da Saúde Sexual e Reprodutiva de Adolescentes na Perspectiva da Teoria Holística de Saúde**. 2020. Dissertação (Mestrado em Saúde Coletiva) – Universidade Regional de Blumenau, Blumenau, 2020.

FIGUEIREDO, T. A. M; MACHADO, V. L. T; ABREU, M. M. S. A saúde na escola: um breve resgate histórico. **Ciênc. Saúde Colet.**, v. 15, n. 2, p. 397-402, 2010.

QUEIROZ, R. S. M. **Inovação Tecnológica para o Programa Saúde na Escola Face ao Planejamento Reprodutivo para Adolescente**. 2019. Tese (Doutorado em Saúde Coletiva) – Universidade de Fortaleza, Fortaleza, 2019.

A FORMAÇÃO DE CONCEPÇÕES DAS PROFESSORAS E O DESENVOLVIMENTO DO TRABALHO PEDAGÓGICO COM AS CRIANÇAS

Marta Chrislainy Santos Fernandes⁹⁷
Simone Soares Rissato⁹⁸

Eixo Temático: Temas Diversos em Educação

Resumo

A educação para infância tornou-se um cenário de discussões, pois que a concepção de crianças e suas formas de viver essa etapa da vida vêm sofrendo mudanças significativas a cada novo estudo apresentado pelos meios científicos e também pela esfera acadêmica. Com isso esse presente estudo tem o objetivo de apresentar e discutir a importância da formação das concepções associadas a criança e questões educacionais pelas professoras que atuam com as crianças, uma vez que essa constituição intervém nas práticas pedagógicas desenvolvidas pelas mesmas e também numa qualidade de educação. Com caráter bibliográfico pontuaremos juntamente com reflexão de alguns autores a importância da constituição dessa formação de concepções por parte dos docentes.

Nas recentes discussões acadêmicas temos acompanhado um crescente avanço no que tange os elementos que interferem na educação de crianças, desde aspectos relacionados à participação da família nesse processo e também aqueles relacionados às questões educacionais. Com isso mudanças significativas vêm acontecendo no que se refere ao tratamento dessa criança, alterando assim olhar e jeito de propiciar uma infância que respeite as suas especificidades e que também garanta os seus direitos.

No campo voltado para Educação, os recentes estudos sobre a infância têm interferido consideravelmente o trabalho com as crianças, na qual estruturas, paradigmas e formação de professores têm sido alterados com o objetivo de atender esses sujeitos de uma forma que garanta seus direitos e não fere os aspectos específicos dessa etapa da vida.

Temos consciência que essa fase carrega consigo uma complexidade, por isso da necessidade de pensar-se uma formação continuada constante para os profissionais que estarão com essas crianças nas diversas instituições que atendam essa etapa da vida, pois a maneira como olharmos, pensamos, agirmos e falamos repercute nas práticas pedagógicas que desenvolveremos com elas

⁹⁷ Mestranda em Educação pela URI - Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões

Câmpus de Frederico Westphalen/RS. Como orientadora Prof^a Dr^a Jordana Wruck Timm. E-mail: a102412@uri.edu.br

⁹⁸ Mestre em Educação pela URI - Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões e Doutoranda pela URI- Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões - Câmpus de Frederico Westphalen/RS. Como orientadora Prof^a Dr^a Jordana Wruck Timm

nesses espaços. Com isso reforçamos da necessidade de discutimos esses aspectos nos espaços acadêmicos, como forma de elevar a importância para essa realidade, com intuito de potencializar e efetivar um trabalho que verdadeiramente respeite as crianças em todos os seus direitos.

Um cenário que acreditamos que necessita estar em constante acompanhamento, é a formação de professoras que irão atuar com crianças (desde a educação infantil até anos iniciais do ensino fundamental), uma vez que trabalhar com esse público requer do profissional uma postura diferenciada, pois estamos tratando da fase da vida mais importante no desenvolvimento do ser humano. Assim como aponta Azevedo (2002, p.1), mudamos de uma concepção de criança como adulto em miniatura para uma criança com ser histórico e social, de uma mãe indiferente para uma mãe coruja, de um atendimento feito em asilos, por adultos que apenas gostassem de cuidar, para um feito em uma instituição educativa, por um profissional da área do qual se exige formação adequada para lidar com as crianças.

Como observamos o trabalho com as crianças passa-se em constante evolução, a cada novo estudo e pesquisa, olhares e concepções vão se modificando, tornando o ofício complexo e dependentes de profissionais que também acompanhem essas transformações. Nesse cenário a concepção que a docente tenha sobre criança, educação para infância, precisa ser acompanhada pelas mudanças sociais, científicas e acadêmicas que tenhamos presenciado ao longo dos anos, Oliveira (2005) destaca que as mudanças de concepções na fase adulta só acontecem mediante a discussões e reflexão, por esse motivo a formação das professoras que irão atuar com a crianças se faz tão importante, não só uma formação em determinada época da vida desses docentes, mas sim aquela constante alocada nas instituições e também nas redes de ensino.

A concepção que as docentes trazem consigo durante o exercício do magistério interferem no modo como elas desenvolvem suas práticas pedagógicas, ou seja, uma estrada de mão dupla, em que uma é associada a outra. Quando se escolhe desempenhar o trabalho com a infância, as profissionais que nelas estão inseridas requer uma postura criativa, estudiosa, reflexiva e sempre estar aberto para novo conhecimento, pois temos a consciência que cada ano letivo que se adentra uma realidade de criança, de família vai surgindo, com isso não há como parar no tempo, no que se refere a avanços nos estudos. Pois temos a compreensão que uma docente que realmente tenha uma verdadeira concepção sobre como desenvolver um trabalho com as crianças de forma que entenda que ela é dotada de direitos, deveres e capaz de fazer e transformar a cultura, essas professoras terão em suas práticas pedagógicas trabalhos de excelência com uma educação de equidade e qualidade.

No nosso país, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, em seu artigo 67, traz a questão da valorização dos profissionais da educação e reforça em seu inciso II que essa profissão necessita de “Aperfeiçoamento profissional continuado, inclusive com licenciamento periódico remunerado para este fim” (LDBEN - Lei n.º 9.394/96) e essa situação é reforçada com lei do piso do magistério (11.738/2008), que traz que 1/3 da jornada do professor seja

dedicadas as atividades extra classe, nesse viés entende-se que esse professor além de estar ali com os estudantes, também precisa de preparar para estar com eles, com planejamentos, diálogos com os pais, com seus pares e consequentemente com a formação continuada. Então temos garantido em nossa legislação que o docente que atua na Educação Nacional necessita desses momentos de estudos e reflexão, pois é lá nesses espaços que as concepções serão desconstruídas e reconstruídas com o objetivo de propiciar aos envolvidos no processo uma verdadeira educação.

Diante dessa realidade, trazendo para o trabalho com crianças, observamos que não é somente estar com elas no cotidiano escolar, mas é pensar o melhor para elas segundo aquilo que estudos científico, acadêmicos e documentos oficiais nacionais, estaduais e municipais discutem ser o melhor para as mesmas. Organizando e efetivando momentos de formações dentro do âmbito escolar, fora dele, com o envolvimento de todos que de alguma forma estão trabalhando com essa etapa da vida.

Notamos que a carreira docente traz desafios que precisamos ao decorrer dos anos superar com o objetivo de avançarmos nas questões educacionais. Quando falamos no trabalho com crianças faz-se necessário termos uma visão ampla, estudiosa e reflexiva sobre como é desenvolver ações pedagógicas com as mesmas. Nessa conjuntura reforçamos que a formação (desde a inicial até a continuada) é um dos caminhos para aperfeiçoamento dessa profissional que estará no chão da escola, além dessa formação constante, acreditamos que também precisa-se ter um acompanhamento do trabalho dessas docentes, não com caráter fiscalizador, mas com intuito de intervenção para melhora de possíveis práticas pedagógicas. A infância necessita ser pauta nas diversas redes de ensino tanto públicas como privadas, estar contemplada nas políticas públicas das esferas estaduais e municipais, com um viés que independente da gestão política partidária que esteja governando, seja garantido as especificidades que envolvam essa etapa da vida, desde lá no seio familiar até campo educacional. Pois temos a ciência que uma infância bem acompanhada, vivenciada e experienciada tem a potencialidade de formar uma sociedade com maiores capacidades para questionar os aspectos que envolvam a construção e evolução da mesma.

Palavras-chave: Docência. Concepção. Infância. Práticas Pedagógica

Referências

AZEVEDO, Heloisa Helena Oliveira de; SCHNETZLER, Roseli Pacheco. **O binômio cuidar- educar na Educação Infantil e a formação Inicial de seus profissionais**. Brasília: CAPES- UNIMEO/PPGE – SP, 2002.

BRASIL. **Lei de diretrizes e Bases da Educação Nacional**, LDB nº 9394/96. Brasília, DF, 1996.

BRASIL. **Lei 11.738, de 16 de julho de 2008**. Regulamenta a alínea “e” do inciso

III do caput do art. 60 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, para instituir o piso salarial profissional nacional para os profissionais do magistério público da educação básica. Brasília, DF, 2018.

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Básica. **Estudo sobre a lei do piso Salarial**. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/docman/marco-2012-pdf/10241-estudo-sobre-lei-piso-salarial>.

OLIVEIRA, Zilma de M. Ramos de. **Creches: crianças faz de conta & Cia**. 13. ed. Petrópolis: Vozes, 2005.

A IMPORTÂNCIA DO OLHAR DOCENTE SOBRE O DESENHO DA CRIANÇA

Simone Soares Rissato 99
Jordana Wruck Timm100

Eixo Temático: Temas Diversos em Educação

Resumo

Enquanto palavras introdutórias, vale destacar que o desenho é uma forma de expressão muito comum na infância, pois as crianças têm uma inclinação natural para explorar o mundo e expressar suas linguagens através do desenho. Ao criar imagens com lápis, pincéis ou outros diversos recursos possíveis, elas conseguem expressar suas ideias, emoções e percepções de uma maneira única. Nesse contexto, é essencial que os professores compreendam a importância do olhar sobre o desenho da criança. Mais do que apenas observar o resultado final, é necessário que o professor se aproxime do aluno durante o processo criativo, oferecendo apoio, estímulo e valorização. O olhar atento do professor sobre o desenho da criança permite que ele identifique as diferentes fases do desenvolvimento do desenho infantil a qual a criança está entendendo as particularidades e avanços de cada criança. Isso possibilita uma compreensão mais ampla da criança como um ser em constante evolução e contribui para a criação de um ambiente educativo favorável ao seu desenvolvimento integral. Além disso, ao considerar a importância do olhar do professor sobre o desenho da criança, é possível perceber como essa prática promove a autoestima e a confiança do estudante em suas habilidades artísticas, motoras e expressiva, sendo uma das linguagens mais usadas pelas crianças para expressar suas emoções. Quando os professores demonstram interesse e valorizam e respeitam as produções dos discentes, eles se sentem motivados a explorar cada vez mais sua criatividade e expressividade.

Outro aspecto fundamental é o papel do olhar do professor na identificação de possíveis fragilidades ou “alertas” emocionais por trás dessa linguagem infantil que é o desenho. Por meio do desenho, as crianças podem expressar preocupações, medos, traumas ou até mesmo compartilhar suas alegrias e conquistas. Ao estar atento a essas manifestações, o professor pode oferecer o suporte necessário para que a criança enfrente e supere suas dificuldades, caso necessário.

Portanto, o olhar e a escuta do professor sobre o desenho da criança são imprescindíveis para compreender e apoiar o desenvolvimento infantil. Além de favorecer a autoestima e

⁹⁹ Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões (URI/FW). E-mail: a097467@uri.edu.br

¹⁰⁰ Orientadora. Doutora em Educação (PUCRS), Mestre em Educação (UCS), Pedagoga. Realizou estágio Pós-Doutoral em Educação. Professora e orientadora no Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões (URI), campus Frederico Westphalen-RS, Brasil, jordana@uri.edu.br

confiança dos alunos, essa prática possibilita a identificação de dificuldades emocionais e promove um ambiente de aprendizagem acolhedor, prazeroso, estimulante e significativo. Por isso, é fundamental que os educadores reconheçam e valorizem o poder que o desenho possui na vida das crianças.

As **técnicas de análise de desenho infantil** são metodologias utilizadas pelos profissionais da psicologia para interpretar os desenhos feitos por crianças. Essas técnicas visam compreender o desenvolvimento cognitivo, emocional e criativo das crianças, bem como identificar possíveis problemas emocionais ou traumas. Uma das técnicas mais famosas é a Análise do Desenho da Casa, Árvore e Pessoa (HTP), criada por John Buck na década de 1940. Essa técnica utiliza três elementos básicos que estão presentes em quase todos os desenhos infantis: casa, árvore e pessoa. Através da análise desses elementos, é possível verificar a percepção da criança sobre si mesma, sua relação com o ambiente e com outras pessoas (Mèredieu, 1974).

Outra técnica bastante utilizada é a Análise dos Traços do Desenho, que consiste em observar a forma e os detalhes presentes nas figuras desenhadas pela criança. Por exemplo, desenhos com traços e pressões fortes com o lápis sobre o papel, ou com figuras distorcidas, podem indicar problemas emocionais, como raiva, frustração ou distorções na percepção da realidade.

Além disso, a análise da Cor e do Uso do Espaço também são técnicas relevantes. As cores utilizadas pela criança podem revelar seu estado de e emoções, como quando ela utiliza cores escuras em desenhos que refletem tristeza ou ansiedade. Já o uso do espaço no desenho pode indicar a percepção da criança sobre seu lugar no mundo, seu relacionamento com outras pessoas e seu nível de autoestima (Van Kolck, 1984).

Vale ressaltar que a análise de desenho infantil não é uma ciência exata, e a interpretação do profissional deve levar em consideração o contexto social, cultural e individual da criança. É importante também que o profissional tenha empatia, sensibilidade e experiência na área da psicologia infantil para que as análises sejam as mais precisas possíveis.

Ao desenhar ela constrói um espaço ao seu redor. Observá-la é fundamental para que possamos entendê-la, pois para este pequeno ser, o desenho é a sua linguagem e sua primeira escrita. Nele são mostrados seus medos, inseguranças, ansiedades, alegrias e descobertas. A criança não nasce sabendo desenhar, que este conhecimento é construído a partir da sua relação direta com o objeto, assim são suas estruturas mentais é que definem as suas possibilidades quanto à representação e interpretação do objeto. Assim a criança é o sujeito de seu processo, ela aprende a desenhar a partir de sua interação com o meio. (Pillar, 1996, p. 21).

Dessa forma, as técnicas de análise de desenho infantil são ferramentas valiosas para os profissionais da educação, que desejam compreender essa linguagem expressa da criança por meio dos desenhos. Através dessas técnicas e muitas outras, é possível identificar problemas emocionais, traumas ou dificuldades que estão afetando a criança, auxiliando no encaminhamento para possíveis

profissionais que possam ajudar a criança em suas fragilidades apresentadas. Como **principais conclusões**, é importante ressaltar que a interpretação de desenhos infantis requer cuidado e conhecimento especializado. Nem sempre é apropriado fazer análises definitivas ou isoladas, com base apenas nos desenhos de uma criança, pois muitos fatores, individuais e culturais, podem influenciar a forma como a criança se expressa artisticamente. Em vez disso, é recomendável que os desenhos sejam vistos como um meio de comunicação e expressão para a criança, e que sejam complementados por uma observação cuidadosa do comportamento e das interações sociais da criança como um todo, por meio de um olhar sensível e uma escuta atenta. Isso contribui para uma compreensão mais precisa das emoções e percepções da criança, permitindo que os adultos ofereçam o apoio preciso quando necessário (Visca, 1998).

Além disso, a análise dos elementos nos desenhos permite ao professor acompanhar o desenvolvimento da criança ao longo do tempo. À medida que ela cresce e constrói novas habilidades cognitivas e emocionais, os desenhos irão refletir essas mudanças, permitindo ao professor avaliar seu progresso e adaptar sua abordagem educacional. Portanto, a identificação dos significados dos elementos dos desenhos infantis pelo professor da educação infantil é crucial para compreender as necessidades, interesses e habilidades das crianças. Isso permite ao professor adaptar sua abordagem educacional e oferecer suporte emocional adequado, além de acompanhar o desenvolvimento da criança ao longo do tempo.

Palavras-chave: Desenho. Educação Infantil. Representações.

Referências

BUCK, J. N. **HTP: casa - árvore - pessoa**, técnica projetiva de desenho: manual e guia de interpretação. São Paulo: Vetor, 2003.

MÈREDIEU, F. **O desenho infantil**. São Paulo: Editora Cultrix, 1974.

PILLAR, A. D. **Desenho e escrita como sistemas de representação**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1996.

VAN KOLCK, O. L. **Testes projetivos gráficos no diagnóstico psicológico**. São Paulo: EPU, 1984.

VISCA J. **Pautas graficas para la interpretación de las técnicas proyectivas psicopedagógicas**. Buenos Aires: ET Servicios Gráficos, 1998.

O PROGRAMA SAÚDE NA ESCOLA (PSE) SOB A PERSPECTIVA FOUCAULTIANA

Evandro da Fonseca Almeida¹⁰¹
Eliane Cadoná¹⁰²

Eixo Temático: Temas Diversos em Educação

Resumo

Desde 2007, o Programa Saúde na Escola (PSE), estabelecido pelo Governo Federal brasileiro para integrar os Ministérios da Educação e Saúde, promove ações de saúde nas escolas, transformando-as em extensões das Unidades Básicas de Saúde. Contudo, ao analisar as práticas do PSE à luz do poder disciplinar foucaultiano, percebe-se que, como qualquer programa governamental, elas procuram subjetivar os sujeitos - seja por uma lógica de objetificação e/ou de singularização. Assim, essa premissa pode também valer-se de uma tecnologia de normatização, buscando controlar corpos, direcionar comportamentos e moldar pensamentos dos estudantes de acordo com a forma como é praticada. O PSE utiliza a saúde como ferramenta para o bem-estar, mas há o risco de manter discursos hegemônicos e excludentes por meio da autoridade em saúde dos profissionais da APS. Este estudo visa lançar luz sobre o PSE, propondo ajustes para evitar efeitos adversos decorrentes da integração da saúde na educação, contribuindo para políticas mais sensíveis às complexas relações entre saúde e educação.

Objetivos

Essa pesquisa pretende examinar as práticas do PSE à luz do conceito foucaultiano de poder disciplinar. Também busca fazer uma análise crítica do Decreto nº 6.286/2007 que foi o documento central para a implementação do PSE. Por fim, pretende investigar de que maneira as ações do programa podem moldar corpos, comportamentos e subjetividades dos escolares.

Metodologia

A pesquisa adota uma abordagem de análise documental para examinar as premissas da implementação do Programa Saúde do Escolar (PSE). Fundamentado no enfoque teórico-conceitual de Michel Foucault, o estudo concentra-se especialmente no conceito de poder disciplinar. A escolha da abordagem documental é respaldada pela necessidade de compreender as premissas que orientaram a implementação do PSE, sendo o documento oficial que instituiu o programa, o Decreto nº 6.286, de 05 de dezembro de 2007, a principal fonte de dados. A análise será conduzida por meio de uma leitura crítica do texto, destacando elementos que refletem as premissas do PSE. Nesse sentido, a abordagem teórico-conceitual de Foucault será aplicada para identificar manifestações de poder disciplinar nas ações propostas pelo

¹⁰¹ Médico de Família e Comunidade. Mestrando em Educação (URI-FW) E-mail: a105644@uri.edu.br

¹⁰² Psicóloga e Pós-doutora em Educação (URI-FW). E-mail: eliane@uri.edu.br

programa. Reconhecem-se as limitações inerentes à análise documental e à interpretação específica sob a perspectiva de Foucault. No entanto, espera-se que este estudo contribua para uma compreensão mais profunda das influências do poder disciplinar nas práticas de saúde escolar, fornecendo insights críticos sobre a implementação do PSE.

Resultados

Poder Disciplinar

No âmbito da análise proposta, é imperativo aprofundar o conceito de poder disciplinar delineado por Michel Foucault. Explorando a evolução das estruturas de poder nos regimes monárquicos europeus, o autor destacou como normas, regras e rituais consolidaram a influência do poder, culminando na formação do "poder disciplinar". Este conceito, abordado nas obras do pensador, reverberou na educação, sendo discutido por estudiosos como Fischer (1999, 2001) e Veiga-Neto (2007). Foucault detalha em "Microfísica do Poder" como o poder disciplinar atua no corpo e na subjetividade, impondo normas e controlando comportamentos, o que lança luz sobre práticas como o Programa Saúde na Escola (PSE) e suas dinâmicas entre profissionais de saúde, escolas e alunos.

O filósofo revela que o poder disciplinar, ao investir no corpo, molda a consciência e o desejo, exercendo influência persistente sobre crianças, soldados e corpos sadios. No entanto, à medida que o poder produz efeitos, surge a reivindicação do corpo contra o poder, da saúde contra a economia, do prazer contra normas morais. A citação de Foucault, enfatizando que a impressão de fraqueza do poder é falsa, ressalta a capacidade do poder de recuar, deslocar-se e investir em outros lugares, perpetuando a batalha nas complexas relações sociais. (FOUCAULT, 1979, p. 146)

Dinâmicas entre Profissionais de Saúde e Escolas

Ao analisar o documento que regulamenta a execução do Programa Saúde na Escola (PSE), evidencia-se a orientação conjunta dos setores da saúde e da educação pelo Governo Brasileiro. Desde os primeiros momentos, percebe-se a definição de práticas para os profissionais das Estratégias de Saúde da Família (ESF) no ambiente escolar, conforme estabelecido neste decreto, buscando contribuir para a formação integral dos estudantes da rede pública de educação por meio de ações de prevenção, promoção e atenção à saúde. Essa formação integral, de acordo com a interpretação à luz do poder disciplinar, implica na moldagem dos estudantes como sujeitos detentores de conhecimento em saúde, alinhados às premissas estabelecidas por essa política.

O texto normativo delineia os objetivos do programa, destacando a promoção da saúde e da cultura da paz, a articulação entre as redes de saúde e educação, a contribuição para a formação integral dos educandos, a construção de um sistema de atenção social focado na cidadania, entre outros. Tais objetivos direcionam as ações dos profissionais da ESF, resultando no aumento do número de agentes que internalizam o poder disciplinar nos escolares. Logo, a atuação desses profissionais, alinhada às diretrizes do PSE, reforça a influência disciplinar ao promover a comunicação entre escolas e unidades de saúde, enfrentar vulnerabilidades na área da saúde que possam comprometer o

desenvolvimento escolar e fortalecer a participação comunitária nas políticas de educação e saúde. Assim, o programa se revela como um instrumento que, ao articular saúde e educação, acaba por propagar o poder disciplinar nos diversos âmbitos da vida escolar.

Nuances Históricas e Desafios Atuais

Fazendo uma análise abrangente da evolução histórica do programa, percebe-se, conforme Stewart-Brown (2006), que a concepção da ideia de que escolas podem servir como instituições promotoras da saúde teve início nos anos 1950, culminando na materialização como políticas públicas tangíveis nos anos 90, influenciadas por diretrizes internacionais, como a Declaração de Alma-Ata de 1978 e a Ottawa Charter for Health Promotion. Essa jornada histórica revela que as raízes e fundamentos do programa são internacionais, evidenciando que o fluxo de poder parte de uma macro-política, reduzindo-se atualmente a aspectos mais locais.

Entretanto, ao avançar na análise, é crucial focar nas implicações práticas da implementação do PSE no cenário educacional brasileiro. Uma pesquisa de Coelho (2016) destaca várias dificuldades na abordagem de temas aos jovens, sendo uma delas o desenvolvimento da sexualidade pelos profissionais envolvidos nessas atividades educativas. Essa barreira pode servir ao poder disciplinar governamental, perpetuando o status quo e privando os jovens de informações essenciais para uma vida saudável e segura.

No mesmo estudo, é fundamental destacar como os Profissionais da Estratégia de Saúde da Família (ESF), enquanto portadores do discurso da saúde, podem ser influenciados por outras ideologias, adotando conceitos sem questioná-los. Conforme Foucault, o poder se manifesta a partir das relações que o sujeito estabelece, podendo resultar em uma tentativa de silenciar práticas que desafiam sua visão de mundo. Isso pode acarretar numa castração do discurso educativo, impedindo que os sujeitos sob sua influência questionem ou desenvolvam práticas mais alinhadas com a sua realidade. Essas implicações teóricas ressaltam a complexidade envolvida na implementação do PSE, mesmo apoiando-se em modelos internacionais, destacando as responsabilidades dos profissionais da saúde e das instituições na promoção da saúde escolar.

Conclusão

Ao fazer uma análise do Programa Saúde na Escola (PSE) à luz da teoria do poder disciplinar de Foucault, pode-se ter uma compreensão ampliada das dinâmicas que moldam algumas das interações entre saúde e educação no contexto brasileiro. O PSE, ao articular estratégias de saúde nas escolas, desempenha um papel significativo na modelagem de comportamentos e pensamentos dos estudantes, contribuindo para a formação integral dos estudantes proposta pelo programa. Contudo, essa influência não está isenta de desafios, pois há riscos de que a autoridade em saúde, exercida pelos profissionais da Atenção Primária à Saúde (APS), possa perpetuar discursos hegemônicos e excludentes.

A complexidade dessa interseção discutida, à medida que é permeado pelo poder disciplinar, exige uma abordagem crítica e reflexiva na formulação de políticas públicas e práticas profissionais. A sugestão de ajustes nesses quesitos

surge como uma resposta necessária para mitigar esses riscos, podendo incluir medidas que promovam uma abordagem mais inclusiva e diversificada na promoção da saúde escolar, reconhecendo e respeitando as diferentes perspectivas culturais e sociais presentes nas escolas brasileiras.

Além disso, destaca-se uma necessidade de novas pesquisas que explorem mais a fundo as experiências dos estudantes, professores e profissionais de saúde envolvidos no PSE. Compreender as percepções e vivências desses atores sociais pode lançar luz sobre os impactos reais das práticas desse programa no ambiente escolar e proporcionar insights valiosos para o aprimoramento contínuo do programa.

Em última análise, ressalta-se a importância de abordagens sensíveis e críticas na interseção dessas duas áreas em questão, reconhecendo que o poder disciplinar não é um fenômeno unidimensional. O desafio reside em equilibrar a promoção de comportamentos saudáveis com a preservação dos direitos individuais e na criação de espaços educacionais que incentivem a diversidade e a autonomia dos estudantes. O aprimoramento do PSE e de iniciativas semelhantes é um processo dinâmico que deve permanecer aberto à adaptação e evolução com base nas aprendizagens contínuas e nas necessidades emergentes da comunidade escolar brasileira.

Palavras-chave: Educação. Foucault. APS (Atenção Primária à Saúde). Saúde Escolar. Poder Disciplinar.

Referências Bibliográficas

BRASIL. **Decreto nº 6.286**, de 05 de dezembro de 2007. Disponível em:

https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/decreto/d6286.htm. Acesso em: 02/11/2023.

COELHO, M. D. M. F. ET al. (2016). **Construções ideológicas em práticas educativas de enfermagem com adolescentes**. Revista enfermagem UERJ, vol. 24, no. 5, p. e9947.

FISCHER, Rosa Maria Bueno. **Foucault e o Desejável Conhecimento do Sujeito**. Educação & Realidade, Porto Alegre, v. 24, n. 1, p. 39-59, jan./jun. 1999.

FISCHER, Rosa Maria Bueno. **Foucault e a Análise do Discurso em Educação**. Cadernos de Pesquisa, n. 114, p. 197-223, novembro/2001.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. Organização: Roberto Machado. 1ª edição. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE. **Health Promoting Schools: Experiences from the Western Pacific Region**. World Health Organization Regional Office for the Western Pacific, 2017.

STEWART-BROWN, S. **What is the evidence on school health promotion in improving health or preventing disease and, specifically, what is the effectiveness of the health promoting schools approach?** Copenhagen: WHO Regional Office for Europe, March 2006. Disponível em: <http://www.euro.who.int/document/e88185.pdf>. Acesso em: 02/11/2023.

VEIGA-NETO, Alfredo. **Foucault & a Educação**. 2 ed. 1 reimp. Belo Horizonte: Autêntica, 2007.

EIXO TEMÁTICO:

INCLUSÃO E EDUCAÇÃO

ADAPTAÇÕES DA LITERATURA INFANTIL A PARTIR DO ENSINO COLABORATIVO

Carina de Moura Machado¹⁰³
Láisa Veroneze Bisol¹⁰⁴

Eixo Temático: Inclusão e Educação

Resumo¹⁰⁵

Os processos que envolvem os alunos com Transtorno do Espectro Autista (TEA) na sala de aula do ensino regular é algo que precisamos discutir de forma articulada, sendo necessário observar e traçar aprimoramentos nas metodologias de ensino. A partir desta visão, o trabalho aqui apresentado, que está em fase inicial de desenvolvimento no Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGEDU), Mestrado em Educação, dentro da linha de pesquisa - Processos Educativos, Linguagens e Tecnologias, visa investigar na escola regular, como o ensino colaborativo pode contribuir para a identificação de estratégias de desenvolvimento da linguagem dos alunos com Transtorno do Espectro Autista. A partir disso, traremos a literatura infantil como suporte para o desenvolvimento da linguagem do aluno com TEA.

Nesse íterim, a abordagem do ensino colaborativo é, de acordo com Mendes, Vilaronga e Zerbato (2014), “um dos modelos de prestação de serviço de apoio no qual um professor comum e um professor especializado dividem a responsabilidade de planejar, instruir e avaliar o ensino dado a um grupo heterogêneo de estudantes”. Portanto, esse trabalho proporciona qualidade no ensino dos alunos e garante a eles o direito de aprender em equidade no espaço escolar.

A partir desta abordagem, e sabendo que a literatura infantil tem um papel fundamental no desenvolvimento da linguagem e pensamento, trazemos ela como ponte para o desenvolvimento da linguagem também do aluno com TEA, pois sabemos que de acordo com o Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais (DSM V), um dos prejuízos da pessoa com TEA é justamente no desenvolvimento da comunicação e linguagem, e quando ela acontece, muitas vezes ela é apenas de forma repetitiva, ou nos seu focos de

¹⁰³ Licenciada em Educação Especial (UFSM); especialista em Psicopedagogia Clínica e institucional (Uninter), Tradução/ Interpretação e docência em LIBRAS (Unintese) e Tecnologias Digitais na Educação (URI/Santo Ângelo); Mestranda no Programa de Pós-graduação em Educação (PPGEDU-URI). Professora efetiva de Educação Especial da Rede Municipal de Santo Ângelo/RS. E-mail:a105622@uri.edu.br

¹⁰⁴ Doutora em Letras - Estudos literários pela Universidade Federal de Santa Maria (UFSM); Doutora em Comunicação e Informação Contemporânea pela Universidade de Santiago de Compostela (USC-ES); Mestra em Letras - Literatura Comparada pela Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões (URI); Graduada em Comunicação Social - Jornalismo pela UFSM. Docente no Programa de Pós-graduação em Educação (mestrado e doutorado) da URI - campus de Frederico Westphalen. E-mail: laisabisol1@gmail.com.

¹⁰⁵ O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES).

interesse, dependendo do seu nível.

Portanto, nosso estudo vem investigar as adaptações necessárias com relação à abordagem da literatura infantil para desenvolver a linguagem do aluno com TEA, a partir do ensino colaborativo. Para isso, desenvolveremos uma revisão bibliográfica de como deve acontecer o processo do ensino colaborativo, sobre o desenvolvimento da linguagem do aluno com TEA e como a literatura infantil pode contribuir no desenvolvimento da linguagem do aluno com TEA.

De acordo com as Diretrizes Operacionais da Educação Especial Para o Atendimento Educacional Especializado na Educação Básica, o professor do Atendimento Educacional Especializado (AEE), deve elaborar o Plano de AEE, em que “deve identificar as necessidades educacionais específicas de cada aluno, definir os recursos necessários e as atividades a serem desenvolvidas”, assim como prevê a “articulação entre o professor entre professores do AEE, e os do ensino comum”. Com base nisto, escolarizar o público do AEE, que é definido pela mesma diretriz como: alunos com Deficiência, Transtorno Globais do Desenvolvimento e Altas habilidades/superdotação é responsabilidade de ambos os professores, tanto do AEE que irá fazer a avaliação técnica e pedagógica, como do professor da sala de aula regular, por isto este processo necessita desta base do ensino colaborativo para garantir a estes aluno o direito de aprender de forma que traga resultados positivos e o desenvolvimento integral destes alunos.

Segundo Mendes, Vilaronga e Zerbato (2014), “entre os pré-requisitos de coensinar estão os seguintes elementos: paridade, baseada no espírito de equidade; tomada de decisões mútuas, portanto sem hierarquias; professores com papel igualitário em planejar, executar e avaliar as lições; valorização dos profissionais envolvidos.” Diante disso, essa parceria colaborativa se torna a chave inicial para o ensino dos alunos com Transtorno do Espectro Autista. Após ter este vínculo formado e consolidado, podemos começar a pensar nas estratégias para o desenvolvimento deste alunos, que devem estar previstas inicialmente no Plano de Ensino Individualizado (PEI), construído colaborativamente entre ambos os professores. Dentre os aspectos que devem ser considerados tanto no Plano de AEE, quanto no PEI, referem-se ao desenvolvimento da linguagem do aluno com TEA.

Para desenvolver a linguagem de um aluno com TEA, trazemos a Literatura infantil como uma alternativa metodológica, pois segundo Vygotsky, “a palavra desprovida de significado não é palavra, é um som vazio. Logo, o significado é um traço constitutivo indispensável da palavra... Consequentemente, estamos autorizados a considerar o significado da palavra como um fenômeno de pensamento.” Nessa esteira, compreendemos que a literatura infantil permite ao aluno, por meio das suas narrativas, criar, pensar e externalizar conceitos.

Portanto, ao reconhecer as individualidades do aluno com Transtorno do Espectro Autista, podemos começar a refletir sobre o como incluir esses alunos na sala de aula regular e fazer com que o desenvolvimento aconteça de forma efetiva.

Observando os aspectos elencados inicialmente, realizamos uma busca nos repositórios da Capes e Biblioteca Digital Brasileira de Teses e

Dissertações(BDTD), para analisar as bibliografias encontradas até o momento, que envolvem a temática.

Na pesquisa realizada na BDTD, pelo descritor “Ensino Colaborativo”, encontramos 242 títulos. Na pesquisa pelo descritor “Linguagem and Transtorno do Espectro Autista”, não encontramos dissertações e teses com o descritor no título, ampliamos para a opção “todos os campos”, quando apareceram 184 resultados. Como terceiro descritor, fizemos a pesquisa de título com o descritor “Literatura infantil and Transtorno do Espectro Autista”, onde também não encontramos resultados, novamente mudamos a opção para “todos os campos”, onde obtivemos 32 resultados.

Na pesquisa realizada no site da Capes, no descritor “Ensino Colaborativo”, encontramos 3642 títulos. Na pesquisa do descritor “Linguagem and Transtorno do Espectro Autista”, encontramos 08 títulos. Ao pesquisar o terceiro descritor, pesquisamos o descritor “Literatura infantil and Transtorno do Espectro Autista”, onde encontramos 03 títulos. Após a pesquisa geral, foram feitos alguns refinamentos e leituras dos títulos para selecionar aqueles que têm relação com a temática a ser pesquisada.

Ao analisar as dissertações e teses já concluídas, observamos que estas terão um importante papel para a construção da pesquisa, pois trazem conceitos que são fundamentais para o desenvolvimento do trabalho que será desenvolvido.

A partir deste levantamento bibliográfico nos repositórios e das lacunas apresentadas, serão definidos os próximos passos possíveis da pesquisa, como metodologia, referenciais teóricos e conclusões.

Com o desenvolvimento deste trabalho, esperamos que este estudo contribua para o processo de ensino dos alunos com TEA, além de garantir a participação destes alunos na sala de aula regular e real aprendizagem e desenvolvimento da linguagem. Desta forma, será possível promover a melhora no processo de inclusão e garantindo o direito à educação de qualidade.

Palavras-chave: Ensino colaborativo. Transtorno do Espectro Autista. Literatura infantil. Linguagem.

Referências Bibliográficas

AMERICAN PSYCHIATRIC ASSOCIATION (APA). **Manual diagnóstico e estatístico de transtornos mentais: DSM-5**. 5. ed. Porto Alegre: Artmed, 2014.

BRASIL. Ministério da Educação. Resolução n.04/09. **Diretrizes Operacionais para o Atendimento Educacional Especializado na Educação Básica, modalidade Educação Especial**. 2009b. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br> Acesso em: 05 nov. 2023.

CAPELLINI, Vera L. Messias Fialho; ZERBATO, Ana Paula. **O que é o ensino colaborativo?** 1. ed. São Paulo: Edicon, 2019.

MENDES, Enicéia Gonçalves; VILARONGA, Carla Ariela Rios; ZERBATO, Ana Paula. **Ensino Colaborativo como apoio à inclusão escolar**: unindo esforços entre a educação comum e a especial. São Paulo: EdUFSCar, 2014.

TECNOLOGIAS DIGITAIS NO PROCESSO DE ENSINO E APRENDIZAGEM DE LÍNGUA INGLESA: PROPOSIÇÕES EDUCACIONAIS

Eduardo Prestes de Lima¹⁰⁶
Ana Paula Teixeira Porto¹⁰⁷

Eixo Temático: Inclusão e Educação

Resumo

Este trabalho tem como objetivo analisar dois aplicativos gratuitos que podem ser utilizados por professores de língua inglesa no ensino médio, além de fornecer subsídios para o desenvolvimento de aulas baseadas nas habilidades da BNCC para o ensino médio com o apoio de TD's, apresentar possibilidades para aulas interativas e interessantes para os alunos desta etapa e promover a inclusão digital, visto que são recursos gratuitos e acessíveis. Tem como enfoque uma abordagem metodológica bibliográfica e qualitativa, visto que está centrada na leitura de obras dos principais expoentes da área e na análise dos recursos digitais citados. É notável a dificuldade que os estudantes do ensino médio possuem em práticas previstas pelos documentos orientadores, especialmente a BNCC (2018), para o ensino básico no Brasil com relação as competências que eles precisam adquirir da Língua Inglesa: fala (speaking), escrita (writing), escuta (listening) e leitura (reading). Inicialmente, considerando que os estudantes do ensino médio possuem bastante familiaridade com o uso de dispositivos móveis devido ao fato de estarem inseridos na geração denominada nativos digitais (PRENSKY 2001), pensou-se no uso de aplicativos móveis para o ensino da língua inglesa. A partir da análise dos recursos para a prática das habilidades recomendadas pelos documentos norteadores e da gratuidade dos recursos dos aplicativos, optou-se pelo Simpler: aprender falar inglês e o Hello English, disponíveis nas lojas de aplicativos. Inicialmente o estudo analisa o Simpler: aprenda a falar inglês, sendo a primeira sugestão para práticas digitais inclusivas no ensino de inglês no ensino médio, visto que pode ser uma ferramenta de aprendizado

¹⁰⁶Mestrando em Educação pela URI - *Campus* de Frederico Westphalen, Especialista em Tecnologias Educacionais (2023) pela Faculdade Focus, Especialista em Metodologia do Ensino da Língua Inglesa (2023) pela Universidade Leonardo Da Vinci, Graduado em Direito (2021) pela URI - *Câmpus* Santiago, Licenciado em Letras - Português e Inglês (2022) pela Universidade Norte do Paraná -

Unopar/Anhanguera. Professor de Língua Inglesa e Cultura e Tecnologias Digitais. E-mail:eduardolima129@hotmail.com

¹⁰⁷Orientadora: Doutora em Letras (2011) e Mestrado em Letras (2005) pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul, na área de Literatura Brasileira, Especialista em Educação a Distância pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (2012), Licenciada em Letras - Língua Portuguesa (2002) e

Letras - Espanhol (2020) pela Universidade Federal de Santa Maria. Pesquisadora e docente do Programa de Pós-graduação - Mestrado e Doutorado em Educação da Universidade Regional Integrada (URI) - *campus* de Frederico Westphalen. E-mail: anapaula@uri.edu.br.

valiosa e acessível para as aulas de inglês. Utilizando a tecnologia para ajudar usuários a aprender de forma personalizada, o aplicativo tem foco na gramática, vocabulário, compreensão auditiva e prática das competências elencadas - writing, speaking, reading e listening - é gratuito e de fácil manuseio, possibilitando o acesso pelos alunos a qualquer hora e em qualquer lugar.



Imagem 01 - Layout do Simplr: aprender falar inglês. Disponível em: <https://play.google.com/store/apps/details?id=ru.zengalt.simpler>

Percebe-se que o aplicativo Simplr apresenta linguagem e abordagem pedagógica adequada para alunos iniciantes, é acessível para alunos de todos os níveis de ensino, que pode ajuda-los a entender e aplicar os conceitos de forma eficaz. Além disso, as instruções de uso e lições são apresentadas de forma simples, clara e objetiva e logo são reforçadas com quizzes ou pequenos desafios interessantes para os aprendizes. Além dos conceitos gramaticais, o Simplr também oferece recursos para ajudar os alunos a expandir seu vocabulário de inglês através de imagens e textos associativos que facilita a memorização de novas palavras. Em uma perspectiva inclusiva esse recurso é bastante interessante para os professores utilizarem com alunos com TDAH e TEA, porque cativa a atenção com os recursos visuais dos desafios e explora a criatividade. O aplicativo possui recursos pagos, porém é possível desenvolver atividades com o plano gratuito. Conforme demonstrado na imagem 2, é possível escolher a lição de acordo com o interesse, porém, uma vez selecionada, é necessário concluí-la para iniciar a próxima. Cada lição é dividida em três fases.

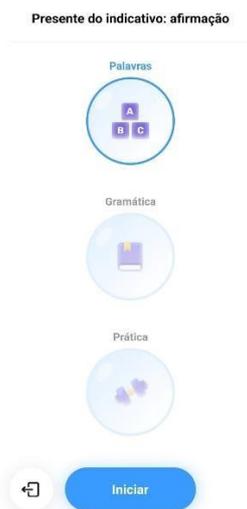


Imagem 02 - Print de tela do aplicativo Simpler Aprender Falar Inglês na lição presente do indicativo.

A primeira é denominada “palavras”, com recursos verbais e não verbais para auxiliar os usuários a expandir o vocabulário de inglês que traz como diferencial a revisão dos termos em intervalos calculados de acordo com a curva de esquecimento de Ebbinghaus, garantindo a aprendizagem e a expansão constante do vocabulário.



Imagem 03 - Print de tela do aplicativo Simpler Aprender Falar Inglês na lição presente do indicativo, na fase “Palavras”.

Após completar a memorização, os estudantes são desafiados com quizzes e atividades como as da imagem 3 e em seguida podem seguir para a fase gramática, que estará desbloqueada quando completa a fase anterior. A gramática é apresentada de forma simples e contextualizada com o vocabulário e seus recursos de aprendizagem são semelhantes aos da fase “Palavras”. Outro recurso disponível na versão gratuita do aplicativo é a função “Conquiste” em que são disponibilizados aos usuários atividades de leitura (Reading) para desvendarem mistérios e com isso, conquistarem moedas. Há duas opções: jogar de forma individual ou com outro jogador aleatório escolhido pelo aplicativo. Desafios são excelentes ferramentas para engajar os estudantes nas aulas. Em um contexto de práticas inclusivas, considerando

as competências gerais da BNCC para o Ensino Médio, o aplicativo Simpler possui bastante potencialidades para complementar as aulas de forma dinâmica e que promova o engajamento dos estudantes, dentre elas cita-se a competência 1, ao promover uma análise sistemática do funcionamento das diferentes linguagens, a competência 3, pois leva o aluno a construir autonomia nas práticas de recepção e de produção nas diferentes linguagens, a competência 4, considerando a aprendizagem da língua inglesa de modo contextualizado como língua franca e a competência 7 que leva o estudante a utilizar de forma responsável as TDs. O aplicativo possui duas limitações observadas: não é possível avançar etapas manualmente, pois elas ficam bloqueadas até concluir a primeira tarefa iniciada e não é possível fazer mais de uma lição por dia. Alguns jogos também não são disponíveis na versão gratuita. Em um segundo momento, propõe-se a análise do aplicativo Hello Engslih, que também está disponível para download nas lojas de aplicativos de forma gratuita. Também pode ser utilizado em qualquer hora e lugar e é de fácil manuseio, além de oferecer uma variedade de potencialidades para aulas de inglês, especialmente quando se trata de práticas inclusivas, visto que permite personalizar o aprendizado e atender as necessidades individuais de cada estudante. O professor pode realizar uma aula com o uso do aplicativo auxiliando os alunos a personalizarem de acordo com suas preferências, para isso é necessário que conheçam aplicativo antes disso.



Imagem 04 - Layout do aplicativo Hello English - disponível em: <https://play.google.com/store/apps/details?id=com.CultureAlley.japanese.english>

Para utilizar o aplicativo é necessário realizar um cadastro e responder algumas perguntas sobre qual o objetivo de aprender inglês e o perfil do usuário. É importante que as respostas sejam orientadas pelo professor para que a ferramenta ofereça o nível adequado aos aprendizes. O Hello English se assemelha com o Simpler em alguns aspectos: no aprendizado do vocabulário, utiliza imagens e textos associativos e utiliza os intervalos de acordo com a curva de esquecimento de Ebbinghaus. No aprendizado da gramática faz uso das lições separadas por tópicos numerados, conforme imagem abaixo. O aplicativo conta também com recursos de aulas com professores nativos e diferentes tipos de jogos, o que torna o ensino ainda mais personalizado de

acordo com as características dos alunos e do ritmo de aprendizado de cada um. No quesito games, o Hello English é mais diversificado e oferece mais oportunidades de aprendizado para os alunos com aprendizagem visual.



Imagem 05 – aba lições do aplicativo Hello English.

Atende as mesmas competências previstas na BNCC para a área das linguagens do aplicativo Simpler, a diferença entre eles reside na forma como os recursos estão disponíveis. Além do mais, o Simpler é mais lúdico, com cores e elementos que chamam mais a atenção e, dependendo do perfil do aluno, pode ser ou não mais adequado do que o Hello English. Algumas limitações merecem ser pontuadas no aplicativo Hello English, a necessidade de registro e bastante recursos pagos, no entanto com a versão gratuita é possível desenvolver as competências da BNCC e trabalhar práticas inclusivas com os mais variados perfis de estudantes do ensino médio. Em ambos aplicativos é possível trabalhar com textos, vídeos e atividades em grupo. Alguns expoentes da área fornecem conceitos e aporte teórico para este trabalho. Pierre Lévy (1999), um filósofo francês conhecido por suas contribuições ao estudo da cibercultura, argumenta que a tecnologia digital está transformando fundamentalmente a maneira como nos comunicamos e interagimos. Ele acredita que estamos passando de uma sociedade baseada na escrita para uma “cibercultura” baseada na comunicação digital. Marc Prensky (2001), que cunhou o termo “nativos digitais”, argumenta que os alunos de hoje têm diferentes habilidades e expectativas de aprendizagem devido à sua imersão na tecnologia digital desde o nascimento. Ele defende a necessidade de reformar a educação para atender melhor às necessidades desses “nativos digitais”. Edgar Morin (2000), outro filósofo francês, é conhecido por seu trabalho sobre pensamento complexo. Ele argumenta que a educação deve ajudar os alunos a entender e navegar na complexidade do mundo moderno, em vez de simplificar excessivamente o conhecimento. Zygmunt Bauman (2013), um sociólogo polonês, explorou a relação entre modernidade, globalização e educação. Ele argumenta que a educação deve preparar os alunos para a incerteza e a mudança, em vez de fornecer conhecimento fixo e imutável e, por fim, Manuel Castells (2013) que em sua obra “A Sociedade em Rede” propõe o conceito de “capitalismo informacional” e desenvolveu estudos sobre os

impactos das tecnologias de informação na sociedade, na economia, na cultura e na percepção do tempo.

Palavras-chave: Tecnologias Digitais. Língua Inglesa. Inclusão. Ensino Médio.

DIREITO DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA VISUAL À ESCOLARIZAÇÃO, EDUCAÇÃO EMANCIPATÓRIA, JUSTA, INCLUSIVA E DEMOCRÁTICA

Ana Maria Pereira do Nascimento¹⁰⁸
Claudionei Vicente Cassol¹⁰⁹

Eixo Temático: Inclusão e Educação

Introdução

O presente texto tem como objetivo explorar questões relacionadas aos direitos das pessoas com deficiência visual à escolarização, educação emancipatória, justa, inclusiva e democrática com a intencionalidade de refletir instrumentos normativos que a sociedade pode utilizar para alcançar a concretização desse direito. A educação é direito subjetivo na Constituição Federal desde 1988. A democratização e a coexistência da diversidade, a educação inclusiva e os serviços de educação especializados devem ser observados na construção das aprendizagens das pessoas com deficiência visual. O estudo se realiza com base bibliográfica de cunho qualitativo e reflexivo-crítico porque entende-se que o Estado se mostra negligente ou insuficientemente cuidador na implementação de políticas públicas que incluam, o que viola a dignidade humana e resulta na falta de estruturas adequadas e espaços pedagógicos qualificado. Busca-se, nesta produção, rever brevemente a história do direito à educação para todos/as, observar o progresso no processo de introdução da educação especial, discutir o cenário atual e a gestão escolar para pessoas com deficiência visual, além de estudar o conceito de tecnologia assistiva para lembrar os direitos a uma educação justa e emancipatória. Desse modo, pensar a tranposição das barreiras de acessibilidade enfrentadas pela falta de materiais adaptados e informatizados, de investimento em formação continuada de caráter público, acessível a todo o corpo docente.

Metodologia

A reflexão que percorre esse texto tem origem em uma fonte bibliográfica de natureza qualitativa e documental. As pesquisas examinam diversos artigos e fontes primárias, incluindo documentos que abordam definições de tecnologias e áreas de aplicação na educação inclusiva, conceitos de deficiência visual, marcos legais, direito à educação para todos/as.

¹⁰⁸ Mestranda em Educação no PPGEDU - URI, Câmpus de Frederico Westphalen-RS, Brasil. Professora da rede Estadual e Municipal de Rondonópolis-MT. E-mail: analeo665@gmail.com.

¹⁰⁹ Professor no PPGEDU - URI, Frederico Westphalen-RS, Brasil e no CEEDO - Cerro Grande-RS, Brasil. Integrante do Grupo Biosofia (Pesquisas e Estudos em Filosofia), da RICET (Rede Internacional de Cidades que Educam e Transformam) e da Redyala (Rede latino-americana de diálogos decoloniais e interculturais). E-mail: cassol@uri.edu.br.

Resultados

A intencionalidade de proporcionar olhares reflexivos e críticos diante da crise educacional enfrentada hoje, especialmente, em relação à inclusão e à luz da democracia, da justiça e da igualdade, permite estudos cuidadosos acerca da possibilidade de ensinar melhor os/as alunos/as com ou sem deficiência visual. Isso significa auxiliar a pensar criticamente, a caminhar para a autonomia intelectual, emancipação, empoderamento científico e humanista. Ajustar as políticas para encorajar ações nessa direção e enfrentar o contexto cada vez mais competitivo, consumista e capitalista, juntamente com a crise de representação democrática, da justiça e equidade, parece ser crucial para o acolhimento e a aprendizagem de todas as pessoas.

A pressão política, ideologizada e personalista sobre a educação implicam resistência e urgência na transformação estrutural do sistema para caminhar na direção da solidariedade e da cooperação. Educar para a democracia e em metodologia democrática é tarefa complexa que exige movimento coletivo, investimento público, formação continuada inclusiva e reestudo de toda gestão da educação. Essa tarefa não se restringe apenas à educação formal, requer formação cultural que beneficie a sociedade. A sociedade deve desafiar-se a formar e articular-se em comunidades centradas em projetos comuns.

Na atual conjuntura, é indispensável refletir sobre o funcionamento, o alcance e as implicações do capitalismo neo/ultraliberal em suas diversas formas de apropriação do poder, bem como o esvaziamento do significado de democracia e de república causado pela cooptação da subjetividade e pelo domínio de uma racionalidade competitiva. Aponta-se para o desafio de promover uma educação pública inclusiva, de qualidade científica e humanista e formação integral para fortalecer redes democráticas, dentro e fora da escola, de base crítico-reflexiva guiadas pela utopia da cooperação e do diálogo.

Contribuir com os indivíduos, com ou sem deficiência visual, para a educação emancipatória, inclusiva, criativa e que atenda as expectativas pessoais parece ser o início das transformações e a construção da soberania pessoal e social. Paulo Freire (1987, p. 92) destaca que “As pessoas não surgem no silêncio, mas na reflexão das palavras, do trabalho e das ações”. Nesse sentido, o diálogo consiste em palavras e práticas e ocorre nas relações entre sujeitos. O encontro de um homem e de uma mulher não termina numa relação comunicativa, mas passa a ser uma relação intersubjetiva, de modo que “O diálogo é um ato de criação” (Freire, 1987, p. 79). Nesta perspectiva criativa, o diálogo é entendido como o primeiro passo para a consciência inclusiva. Falar e ouvir, nutre ideias, quebra barreiras e expande a potencialidade do aprender dimensões de solidariedade, de compaixão e de envolvimento social.

Diante dos direitos legais, a apropriação de uma educação inclusiva, na prática educativa de pessoas com deficiência, colocamos em evidência a Declaração de Salamanca que, em 1994, estabelece direitos legais que reforçam a ideia de “educação para todos/as”. A discussão de educação inclusiva intensifica-se e a necessidade de aprendizagem se desenvolve, independentemente, das dificuldades de cada indivíduo, exige a adoção e aplicação de procedimentos de ensino pedagogicamente adequados, com

especial atenção às potencialidades e dificuldades dos/as alunos/as com ou sem deficiência visual.

À luz dessas reflexões, é importante ressaltar que a tecnologia assistiva é uma atividade utilizada desde os primórdios da humanidade. Os povos primitivos usavam diversas ferramentas como dedos, pedras, nós, marcas de ossos, para citar alguns. Essas estratégias permitem alcançar resultados e adquirir conhecimentos. O aprimoramento dos sistemas promove o conceito, as variáveis e diferentes tipos de materiais projetados, adaptados para realizar tarefas específicas, favorecem o desenvolvimento do aprendizado, do conhecimento.

Com base nestes pressupostos, é importante compreender o conceito de tecnologia assistiva, a sua origem, história e áreas de aplicação na educação inclusiva. O termo tecnologia assistiva surgiu legalmente no Brasil em 2015 com a publicação da Lei nº 13.146, de 6 de julho. A Lei Brasileira de Inclusão de Pessoas com Deficiência (LBI), também conhecida como Lei do Estatuto da Pessoa com Deficiência. Em seu artigo 3º, inciso III, define tecnologia assistiva ou assistência técnica como “produtos, equipamentos, instalações, recursos, metodologias, estratégias, procedimentos e serviços que visam apoiar a funcionalidade, relacionada à atividade e participação de pessoa com deficiência ou mobilidade reduzida, visando a sua autonomia, independência, qualidade de vida e inclusão social”. Esse conceito ampliado surgiu de definições anteriores de assistência técnica, com a edição do Decreto nº 3.298/1999, que se refere ao direito dos/as cidadãos/ãs brasileiros/as à assistência técnica. Está conceituada no artigo 19 do Decreto, como “elementos que permitam compensar uma ou mais limitações motoras, sensoriais ou mentais funcionais de uma pessoa com deficiência, com o objectivo de lhe permitir ultrapassar barreiras à comunicação e à mobilidade e possibilitar a sua plena inclusão social”.

A história das tecnologias assistivas no Brasil também inclui outras definições de assistência técnica, previstas na Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000, que estabelece normas gerais e critérios básicos para promover a acessibilidade de pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida e estabelece outras medidas. No Decreto nº 5.296, de 4 de dezembro de 2004, que altera a lei nº 10.098/2000, esse conceito foi refinado e ampliado dando origem ao conceito descrito na LBI e no Decreto nº 10.645, de 11 de março de 2021.

Ao ter apoio das tecnologias adequadas as pessoas com deficiência e/ou dificuldades de mobilidade, procuram maximizar as suas capacidades e o potencial ideal para interagir com o ambiente e com o mundo, promove a autonomia, a independência, a inclusão social e a melhor qualidade de vida. As tecnologias assistivas que atendem pessoas com deficiência visual contribuem, também, para diversos setores da sociedade, proporcionando a liberdade de navegar em diferentes ambientes com apoio de recursos tangíveis e verbais. Oferecem soluções para promover a inclusão nas escolas, na mobilidade e no planejamento urbano, no desporto e na vida quotidiana, promover, em última análise, a independência daqueles/as que lutam por mobilidade.

Os órgãos públicos podem incorporar tecnologias de apoio nos seus

esforços para alargar os benefícios da educação inclusiva para além da sala de aula. Isso permite a criação de diversos métodos de apoio pedagógico com ênfase nas tecnologias assistivas e melhora as oportunidades de aprendizagem das pessoas cegas totais ou de baixa visão. Desse modo, o método de ensino da educação inclusiva não se destina apenas a um seleto grupo de alunos/as considerados menos ou mais privilegiados; destina-se a todos/as. Uma escola inclusiva é caracterizada por igualdade, colaboração, democracia e cuidado. Mais do que acomodar pessoas com deficiência, abraça e valoriza as qualidades de cada um/a, a diversidade social, cultural, política e econômica. Pode promover o crescimento e a capacidade das pessoas, com ou sem deficiência visual, em vários contextos, atividades e vivências.

Para essa reflexão, é importante compreender o conceito de deficiência visual como atributo de inclusão e construção de estratégias de ensino eficiente e emancipatório. Segundo a Organização Mundial de Saúde (WHO, 2011), a deficiência visual é uma condição complexa, em constante mudança, que abrange diversas dimensões da experiência humana. Ao longo dos diferentes estágios da vida, é comum um número significativo de indivíduos apresentar algum tipo de dificuldade na percepção visual, seja por razões adquiridas ou congênitas. Essa falta de percepção visual traz consigo uma série de obstáculos já que a visão desempenha um papel crucial ao transmitir o mundo por meio de imagens, gestos e expressões. Outra contribuição da organização mundial da Saúde (WHO, 2019) é a definição que considera deficiência visual uma condição ocular que afeta o sistema visual e uma ou mais funções visuais com consequências para o indivíduo.

Por essas razões, são necessárias atividades especializadas para os alunos/as com deficiência visual que auxiliem na aquisição das aprendizagens individuais e coletivas com expectativas promissoras de crescimento nas atividades individuais e sociais, na continuidade da vida acadêmica e no acesso ao mercado de trabalho com vistas à melhoria intelectual, profissional e crescimento pessoal à luz da educação democrática e inclusiva.

Considerações finais

A presente abordagem debate a necessidade de garantir o direito à educação emancipatória, equitativa, inclusiva e democrática, satisfatória a estudantes com deficiência visual; Esses indivíduos constituem um grupo vulnerável e segregado, com direitos infringidos ou garantidos de maneira insuficiente, especialmente, no que se refere à educação. Faz-se necessário estudar os obstáculos que dificultam a plena efetivação do direito de todos e todas à educação, à vida plena, e apresentar possíveis alternativas para aprimorar o processo educacional, bem como os meios pelos quais a população pode demandar do poder público a concretização dos direitos fundamentais da pessoa.

O objetivo de refletir acerca de ferramentas normativas que a sociedade pode utilizar para exigir a concretização do direito à educação inclusiva e dos meios para desenvolver as tecnologias assistivas necessárias ao aprender, são questões relacionadas ao direito à educação escolar das pessoas com deficiência

visual. A reflexão tem se utilizado do método bibliográfico para coleta dos dados e trilhado caminho qualitativo de natureza crítico- reflexiva. Realizadas pesquisas e analisados materiais acadêmicos como artigos, dissertações e teses que tratam dos direitos das pessoas com deficiência à escolarização emancipatória, justa, inclusiva e democrática.

Este texto apresenta um breve esclarecimento dos conceitos de tecnologia assistiva, educação inclusiva e pessoas com deficiência visual. Além disso, examina legislação que apoia a implementação do direito à educação para pessoas com deficiência visual e outras dificuldades.

Palavras chaves: Direito à educação. Deficiência visual. Educação inclusiva.

Referências

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**, 1988. Disponível no endereço:

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.html.

Acesso em: 10 nov. 2023.

BRASIL. **Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015**. Lei Brasileira de Inclusão de Pessoas com Deficiência (LBI). Disponível no endereço:

https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm.

Acesso em: 12 nov. 2023.

BRASIL. **Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000**. Estabelece normas gerais e critérios básicos para promover a acessibilidade de pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida e estabelece outras medidas. Disponível no endereço:

https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l10098.htm. Acesso em:

07 nov. 2023.

BRASIL. **Decreto nº 5.296, de 4 de dezembro de 2004**, que altera a lei nº 10.098/2000. Disponível no endereço:

[https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/decreto/d5296.htm)

[2006/2004/decreto/d5296.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/decreto/d5296.htm). Acesso em: 07 nov. 2023.

BRASIL. **Decreto nº 10.645, de 11 de março de 2021**. Disponível no endereço:

[https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/decreto/d5296.htm)

[2006/2004/decreto/d5296.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/decreto/d5296.htm). Acesso em: 09 nov. 2023.

BRASIL. **Decreto nº 3.298/1999**. Refere o direito dos cidadãos brasileiros à assistência técnica. Disponível no endereço:

<https://www.gov.br/participamaisbrasil/pnta>. Acesso em: 11 nov. 2023.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. 25. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

BRASIL. **Lei nº 9394, de 20 de dezembro de 1996.** Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional Brasileira. Brasília-DF, 1996. Disponível no endereço: <http://www.portal.mec.gov.br>. Acesso em: 06 nov. 2023.

BRASIL. **Declaração de Salamanca e linha de ação sobre necessidades educativas especiais.** 2.ed. Brasília, DF: Corde, 1997.

WHO - World Health Organization. **The World Bank.** World Report on Disability. Geneva: WHO, 2011. Disponível no endereço: <https://www.who.int/publications/i/item/world-report-on-disability>. Acesso em: 04 nov. 2023.

WHO - World Health Organization. **World Report on Vision.** Geneva: WHO, 2019. Disponível no endereço: <https://www.who.int/publications/i/item/world-report-on-vision>. Acesso em: 05 nov. 2023.

EIXO TEMÁTICO:

DIREITOS HUMANOS E MINORIAS

O DIREITO EDUCATIVO - O QUE EU QUERO DA ESCOLA?

Josiani Aparecida de Mello França¹¹⁰

Eliane Cadoná¹¹¹

Eixo Temático: Direitos Humanos e Minorias

Resumo

O presente trabalho tem por objetivo apresentar o ensino dos Direitos Humanos, como conteúdo do Direito Educativo. Argumenta-se que a apresentação de tais direitos deve ser efetuada desde a educação infantil, segundo o entendimento característico de cada faixa etária. Conclui-se, com base nas análises de Paulo Freire e de Marshall Rosenberg, que ensinando os Direitos Humanos como disciplina, resultar-se-á em futuras transformações sociais baseadas na ética, na empatia, na equidade e, principalmente, no bom relacionamento do professor/professora e aluno/aluna. Sustenta-se, aqui, a perspectiva de que os Direitos humanos e a proteção dispensada aos mais vulneráveis socialmente são essenciais para a formação de sociedades mais justas e igualitárias. É imprescindível falar de educação quando o assunto é formação de sociedade. Pois não se separa a educação de sociedade. E ao falar de sociedade e formação cidadã, conseqüentemente a Universalidade dos Direitos Humanos será assunto inerente a todos, independentemente de gênero, raça, ou qualquer outra peculiaridade, visto que o respeito à dignidade é fundamental para estabelecer uma busca de igualdade e equidade. Essas medidas de prevenção às discriminações são garantidas por lei. Na esfera política, é crucial que as minorias sejam representadas por políticas inclusivas que garantam que todas as vozes sejam ouvidas e, assim, as tomadas de decisões sejam mais compatíveis. O conceito de direito educativo é bastante abrangente. Como disciplina, abrange a educação formal e informal, trazendo questões sociais que remetem à psicologia, sociologia, antropologia e outras, tornando-a, portanto, uma ciência interdisciplinar. São exatamente todas as ações que forem capazes de educar um ser humano em determinada sociedade que dizem respeito ao Direito Educativo. Oportunizar a educação sobre direitos humanos é movimento básico para informar e cientificar quanto à importância da diversidade e da necessidade da educação com enfoque nas minorias. A compreensão de que este público requer uma atenção especial das políticas públicas é essencial para que, desde cedo, as crianças aprendam conscientemente que esta proteção fortalecerá uma futura sociedade, mais plural e ciente da riqueza de sua diversidade. Os Direitos Humanos e o direito educativo, inseridos no contexto escolar, como disciplina, promoverão o trabalho de acolhimento aos/às que enfrentam violência e discriminação, dentro e fora da escola. Dessa forma, o Direito educativo agirá com ações interventivas mediadoras para a transformação social. A partir do momento que ensinamos

¹¹⁰ Mestranda Josiani A. Mello França e-mail: a102116@uri.edu.br.

¹¹¹ Pós-doutora em educação. Professora do PPGEDU da URI. E-mail: eliane@uri.edu.br.

às crianças que a diversidade brasileira é uma herança cultural riquíssima e que deve ser respeitada, podemos contar com jovens que ajudarão a proteger e preservar as diferentes culturas. A coletividade dessa responsabilidade deve partir de dentro da escola. Com trabalhos que envolvam reconhecimento e apoio às diversas práticas culturais, idiomas e tradições. Garantir que os Direitos humanos se efetivem dentro da escola, desde a educação infantil, faz parte do que queremos dessa instituição. Assegurar que minorias tenham acesso efetivo à justiça é indispensável, principalmente dentro do contexto escolar. Cabe destacar aqui que a forma como avança a violência nas escolas é dado alarmante. Na escola, surgem diferentes formas de violência, desde a violência física até a psicológica. Os conflitos não resolvidos resultam em agressões que vão muito além da verbal. A equipe escolar convive com a presença do bullying, que deslumbra a exclusão social. Essas manifestações de violência fazem parte da bagagem curricular docente que se arrasta desde a ditadura militar brasileira. Diante de tamanha responsabilidade, a negligência educacional também pode ser considerada uma forma de violência. O apoio emocional a docentes, nos momentos de violência pode ser tão necessário quanto o ensino de uma boa convivência. O amparo emocional as crianças e adolescentes nestes momentos ajuda a perpetuar ciclos de bondade e equidade. Um dos estudos para promover a mediação de conflitos é a comunicação não violenta (CN), uma abordagem desenvolvida pelo psicólogo Marshall Rosenberg, que objetivou oportunizar uma comunicação mais clara, objetiva e eficaz, destacando sempre a empatia na resolução de conflitos. O trabalho deste estudioso dos recursos linguísticos para resolução de embates destaca a importância de expressar claramente os próprios sentimentos e necessidades, ao mesmo tempo que ouve e compreende os pontos de vista dos outros. A CNV – Comunicação Não Violenta, baseia-se em quatro componentes principais: Observação: Falar detalhadamente e de maneira objetiva e imparcial o que se quer dizer, evitando julgamentos e avaliações; Sentimento: Através da observação, identificar e expressar os sentimentos, reconhecendo a responsabilidade pessoal sobre esses sentimentos; Necessidade: Reconhecer as necessidades subjacentes aos sentimentos, identificando-os como tendo necessidades legítimas que devem ser satisfeitas; Pedido: Realizar pedidos claros e específicos, buscando formas de resolver as necessidades de todas as partes envolvidas. O autor enfatiza a importância da empatia, incentivando as pessoas a ouvirem umas às outras de maneira mais absoluta, atenta e compreensiva. Os objetivos do autor, ao adotar a Comunicação Não Violenta é estabelecer momentos e ambiente de diálogo aberto e respeitoso, diminuindo as diferenças e hostilidades e conseqüentemente efetivar o apoio e a cooperação entre as pessoas. Tal abordagem é bem-vinda e aplicável às mais diversas áreas de nossas vidas, desde o ambiente familiar até o ambiente de trabalho, favorecendo as relações e contribuindo para um convívio social mais harmonioso e participativo. O Direito Educacional é uma área que se preocupa em assegurar o acesso e permanência à educação. Quando falamos em permanência das e dos alunos nas escolas, falamos de transformar o ambiente escolar num local de fácil comunicação e interpretação das mais diversas situações advindas do contexto

escolar. As políticas públicas de mediação buscam oferecer estratégias para a resolução de conflitos. Para que as resoluções de conflitos ocorram, faz-se necessário que docentes e alunos/as possuam vínculos afetivos e harmoniosos, que promovam a confiança dos estudantes na figura do/a professor/a diante das mais variadas situações. Paulo Freire, em seu livro *Pedagogia da autonomia*, diz que ensinar requer uma série de quesitos para haver reciprocidade no sucesso. O autor vivenciou nas escolas e escreveu este livro com intenção de auxiliar os docentes quanto às suas análises. Deixa claro que a relação professor/aluno deve obter resultados positivos. Suas sugestões são seguidas fidedignamente em todas as escolas do Brasil, visto que o autor trabalhava com alunos/as adultos/as, educação de jovens e adultos/as que não tiveram oportunidade de estudar. Ou seja, trata-se inquestionavelmente de que Paulo Freire trabalhou diretamente com um grupo minoritários. Cita-se a obra, pois a autonomia é o tema principal do livro. O autor relata que a dinâmica das aulas, a confiabilidade e o respeito ao conhecimento prévio dos/as alunos/as, garantem que se sintam na liberdade de refletir e opinar, enfatizando a ética universal humana. Esta obra confirma que o ato de ensinar depende de vários conceitos. O autor cita ainda a ética como papel fundamental para que haja uma relação pacífica dentro do contexto escolar. Assim, torna-se inquestionável que o ensino dos Direitos Humanos e a efetivação de suas garantias como direito educativo é uma forma de prevenção às discriminações e aprendizagem quanto à diversidade e ao viver coletivo.

Palavras-chave: Equidade. Educação. Sociedade. Direito educativo. Transformação social.

EIXO TEMÁTICO:

GENERO E EDUCAÇÃO

DESVENDANDO AS DINÂMICAS DE GÊNERO E A PRECARIZAÇÃO DO TRABALHO NO MAGISTÉRIO: UMA ANÁLISE NAS ETAPAS INICIAIS DA EDUCAÇÃO BÁSICA

Mônica Strege Médici¹¹²

Vanusa Eucléia Geraldo de Almeida¹¹³

Eliane Cadoná¹¹⁴

Eixo Temático: Gênero e Educação

Resumo

A feminização do magistério tem sido um fenômeno marcante no cenário educacional brasileiro. Este estudo se propõe a investigar a predominância das mulheres nas fases iniciais da Educação Básica, concentrando-se na educação infantil e nos primeiros anos do Ensino Fundamental. A pesquisa adota uma abordagem multidisciplinar, combinando uma extensa revisão bibliográfica com a análise de dados quantitativos provenientes do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep). Busca-se não apenas descrever essa realidade, mas também compreender as implicações e desafios que surgem a partir dessa configuração. A metodologia adotada nesta pesquisa se baseia em um arcabouço teórico sólido, conforme preconizado por Marconi e Lakatos (2005). Inicialmente, é realizada uma revisão abrangente da literatura, abordando temas como a feminização do magistério, a precarização da carreira docente e as relações de gênero no contexto educacional. É ainda complementada por uma análise de dados quantitativos recentes, fornecendo uma visão das tendências que têm caracterizado o magistério nos últimos três anos no Brasil. A presença massiva de mulheres no magistério, especialmente nas fases iniciais, reflete a persistência da divisão sexual do trabalho na sociedade. Conforme observado por Quirino (2015), as mulheres, muitas vezes, são direcionadas para profissões ligadas ao cuidado, reforçando estereótipos de gênero que permeiam a escolha de carreira. Essa tendência é claramente evidenciada em dados fornecidos pelo Inep, onde, em 2022, 96,3% de docentes na educação infantil são do sexo feminino. Apesar da crescente participação feminina no mercado de trabalho e, mais especificamente, no magistério, as disparidades salariais entre gêneros ainda persistem. Antunes (2002) destaca essa realidade, enfatizando que as mulheres continuam recebendo remunerações substancialmente inferiores em comparação aos seus colegas homens. Essa

¹¹² Graduada em Licenciatura em Ciências Biológicas e Bacharel em Ecologia pelo Centro Universitário de Várzea Grande (2006). Professora de Ciências e Biologia SEDUC-MT. Mestra em Educação pela Universidade Federal de Tocantins (UFT). Doutoranda em educação pela URI, bolsista CAPES. E-mail: stregemonica@gmail.com

¹¹³ Doutoranda em Educação e Mestra em Educação pela Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões (URI-FW). Especialista em Psicopedagogia e Atendimento Educacional Especializado (AEE). Professora da rede municipal de Ronda Alta- RS. E-mail: a100683@uri.edu.br

¹¹⁴ Pós-doutora em educação. Professora do PPGEDU da URI. E-mail: eliane@uri.edu.br.

discrepância salarial é ainda mais evidente em áreas onde há uma predominância masculina, tornando-se um ponto de reflexão crucial para políticas de equidade salarial. A presença majoritária de mulheres se estende também para os anos iniciais do Ensino Fundamental. Os dados encontrados no Inep ilustram que, em 2022, 87,8% dos docentes nessa etapa são do sexo feminino. Essa constatação reforça a importância de compreender as dinâmicas de gênero que permeiam não apenas o ambiente educacional, mas também a sociedade em geral. De acordo com Yannoulas (2011), no contexto do ensino superior, contrastando com a predominância feminina nas etapas iniciais da Educação Básica, observa-se uma marcante disparidade. Nesse nível de ensino, a presença masculina é significativamente mais pronunciada, refletindo uma inversão de tendência em relação à feminização do magistério. Além disso, é importante ressaltar que, em paralelo a essa discrepância demográfica, as disparidades salariais entre profissionais do ensino superior e aqueles que atuam na Educação Básica são notáveis. Docentes do ensino superior geralmente auferem remunerações substancialmente mais elevadas em comparação com suas contrapartes nas fases iniciais da educação. Essa disparidade salarial, que se manifesta de forma flagrante, evidencia a persistência de desigualdades de gênero no âmbito educacional, colocando em destaque a necessidade premente de abordar e remediar essa questão de maneira concreta e formal. Os resultados dessa pesquisa oferecem uma visão abrangente das complexas interações entre a feminização do magistério, a divisão sexual do trabalho e as disparidades salariais. Evidencia-se a necessidade premente de políticas e práticas que promovam a equidade de gênero no âmbito educacional, proporcionando não apenas igualdade de oportunidades, mas também o reconhecimento e valorização do trabalho das profissionais da educação. Este estudo, portanto, contribui não apenas para a compreensão mais aprofundada das questões de gênero no magistério, mas também para o fomento de um ambiente educacional mais inclusivo e equitativo.

Palavras-chave: Feminização do Magistério; Educação Básica; Profissionais da Educação; Precarização da Carreira Docente

Referências

ANTUNES, Ricardo. **Adeus ao trabalho? ensaios sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho**. 8. ed. São Paulo: Cortez; Campinas, SP: Editora da Universidade Estadual de Campinas, 2002.

BRASIL. INEP. **Sinopse Estatística da Educação Básica, 2018**. Brasília: Inep, 2019. Disponível em: <http://inep.gov.br/sinopses-estatisticas-da-educacao-basica>. Acesso em: 30 abr. 2023.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina Andrade. **Fundamentos de metodologia científica**. São Paulo, SP: Atlas, 2003.

QUIRINO, Raquel. Divisão sexual do trabalho, gênero, relações de gênero e

relações sociais de sexo: aproximações teórico-conceituais: em uma perspectiva marxista. **Revista Trabalho & Educação**, Belo Horizonte, v. 24, n. 2, p. 229-246, maio/ago., 2015. Disponível em: <https://periodicos.ufmg.br/index.php/trabedu/article/view/9440>. Acesso em: 22 dez. 2023.

YANNOULAS, Silvia Cristina. Feminização ou feminilização?: apontamentos em torno de uma categoria. **Temporalis**, v. 11, n. 22, p. 271-292, 2011. Disponível em: <https://periodicos.ufes.br/temporalis/article/view/1368>. Acesso em: 12 jan. 2023.

EIXO TEMÁTICO:

**POLÍTICAS PÚBLICAS, EDUCAÇÃO E
DIREITOS HUMANOS**

POLÍTICAS PÚBLICAS, EDUCAÇÃO E DIREITOS HUMANOS NA PAUTA DOS DEBATES E DOS CURRÍCULOS ESCOLARES

Mariluz Terezinha Pertuzzatti¹¹⁵

Cesar Riboli¹¹⁶

Eixo Temático: Políticas Públicas, Educação e Direitos Humanos

Resumo: O estudo tem como objetivo analisar a relação entre as políticas públicas, a educação e os direitos humanos e a forma como esses temas vêm sendo debatidos pela sociedade contemporânea, bem como evidenciar a importância de o Estado, através das políticas públicas e da educação assumir o papel de protagonista neste debate para que os direitos humanos essenciais garantidos na Constituição Federal Brasileira possam ser efetivados em todas as classes sociais e principalmente pelas minorias excluídas.

Palavras-chave: Políticas públicas. Educação. Direitos humanos. Currículo e pauta escolar.

Introdução

As políticas públicas são instrumentos essenciais para a promoção de transformações sociais e garantia da qualidade de vida da população. Quando falamos em políticas públicas voltadas para a educação, torna-se evidente a importância de promover um ambiente de aprendizagem inclusivo, igualitário e que respeite os direitos humanos. Afinal, a educação é um direito fundamental de todos os cidadãos e deve ser uma ferramenta eficaz para a construção de uma sociedade mais justa e igualitária. Nesse contexto, é essencial refletir sobre como as políticas públicas podem contribuir para a

¹¹⁵ Mestranda em Educação pela URI- Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões- Campus de Frederico Westphalen-RS. Especialista em Atendimento Escolar Especializado-AEE, Neuropsicopedagogia Clínica e Institucional e Práticas Pedagógicas Contemporâneas. Graduada em Letras Português e Espanhol e respectivas literaturas, pela URI-Campus de Frederico Westphalen. Professora da rede municipal de Frederico Westphalen-RS. E-mail: a070927@uri.edu.br ID Lattes: 4557108303600390

¹¹⁶ Doutor em Educação pela UNISINOS - Universidade do Vale do Rio dos Sinos. Mestre em Direitos pela URI - Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões URI. Especialista em Direito Civil, Processo Civil, Contabilidade Gerencial e Docência no ensino superior. Graduado em Administração, Ciências Contábeis e Direito. Professor do curso de Direito e do Programa de Pós-graduação PPGD em Educação da URI - Campus de Frederico Westphalen. Membro das comissões de ensino jurídico e saúde da OAB/RS. Técnico tributário da Receita estadual inativo. Avaliador de cursos de graduação do MEC/INEP, advogado. E-mail: criboli@uri.edu.br

promoção da educação como um meio de garantir e ampliar os direitos humanos de todos os indivíduos.

Por isso, faz-se necessário debater esses temas relacionados aos direitos humanos nas escolas para que os alunos possam se apropriar desses conhecimentos e, para que de posse do conhecimento, passem a exigí-lo através das políticas públicas e sejam os agentes transformadores da sociedade contemporânea.

O percurso metodológico para esse entendimento e para as conclusões, pautou-se na abordagem qualitativa, que leva em consideração todas as mudanças sociais pelas quais a sociedade contemporânea vem passando. Dessa forma, podemos observar que diante dessas transformações sociais geradas pelas crises econômicas e sociais globais, os direitos humanos essenciais ficam cada vez mais vulneráveis para as minorias da sociedade e que esses temas precisam ser debatidos principalmente nas escolas, já que é nesse período escolar que os estudantes se estruturam social e intelectualmente, de modo que os conhecimentos em direitos humanos venham a contribuir com a sua formação pessoal e para que esses estudantes possam atuar de forma consciente e responsável na sociedade em que convivem, respeitando os direitos humanos e ajudando a difundir-los para todos os cidadãos.

Compreensões conceituais

A sociedade contemporânea vem passando por constantes movimentos e transformações globais que envolvem direta ou indiretamente os indivíduos e seus direitos humanos fundamentais. Vivemos tempos difíceis e conturbados por inúmeros conflitos, que envolvem as questões sociais, políticas e econômicas, nas nações do mundo todo. Vivemos momentos de incertezas e transformações constantes, conforme já dizia Zygmunt Bauman e Carlo Bordoni na obra “Estado de crise” : “O contemporâneo passa a ser marcado pelo fim dos padrões, da estabilidade, da segurança e das certezas. Surge o tempo da indefinição, do medo e da insegurança. Ou seja, uma sociedade que

se converteu em algo temporal e instável que carece de aspectos sólidos. Em outras palavras, as relações interpessoais se tornam cada vez mais efêmeras e voláteis.”

Neste sentido, cabe aqui ressaltar a importância e a preocupação que a ONU- Organização das Nações Unidas teve em criar a Declaração Universal dos Direitos Humanos da Organização das Nações Unidas (ONU), em 1948, no sentido de institucionalizar e assegurar direitos básicos e fundamentais para as pessoas de forma que todos pudessem ter sua individualidade respeitada e conseguissem conviver de forma harmoniosa na sociedade contemporânea e globalizada. Dessa Declaração Universal dos Direitos Humanos da Organização das Nações Unidas desencadeou-se um processo de mudança no comportamento social e na produção de instrumentos e mecanismos internacionais de direitos humanos que foram incorporados ao ordenamento jurídico dos países signatários. Esse processo resultou na base dos atuais sistemas global e regionais de proteção dos direitos humanos.

Em países e nações do mundo inteiro, os governantes passaram a enfrentar grandes desafios no que diz respeito a assegurar esses direitos básicos da população, principalmente das minorias excluídas.

No Brasil, como na maioria dos países latino-americanos, a temática dos direitos humanos adquiriu elevada significação histórica, como resposta à extensão das formas de violência social e política, vivenciadas em anos anteriores, que preservaram os padrões de reprodução das desigualdades e da violência institucionalizada. Ultimamente, os debates sobre os direitos humanos e a formação para a cidadania vem alcançando mais espaço e relevância, a partir de proposições da sociedade civil organizada e de ações governamentais no campo das políticas públicas, visando ao fortalecimento da democracia e dos direitos humanos essenciais.

A Constituição Federal Brasileira de 1988, no Art. 5º, afirma que: “ Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade.” A partir

da Declaração Universal dos Direitos Humanos da ONU e do que é assegurado na Constituição Federal Brasileira, podemos dizer que os cidadãos brasileiros têm seus direitos mínimos garantidos e assegurados pelo Estado, porém é preciso observar como na prática isso vem acontecendo.

Tanto a Constituição Federal Brasileira como a Lei n. 9.394/1996, Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) afirmam o exercício da cidadania como uma das finalidades da educação, ao estabelecer “uma prática educativa inspirada nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana, com a finalidade do pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho”. Percebe-se aí que há uma certa preocupação e interesse por parte do Estado em atender a essas demandas relacionadas aos direitos humanos e a cidadania.

Primeiramente, é necessário destacar a importância de que todos os cidadãos tenham conhecimento de seus direitos e que esses direitos sejam assegurados pelas leis e pelo Estado, para que, a partir de então, possam exigir que os mesmos sejam efetivados. O que percebe-se na maioria das vezes em que as pessoas têm seus direitos violados, é que eles desconhecem as leis, ou seja, nem sabiam que eram detentores desses direitos. Para isso, faz-se necessário evidenciar a importância que a educação têm de formar cidadãos críticos e atuantes na sociedade, pois é através da educação e do conhecimento que poderemos mudar essa realidade. Através das crianças e dos jovens poderemos formar um novo perfil de cidadãos, empenhados com suas causas ou com as causas das minorias, sabedores de seus direitos e comprometidos com seus deveres, conseguindo assim provocar as mudanças sociais necessárias para o bem estar e a inclusão de todos na sociedade contemporânea.

A educação precisa desempenhar o seu papel de protagonismo nesse processo de transformação social no que se refere aos direitos humanos essenciais, tanto para propiciar o acesso ao conhecimento dos direitos humanos fundamentais, como para formar cidadãos críticos, responsáveis e atuantes. Torna-se urgente e necessário colocar nos currículos escolares o tema “direitos

humanos”, para que eles possam ser conhecidos, respeitados, defendidos e promovidos por toda a sociedade.

É importante destacar que a educação não deve ser o único setor responsável por promover esses direitos aos cidadãos, outros setores também podem e devem contribuir para a disseminação desses conhecimentos a respeito dos direitos humanos essenciais. A educação em direitos humanos é uma educação que não deve acontecer somente nos limites da sala de aula, das escolas, ela é um movimento que acontece conforme as transformações da sociedade contemporânea também vão acontecendo, por isso ela pode ser um caminho para a construção de uma sociedade mais livre, mais igualitária, mais solidária, mais digna em que todos devem se sentir responsabilizados por fazer acontecer um mundo mais humano e melhor.

Como política pública educacional brasileira, os direitos humanos estão contemplados no Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos (PNEDH) de 2003. O Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos (PNEDH) é uma política pública que consolida um projeto de sociedade baseado nos princípios da democracia, da cidadania e da justiça social, por meio de um instrumento de construção de uma cultura de direitos humanos que visa o exercício da solidariedade e do respeito às diversidades.

O processo de elaboração do PNEDH teve início em 2003, com a criação do Comitê Nacional de Educação em Direitos Humanos (CNEDH) e seu engajamento no trabalho de criação do Plano. Entre 2004 e 2005, o PNEDH foi amplamente divulgado e debatido com a sociedade. Em 2006, como resultado dessa participação, foi publicada a versão definitiva do PNEDH, em parceria entre a então Secretaria Especial de Direitos Humanos, o Ministério da Educação e o Ministério da Justiça.

A estrutura do no Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos (PNEDH) estabelece concepções, princípios, objetivos, diretrizes e linhas de ação, contemplando cinco grandes eixos de atuação: Educação Básica; Educação Superior; Educação Não-Formal; Educação dos Profissionais dos Sistemas de Justiça e Segurança Pública; Educação e Mídia.

A definição considerada para a Educação em Direitos Humanos é de um processo sistemático e multidimensional que orienta a formação do sujeito de direitos, articulando as seguintes dimensões: Apreensão de conhecimentos historicamente construídos sobre direitos humanos e a sua relação com os contextos internacional, nacional e local; Afirmação de valores, atitudes e práticas sociais que expressem a cultura dos direitos humanos em todos os espaços da sociedade; Formação de uma consciência cidadã capaz de se fazer presente em níveis cognitivo, social, ético e político; Desenvolvimento de processos metodológicos participativos e de construção coletiva, utilizando linguagens e materiais didáticos contextualizados; Fortalecimento de práticas individuais e sociais que gerem ações e instrumentos em favor da promoção, da proteção e da defesa dos direitos humanos, bem como da reparação das violações.

Com base no que está previsto no Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos (PNEDH) e que seu principal objetivo é difundir a cultura de direitos humanos no país, prevendo a disseminação de valores solidários, cooperativos e de justiça social, podemos dizer que o Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos (PNEDH) é uma política pública muito bem elaborada e possível de ser colocada em prática, basta que os agentes envolvidos nesse processo atuem e colaborem para que as ações possam ser efetivadas e que revertam em resultados positivos para a sociedade.

Sabemos que ainda há muito para ser conquistado em termos de respeito à dignidade da pessoa humana, sem distinção de raça, nacionalidade, etnia, gênero, classe social, religião, cultura, religião, orientação sexual, identidade de gênero, geração e deficiência.

Da mesma forma, há muito a ser feito para efetivar o direito à qualidade de vida, à saúde, à educação, à moradia, ao lazer, ao meio ambiente saudável, ao saneamento básico, à segurança pública, ao trabalho e às diversidades cultural e religiosa, entre outras. Mas, com o envolvimento de todos nesse processo, será possível melhorar muito a efetivação dessa política

pública educacional e dessa forma também melhorar a qualidade de vida das minorias excluídas da sociedade, que vivem às margens sem vez e sem voz.

Considerações finais

Podemos perceber que ainda há muito a ser feito e debatido a respeito das políticas públicas, educação e direitos humanos, pois ao mesmo tempo em que há muitas transformações sociais ocorrendo o tempo todo no mundo, também há pouco interesse em se debater sobre esse tema, principalmente pelo Estado, já que são problemas que envolvem as minorias excluídas e que isso gera um certo desconforto para os governantes no sentido de exposição nas mídias e também em relação a gastos e orçamentos que precisam ser empenhados para resolver certos problemas e que muitos deles são em caráter emergencial.

Por outro lado, observamos que há um movimento educacional que vem liderando os debates a respeito desse tema a fim de conscientizar sobre sua necessidade e importância, visto que essa demanda social deve ser de responsabilidade de toda a sociedade e não defendida apenas pelas minorias que estão sofrendo diretamente com esses problemas.

Ainda, segundo o próprio Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos (PNEDH), a democratização dos direitos humanos e das políticas públicas requerem o fortalecimento da sociedade civil como um todo, a fim de que sejam capazes de identificar anseios e demandas, transformando-as em conquistas que só serão efetivadas, de fato, na medida em que forem incorporadas pelo Estado brasileiro como políticas públicas universais.

Esse processo requer a formação de cidadãos conscientes de seus direitos e deveres, protagonistas da materialidade das normas e pactos que os protegem, reconhecendo o princípio normativo da dignidade humana, englobando a solidariedade internacional e o compromisso com outros povos e nações. Por isso, salientamos a importância de pôr na pauta dos debates escolares os temas aqui propostos, tornando os espaços escolares os principais

palcos de debates, onde todos possam se apropriar desses conhecimentos e também passem a exercê-los e defendê-los.

Referências

BAUMAN, Z.; BORDONI, C. **Estado de Crise**. 1. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2016.

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Disponível em: <http://planalto.gov.br/legislacao>.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília: MEC, 2018. Disponível em: <http://basenacionalcomum.mec.gov.br/>. Acesso em: 18 out. 2023.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. **Plano Nacional de Educação e Direitos Humanos**. Brasília: MEC, 2014.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Declaração Universal dos Direitos Humanos**. 1948. Disponível em: <https://brasil.un.org/pt-br/universal-dos-direitos-humanos>. Acesso em: 18 out. 2023.

A VIOLÊNCIA E A DISCRIMINAÇÃO EM AMBIENTES ESCOLARES: SOLUÇÕES, CONTROLES E PREVENÇÃO DOS CONFLITOS

Ana Luisa Vilante Cabral¹¹⁷
Larissa Rafaela dos Santos Saldanha¹¹⁸
Cesar Riboli¹¹⁹
Emmyli Fernanda Bonini Gabbi¹²⁰

Eixo Temático: Políticas Públicas, Educação e Direitos Humanos

Resumo

O estudo tem como objetivo analisar a violência e a discriminação em ambientes escolares de Ensino Médio, visando identificar soluções, maneira de controle e possibilidades de prevenções dos conflitos. Trata-se de uma pesquisa bibliográfica com análise qualitativa, posto que também foram realizadas entrevistas com docentes e discentes. As conclusões apontam para a existência de diversas formas de violência e discriminações, a principal é o bullying, gerando conflitos em estabelecimentos educacionais. Apesar das distintas políticas e ações de conscientização e controle, ainda resta muito a ser feito por tratar-se de comportamento humano que decorre do instinto. A redução da violência e dos modos de discriminação depende sobremaneira das atitudes familiares e das medidas adotadas pela escola para fazer com que os estudantes, na fase em que têm seu caráter moldado, compreendam o respeito e o valor da dignidade humana.

Palavras-chave: Violência. Discriminação. Ambientes escolares. Soluções.

Introdução

A violência e a discriminação no âmbito escolar são pautas muito importantes a serem discutidas, visto que são geradoras de conflitos, pois é dentro do convívio escolar que surgem os primeiros contatos do indivíduo com o mundo exterior, convivendo fora de sua bolha familiar e passando a estar inserido diretamente dentro da sociedade. É, portanto, durante a fase escolar que o indivíduo se estrutura social e intelectualmente, de modo a contribuir com a sua formação pessoal para o futuro.

¹¹⁷ Estudante do Ensino Médio, bolsistas do Projeto de Iniciação Científica da Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões (URI), Câmpus de Frederico Westphalen/RS.

¹¹⁸ Estudante do Ensino Médio, bolsistas do Projeto de Iniciação Científica da Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões (URI), Câmpus de Frederico Westphalen/RS.

¹¹⁹ Doutor em Educação, Mestre em Direito, Especialista em Direito Civil e Processo Civil, em Docência no Ensino Superior e em Contabilidade Gerencial. Professor do Curso de Direito e do PPGEDU da URI. Técnico Tributário da Receita Estadual/RS. Advogado. E-mail: criboli@uri.edu.br.

¹²⁰ Acadêmica do II semestre do Curso de Direito, bolsista do Projeto de Pesquisa e Extensão da Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões - URI, Câmpus de Frederico Westphalen, RS.

Por essas razões, faz-se fundamental entender a dinâmica de relacionamento dos estudantes durante o Ensino Médio para que estes possam ser moldados a fim de que sejam bons cidadãos, a partir de uma compreensão da necessidade de evitar a violência e a discriminação.

O percurso metodológico para esse entendimento e para as conclusões, pautou-se na abordagem qualitativa, que leva “em conta todos os componentes de uma situação em suas interações e influências recíprocas” (ANDRÉ, 1995, p. 17). Distingue-se que a abordagem qualitativa da pesquisa possibilita depreender o fenômeno por meio das perspectivas dos sujeitos, considerando seus pontos de vista e percepções (GODOY, 1995), além disso, foram realizadas entrevistas com estudantes e professores para evidenciar as distintas formas de violência e discriminações existentes em estabelecimentos educacionais.

A violência e a discriminação existem, contudo, nem sempre recebem um tratamento justo para as partes envolvidas, nem sempre são mediadas adequadamente, tencionando servirem de base para inibir outros conflitos. Nesse sentido, este texto demonstra as conclusões acerca da violência e da discriminação em estabelecimentos de Ensino Médio, intentando contribuir com a adoção de medidas que possam colaborar para a paz e para uma convivência harmônica, com respeito aos direitos do ser humano e sua formação integral.

Compreensões conceituais

Os conflitos e as manifestações de violências no espaço escolar são, há muito tempo, objeto de discussão, como pode-se observar nos vários trabalhos pautados sobre o assunto. Segundo o filósofo Thomas Hobbes (2003), “o homem é o lobo do homem”, quer dizer, essa violência própria do animal, os riscos que ele oferece, é algo que o homem é capaz de infligir em si mesmo e nos demais ao seu redor.

A Constituição Federal de 1988, em seu artigo 3º, inciso IV, ao tratar dos princípios fundamentais, define que é objetivo da República: “IV - promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação” (BRASIL, 1988). Então, combater qualquer modo de discriminação, além de objetivo da República, é compromisso de todos os brasileiros, em qualquer espaço deve ser combatida, sobretudo em ambientes escolares, que têm compromisso

com a educação e com o preparo dos sujeitos para a vida em sociedade e para a cidadania.

Conforme definição da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO, 2019), a violência escolar pode ser compreendida como sendo “toda ação ou omissão que cause ou vise causar dano à escola, à comunidade escolar ou a algum de seus membros”. Ela acontece e se propaga de distintos modos, atinge docentes, discentes e funcionários de estabelecimentos educacionais. Combater as formas de violência existentes em educandários é tarefa de Estado, da sociedade e da família, sem esse esforço, não será possível reduzir a violência. É, pois, necessário o engajamento de diversas forças para o sucesso das ações.

Nesse horizonte, Chrispino (2007, p. 15-16) trata de conflito como sendo “toda opinião divergente ou maneira diferente de ver ou interpretar algum acontecimento”, afirmando que “o conflito, pois, é parte integrante da vida e da atividade social, quer contemporânea, quer antiga. Ainda no esforço de entendimento do conceito, pode-se dizer que o conflito se origina da diferença de interesses, de desejos e de aspirações”. Ao conceituar conflito, refere: “como o resultado da diferença de opinião ou interesse de pelos menos duas pessoas ou conjunto de pessoas, devemos esperar que, no universo da escola, a divergência de opinião entre alunos e professores, entre alunos e entre os professores seja uma causa objetiva de conflitos”.

Pesquisando a violência e a discriminação

As autoras, com o propósito de investigar a violência e a discriminação em estabelecimentos de Ensino Médio e assim contribuir com sugestões para amenizar os conflitos decorrentes, as soluções, as formas de controle e de prevenção, buscaram identificar e compreender questões relacionadas à temática de pesquisa.

Com a finalidade da execução do projeto de pesquisa, foram elaborados formulários de pesquisas que continham perguntas concernentes ao tema “Violência e discriminação em ambientes escolares”. Os formulários foram encaminhados para as instituições regidas pela 20ª Coordenadoria Regional de Educação (20ªCRE) do Rio Grande do Sul (RS), para os estudantes do Ensino Médio e professores do Colégio Estadual Três Mártires, de Palmeira das Missões (RS).

O intuito da aplicação dos questionários foi, a partir das respostas, agregar à pesquisa a perspectiva dos estudantes e professores, em conjunto com os dados obtidos das instituições de Ensino sobre o assunto desenvolvido.

Consoante as instituições de ensino entrevistadas e os estudantes do Ensino Médio do Colégio Estadual Três Mártires, a maior recorrência de conflitos nos ambientes escolares ocorre devido ao *bullying*¹²¹, prática de atos de violência, intencionalmente prejudiciais ou hostis a um indivíduo ou grupo. Essa violência pode ser física, verbal ou psicológica.

Outro fator relatado pelos professores que responderam à pesquisa, relacionou o motivo dos conflitos ao comportamento e educação que os alunos recebem em seu convívio familiar, que reflete dentro do espaço escolar. Aliado a isso está o uso ilimitado das mídias digitais pelos estudantes, sem controle e orientações.

Das 34 instituições de ensino regidas pela 20ª Coordenadoria Regional de Educação, 22 colaboraram com o compartilhamento de seus dados e informações referentes aos conflitos ocorridos. A análise dos dados considerou um paralelo dos anos de 2019 e 2022, período pré- pandemia e pós-pandemia.

Por sua vez, em conformidade com a amostra de 203 alunos entrevistados, constata-se o índice de 72,4% de alunos que acreditam que a pandemia tenha sido um dos principais agravantes para a disseminação da violência e da discriminação, não só no ambiente escolar, mas nos mais diversos âmbitos sociais. O retorno inesperado das aulas presenciais desencadeou inúmeras consequências na saúde psicológica dos alunos, como: descontrole emocional e comportamental, ansiedade, crises de pânico e até mesmo agressividade, fatos externados por professores e alunos. Esta circunstância dificultou o desempenho dos discentes, tanto em seu aprendizado como em seu estabelecimento de relações sociais com colegas.

Nos anos de 2019 e 2022, em consonância com os dados disponibilizados pelas escolas, houve uma alta porcentagem de conflitos entre alunos do sexo masculino, prevalecendo a violência verbal, seguida da violência física. No entanto, observa-se que houve, também, um alto índice de desavenças ocorridas entre alunos e professores.

¹²¹ Nos termos do artigo 1º, da Lei Federal nº 13.185/2015, considera-se intimidação sistemática (*bullying*) todo ato de violência física ou psicológica, intencional e repetitivo, que ocorre sem motivação evidente, praticado por indivíduo ou grupo, contra uma ou mais pessoas, com o objetivo de intimidá-la ou agredi-la, causando dor e angústia à vítima, em uma relação de desequilíbrio de poder entre as partes envolvidas (BRASIL, 2015).

Martins e Botler (2016, p. 563) afirmam que “a justiça é uma força importante para dar conta da violência”, revelando, ainda, que divergências fazem parte do processo democrático, pois “o que define uma democracia ou uma instituição democrática não é necessariamente o consenso, mas sim a possibilidade de lidar com o dissenso de forma não violenta”. Portanto, uma atuação justa em estabelecimentos educacionais e a consciência da relevância de administrar as divergências fazem de um processo justo e democrático um dos caminhos para inibir os modos de violência e também de discriminações em espaços escolares.

Nesse prisma, fica claro que ambientes com muitos conflitos não são saudáveis para o desenvolvimento acadêmico e social dos alunos. Eles podem levar à evasão escolar, queda no desempenho acadêmico, baixa autoestima e problemas de saúde mental.

Considerações finais

A pesquisa identificou, a partir das respostas de professores e estudantes ao questionário, que existem inúmeros conflitos nos estabelecimentos educacionais. Dessa maneira, consoante afirmações de estudantes, diversos conflitos ainda são enfrentados no intuito de ser cessado imediatamente sem, contudo, a adoção de medidas mais adequadas de acompanhamento e de solução definitiva da causa geradora.

Muitos estabelecimentos educacionais asseveraram que inexistem conflitos em seus estabelecimentos, apenas pequenas discussões, facilmente resolvidas. Sem embargo, tal alegação contrasta com as opiniões dos alunos, os quais responderam que os conflitos acontecem com certa frequência e aumentaram após a pandemia.

Nessa conjuntura, tendo em vista as opiniões dos docentes e discentes, as soluções apresentadas para os conflitos dentro do círculo escolar são medidas que possibilitam a compreensão do problema antes que tome proporções maiores, como a discussão sobre o tema com os estudante e momentos de integrações entre pais e alunos dentro do ambiente escolar, como palestras motivacionais de incentivo à reestruturação familiar.

Essas interações, associadas a uma atuação justa e democrática, tornam-se eficazes ao combate da violência e da discriminação, posto que propiciam aos alunos formas de resolver seus conflitos com diálogo e consciência, auxiliando-os em seu desenvolvimento como cidadãos melhores para a e na sociedade.

Referências

ANDRÉ, Marli Eliza Dalmazo Afonso de. **Estudo de caso em Pesquisa e Avaliação Educacional**. Brasília: Líber Livro, 2005.

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Presidência da República, [2016]. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 10 set. 2023.

BRASIL. **Lei nº 13.185, de 06 de novembro de 2015**. Institui o Programa de combate à intimidação Sistemática (Bullying). Brasília/DF, 2015. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/113185.htm. Acesso em: 10 set. 2023.

CHRISPINO, Álvaro. Gestão do conflito escolar: da classificação dos conflitos aos modelos de mediação **Ensaio: Avaliação e Políticas Públicas em Educação**, Rio de Janeiro, v. 15, n. 54, p. 11-28, jan./mar. 2007.

GODOY, Arilda Schmidt. Introdução à pesquisa qualitativa e suas possibilidades. **RAE - Revista de Administração de Empresas**, São Paulo, v. 35, n. 2, p. 57-63, 1995.

HOBBS, Thomas. **O Leviatã ou matéria, forma e poder de um estado eclesiástico e civil**. Tradução de João Paulo Monteiro e Maria Beatriz Nizza da Silva. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

MARTINS, Ângela Maria; BOTLER, Alice Miriam Happ. Conflitos, indisciplina e violência em escolas. **Revista Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, v. 46, n. 161, p. 560-564, 2016.

UNESCO. **Violência escolar e bullying**: relatório sobre a situação mundial. Brasília, DF, 2019.

IMPLEMENTAÇÃO DO PROGRAMA ALFABETIZA MT EM MATO GROSSO

Neide Pereira de Oliveira da Silva¹²²
Daniel Pulcherio Fensterseifer¹²³

Eixo Temático: Políticas Públicas, Educação e Direitos Humanos

Resumo

A pesquisa visa explorar a implementação do Programa Alfabetiza MT em Mato Grosso, inserindo-se na Linha de Pesquisa de Políticas Públicas e Gestão da Educação. Lançado durante a pandemia de COVID-19, esse programa se tornou um desafio marcante para os educadores, levantando a indagação central: “Quais são os primeiros resultados do Programa Alfabetiza MT enquanto políticas públicas?” O objetivo geral da pesquisa é compreender os primeiros resultados do Programa Alfabetiza MT no contexto das políticas públicas. Para isso, os objetivos específicos incluem contextualizar as políticas públicas educacionais, investigar os processos de alfabetização e examinar os documentos que regulamentam o programa. A pesquisa seguirá uma abordagem qualitativa, exploratória, bibliográfica e documental. A análise da legislação relacionada ao Programa Alfabetiza MT, a exploração do ciclo de Políticas Públicas e a leitura crítica de autores especializados serão métodos empregados. Documentos públicos, leis e materiais pertinentes às políticas educacionais e ao programa serão utilizados, com uma análise de conteúdo por categorias para interpretar os dados encontrados. Uma revisão bibliográfica baseada em estudos de bancos de dados científicos como SciELO e CAPES. Após buscar por palavras-chave como “políticas públicas”, “alfabetização”, “ensino fundamental”, “Programa Alfabetiza MT” e “Mato Grosso”, foram descobertas 171 publicações no Catálogo de Teses & Dissertações da CAPES. A falta de trabalhos específicos sobre o Programa Alfabetiza MT ressalta a carência de análises aprofundadas nesse curto período de implementação. O referencial teórico aborda conceitos cruciais para a compreensão da pesquisa, como políticas públicas educacionais, alfabetização e o próprio Programa Alfabetiza MT. Documentos fundamentais que orientam a educação brasileira, como a Constituição Federal de 1988, a LDB, a Base Nacional Comum Curricular, os PCNs, o PNE, as DCNs, a ECA, o PNAIC, o PBA e o Prouni, são destacados. Lenzi(2018) realizou uma análise das políticas públicas educacionais no Brasil, destacando diferentes iniciativas. O “Programa Brasil Alfabetizado” é classificado como um esforço implementado nos Estados para promover a alfabetização de jovens, adultos e idosos. A “Educação para Jovens e Adultos (EJA)” é identificada como um programa

¹²²Mestranda em Educação pela Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões, Licenciada em Pedagogia pela UNIVAG, Pós-Graduada em Avaliação no Ensino e Aprendizagem pela UNOESTE Paulista, Professora da Educação Infantil pelo Município, Pedagoga auxiliar da coordenação pelo Estado de Mato Grosso. E-mail: a103012@uri.edu.br

¹²³Doutor em Ciências Criminais - Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões - URI Frederico Westphalen/RS - Brasil. Professor do Curso de Pós-Graduação em Educação (mestrado e doutorado) da URI. E-mail: danielpulcherio@uri.edu.br.

dedicado à educação de adultos que não concluiu os estudos na idade adequada, abrangendo desde o ensino fundamental até o ensino médio. O “Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (PRONATEC)” surge com o objetivo de ampliar a oferta de cursos de educação tecnológica e profissionalizante, atendendo estudantes da rede pública, trabalhadores e beneficiários de outros programas sociais do governo. O “Programa Universidade Para Todos (PROUNI)” foi criado para fornecer bolsas de estudo em instituições privadas de ensino superior, destinadas a estudantes de baixa renda sem ensino universitário. O “MEDIOTE” oferece cursos de ensino técnico universitário aos estudantes que cursam o ensino médio em escolas públicas estaduais. O “Programa Escola Acessível” foi concebido para aprimorar a acessibilidade nas escolas públicas, fornecendo informações e recursos de ensino para melhorar o aprendizado de alunos com necessidades especiais. O “Apoio à Formação Superior e Licenciaturas Interculturais Indígenas (PROLIND)” visa oferecer apoio financeiro aos cursos de licenciaturas indígenas ou interculturais que formam professores para escolas indígenas. O “Programa Caminho da Escola” busca melhorar e expandir a frota de veículos que realizam o transporte escolar nas redes de ensino estaduais e municipais. O “Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica (FUNDEB)” é um fundo destinado a aumentar o investimento financeiro do governo federal em projetos educacionais nos estados. O programa “Educação em Prisões” oferece apoio financeiro e técnico para fornecer educação a jovens e adultos que cumpram pena no sistema prisional. Por fim, o “Programa Brasil Profissionalizado” destina-se à educação profissionalizante para jovens matriculados no ensino médio da rede pública de ensino (Lenzi, 2018). Os primeiros resultados indicam que o Programa Alfabetiza MT, baseado nos dados do IDEB de 2019 e impulsionado pela urgência de enfrentar desafios educacionais exacerbados pela pandemia em 2020, tem como objetivo central fortalecer a alfabetização de crianças até o 2º ano do Ensino Fundamental em Mato Grosso. Inspirado no sucesso da política de alfabetização do Ceará, o programa foi instituído por lei em julho de 2021, estruturando-se em oito componentes. O destaque é o Material Didático Complementar (MDC), específico para os dois primeiros anos, que visa desenvolver habilidades básicas relacionadas à alfabetização. A proposta pedagógica prioritária o ensino reflexivo, integrando teorias e práticas para uma aprendizagem significativa, enquanto enfoca a introdução dos aprendizes na cultura letrada. Observa-se uma evolução na concepção e na proposta de atividades para atender aos objetivos das cartelas didáticas, as quais visam contemplar a aprendizagem linguística, estrutural e fonológica das palavras. Este tipo de material oferece liberdade para que os professores possam abordar questões de diversas naturezas. Ao se conceber a alfabetização e o letramento de modo indissociável, percebe-se o letramento como uma atividade alimentada, ou seja, como situações didáticas que “alimentam” as atividades estruturantes. Essas atividades estruturantes só podem contribuir para a aprendizagem dos alunos com a inserção e o uso do aprendiz na cultura letrada (Simonetti, 2018a, p. 17). Essa afirmação evidencia o alinhamento entre cada elemento ou material que compõe o MDC. Eles se complementam, orientando os professores no sentido de alfabetizar e alfabetizar seus alunos utilizando uma mesma linguagem, favorecendo a participação e interação entre as crianças na busca do conhecimento por meio do diálogo. O livro de leitura, intitulado *!Parece... mas não é*”, também do mesmo autor, apresenta, em 48 páginas, “histórias interessantes de animais e belas ilustrações”,

destacando as semelhanças e diferenças entre os animais, mostrando às crianças que, embora pareçam iguais, são diferentes (Simonetti, 2018b, p. 4). Simonetti (2018b) apresentou um esquema didático que delinea a proposta do MDC, proporcionando aos professores o desenvolvimento de uma rotina didática para a alfabetização e letramento de seus alunos. E adverte que o MDC não deve ser visto como um condicionamento ou desrespeito à autonomia do professor, mas como recursos que favorecem a organização das situações didáticas em três tempos básicos: tempo de ler para gostar de ler, tempo de leitura e oralidade, e tempo de apropriação da escrita, assegurando a alfabetização na indissociabilidade do letramento (Simonetti, 2018a, p. 21). E apresenta uma rotina didática para a alfabetização e letramento das crianças do 1º e 2º ano, com uma composição do MDC que foi elaborada para possibilitar um trabalho no qual as crianças compreendem e aprendem por meio de atividades bem delineadas e previsíveis, com um grau variado de autonomia e domínio, mediante apoio do professor e de seus materiais (livro de leitura, cartelas didáticas e caderno de atividades). As primeiras considerações apontam que a pesquisa também contribuiu para a compreensão dos desafios iniciais do Programa Alfabetiza MT, oferecendo uma análise crítica das políticas públicas de alfabetização em um contexto desafiador, especialmente diante dos impactos da pandemia. A relevância do estudo reside na necessidade de avaliar ações educacionais rompidas em resposta aos desafios únicos impostos pelo cenário pandêmico. A ênfase na formação continuada dos professores, o estímulo ao ensino reflexivo e a integração de teoria e práticas na proposta pedagógica destacam-se como elementos cruciais para o sucesso do programa. Além disso, a introdução dos aprendizes na cultura letrada, tornando-os participantes ativos na construção do conhecimento, aponta para uma abordagem educacional mais inclusiva e abrangente.

Palavras-chave: Programa Alfabetiza MT. Políticas Públicas; Alfabetização; Ensino Fundamental; Formação de Professores.

Referências

LENZI, Tié. Políticas públicas na educação: quais são e quem faz? **Toda Política**, 2018. Disponível em: <https://www.todapolitica.com/politicas-publicas-na-educacao/>.

SIMONETTI, Amália. **Parece... mas não é**. Amália Simonetti; ilustrações de Daniel Dias. Fortaleza: SEDUC, 2018.

SIMONETTI, Amália. **Proposta didática para alfabetizar letrando**: caderno do professor: 1ª a 4ª etapa. Amália Simonetti; ilustrações de Daniel Dias. Fortaleza: SEDUC, 2018.

OS IMPACTOS DOS ITINERÁRIOS FORMATIVOS SOBRE OS PROFESSORES DE GEOGRAFIA DA EJA COM A IMPLEMENTAÇÃO DO NOVO ENSINO MÉDIO

Sônia Maria de Andrade¹²⁴
Daniel Pulcherio Fensterseifer¹²⁵

Eixo Temático: Políticas Públicas, Educação e Direitos Humanos

Resumo

O estudo em questão direciona seu foco para a importância do ensino de Geografia na Educação de Jovens e Adultos (EJA), reconhecendo-o como um agente formador que capacita os alunos a compreenderem e se envolverem criticamente com o espaço geográfico. Em consonância com esse propósito, destaca-se a relevância intrínseca dessa disciplina na EJA, abordando os desafios enfrentados e delineando perspectivas e abordagens para promover uma aprendizagem significativa. Este esforço é particularmente relevante no contexto da implementação da política pública do Novo Ensino Médio. A pesquisa concentra sua análise em questões de suma importância, tais como o acesso ao conhecimento geográfico, as metodologias pedagógicas adotadas e as particularidades dos alunos da EJA. Ao explorar esses aspectos, a pesquisa visa contribuir para a identificação e compreensão dos impactos dos itinerários formativos sobre os professores de Geografia, considerando o contexto específico da implementação da política pública do Novo Ensino Médio. Dessa forma, busca-se não apenas abordar os desafios existentes, mas também propor soluções e estratégias que fortaleçam o ensino de Geografia na EJA, alinhadas às diretrizes do Novo Ensino Médio.

Palavras chave: EJA; Itinerários Formativos; Geografia; Novo Ensino Médio

Introdução

A Educação de Jovens e Adultos (EJA), estabelecida pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional em 1996, visa proporcionar de maneira gratuita a conclusão do Ensino Fundamental e/ou Médio para aqueles que não tiveram acesso na idade apropriada ou interromperam seus estudos. Antes da EJA. A Educação de Jovens e Adultos (EJA), instituída pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional em 1996, tem como objetivo proporcionar de maneira gratuita a conclusão do Ensino Fundamental e/ou Médio para aqueles que não tiveram acesso na idade apropriada ou interromperam seus estudos.

¹²⁴Mestranda em Educação Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões - URI / Faculdade IBG Business School, Rondonópolis/MT - Brasil. a103193@uri.edu.br.

¹²⁵Doutor em Ciências Criminais Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões - URI Frederico Westphalen/RS - Brasil. Professor do Curso de Pós-Graduação em Educação (mestrado e doutorado) da URI. danielpulcherio@uri.edu.br.

No contexto educacional, a Educação de Jovens e Adultos desempenha um papel crucial, proporcionando oportunidades de aprendizado formal para aqueles que buscam enriquecer seus conhecimentos em fases mais maduras da vida. Nesse cenário, este estudo concentra-se no ensino de Geografia na EJA, uma disciplina que enfrenta desafios específicos devido à necessidade de compreensão crítica e ao engajamento ativo dos alunos com o espaço geográfico.

A implementação do Novo Ensino Médio e a introdução dos Itinerários Formativos promoveram mudanças significativas na organização curricular, impactando diretamente as práticas pedagógicas dos professores de Geografia na EJA. Diante desse cenário complexo, esta pesquisa busca explorar a fundo os impactos dessas transformações no ambiente educacional, especialmente no que tange à qualidade do ensino de Geografia destinado a jovens e adultos.

Ao compreender os desafios enfrentados pelos professores diante das alterações curriculares, a pesquisa não se limita a abordar as implicações sobre os docentes, mas também considera como essas mudanças afetam o direito fundamental dos alunos à educação de qualidade.

Ao avançar neste estudo, buscamos não apenas ampliar a compreensão dos desafios enfrentados pelos professores de Geografia na EJA, mas também fornecer perspectivas que possam orientar o desenvolvimento de políticas educacionais e práticas pedagógicas mais eficientes, alinhadas às necessidades específicas dessa modalidade de ensino. A pesquisa oferece uma reflexão sobre iniciativas que possam ser implementadas para promover esforços contínuos na melhoria da qualidade da educação destinada a um público com características tão distintas.

Objetivos

O objetivo geral desta pesquisa é investigar como as mudanças introduzidas pela proposta do Novo Ensino Médio (Lei nº 13.415/2017) têm

impactado as práticas pedagógicas dos professores de geografia na Educação de Jovens e Adultos.

Metodologia

A metodologia empregada envolve uma revisão sistemática da literatura, a partir de bases de dados como a Scielo, a Plataforma Sucupira e o Google Acadêmico, tendo como critério a utilização dos descritores “Educação de Jovens e Adultos”, “Ensino de Geografia” e “Itinerários formativos”, no período de 2016 a 2022. A partir disso, os materiais selecionados serão analisados criticamente, recorrendo a documentos oficiais e pesquisadores relevantes no campo abordado. Esta revisão bibliográfica subsidiará a reflexão acerca das mudanças nas práticas de ensino da Geografia em consonância com a Educação de Jovens e Adultos, que recebe a orientação da BNCC.

Resultados

O estudo tem como objetivo aprofundar a compreensão do papel essencial do ensino de Geografia na Educação de Jovens e Adultos (EJA), particularmente no contexto da implementação da política pública do Novo Ensino Médio. Foca-se nos impactos dos itinerários formativos sobre os professores de Geografia na EJA, considerando a necessidade de engajamento crítico e ativo dos alunos com o espaço geográfico.

A implementação do Novo Ensino Médio e dos Itinerários Formativos trouxe mudanças significativas na organização curricular, afetando as práticas pedagógicas dos professores de Geografia na EJA. Os resultados esperados incluem a clarificação dos itinerários formativos, a análise crítica desde 1996, a identificação dos impactos no trabalho dos professores e a proposição de soluções para fortalecer o ensino de Geografia na EJA.

Além disso, a pesquisa visa oferecer reflexões sobre iniciativas que promovam esforços contínuos na melhoria da qualidade da educação destinada a um público com características tão distintas. Esses resultados contribuirão para o desenvolvimento de políticas educacionais e práticas pedagógicas mais

eficientes, alinhadas às necessidades específicas da modalidade de ensino em questão. Em suma, o estudo busca não apenas compreender os desafios, mas também oferecer insights práticos e orientações para aprimorar a educação geográfica na EJA.

Conclusão

Neste contexto, a compreensão das complexidades inerentes ao ensino de Geografia na Educação de Jovens e Adultos (EJA) representa um passo fundamental para a melhoria da qualidade educacional. Ao abordar os impactos dos itinerários formativos, particularmente diante das mudanças promovidas pelo Novo Ensino Médio, esta pesquisa se propôs a analisar a evolução da EJA desde sua instituição em 1996.

Ao focar nos desafios enfrentados pelos educadores na EJA, destacou-se a necessidade de promover uma compreensão crítica e um engajamento ativo dos alunos com o espaço geográfico. As transformações significativas originadas da implementação do Novo Ensino Médio e dos Itinerários Formativos instigaram uma reflexão profunda sobre os impactos dessas mudanças no ambiente educacional, especialmente no que diz respeito à qualidade do ensino destinado a jovens e adultos.

Os resultados esperados, incluindo a clareza sobre os itinerários formativos, a análise crítica desde 1996, a identificação dos impactos no trabalho dos professores e a proposição de soluções, proporcionam uma base sólida para fortalecer o ensino de Geografia na EJA. Esta pesquisa não apenas abordou as implicações sobre os docentes, mas também considerou como essas mudanças afetam o direito fundamental dos alunos à educação de qualidade.

A contribuição deste estudo transcende a compreensão dos desafios, oferecendo perspectivas valiosas que podem orientar o desenvolvimento de políticas educacionais mais eficazes e práticas pedagógicas adaptadas às necessidades específicas da EJA. Ao refletir sobre iniciativas para promover esforços contínuos na melhoria da qualidade da educação, reconhecemos a

importância de adaptar as estratégias educacionais para atender a um público com características tão distintas. Em última análise, este estudo oferece uma base sólida para o avanço do ensino de Geografia na EJA, contribuindo para a contínua busca por uma educação inclusiva e de qualidade para todos.

Referências

AZEVEDO, A. C. F. **BNCC: políticas curriculares padronizadas na construção da geografia escolar.** 2021. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Faculdade de Formação de Professores, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, 2021.

BOTELHO, J. M. L. A geografia no ensino médio: o desafio da formação de competências e habilidades para o trabalho. **Geografia, Ensino & Pesquisa**, Santa Maria, v. 21, n. 3, p. 75-86, 2017.

CAVALCANTI, L. S. Ensino de Geografia e demandas contemporâneas. *In*: ASCENSÃO, V. O. R. *et al.* (org.). **Conhecimentos da Geografia: percursos de formação docente e práticas na educação básica.** Belo Horizonte: IGC, 2017.

COUTO, M. A. C. Base Nacional Comum Curricular – BNCC Componente Curricular: Geografia. **Revista da ANPEGE**, v. 12, n. 19, p. 183-203, 2016.

FARIAS, P. S. C. Reforma que deforma: O novo Ensino Médio e a Geografia. **Pensar Geografia**, v. 1, n. 2, p. 129-149, 2017.

LIBÂNEO, J. C. **O dualismo perverso da escola pública brasileira: escola do conhecimento para os ricos, escola do acolhimento social para os pobres.** *Revista Educação e Pesquisa*, v. 38, n. 1, p. 13-28, 2012.

LUZ NETO, D. R. S. **Afinal, para onde caminha o Ensino de Geografia no contexto de reforma do Ensino Médio e implantação da BNCC?** *Terra Livre*, v. 1, n. 56, p. 370-397, 2021.

MARTINS JUNIOR, L.; MARTINS, R.E.M.W.; DIAS, J. **E agora, como fica? Reflexões sobre a Geografia do Ensino Médio na Base Nacional Comum Curricular.** *e- Curriculum*, p. 1- 23, 2023.

MOREIRA, R. **Para onde vai o pensamento geográfico? Por uma epistemologia crítica.** São Paulo: Contexto, 2006.

SANTOS, M. **Por uma Geografia Nova.** São Paulo: Hucitec, Edu sp, 1978.

SILVA, A. S. Juventudes e movimento de ocupação das escolas: caminhos e desafios para o Ensino de Geografia. Dissertação (Mestrado em Geografia). Universidade de Brasília, Brasília, 2017.

SILVA, M.G. et al. A BNCC, A redução da carga horária de Geografia e o dilema da seleção dos conteúdos: um debate necessário. Revista Ensino de Geografia, v.4, n.3, p.213 - 230, 2021.

VANDERLEI, S. A. V. Juventude, escola e ensino de geografia: sujeitos, espaços e sentidos. Dissertação (Mestrado em Geografia). Universidade Federal do Tocantins, Portonacional, 2018.

A presente edição foi composta pela URI,
em caracteres Book Antiqua, formato e-book, pdf,
em 2023.